Fls. 01
Proc. 86
Rub.

Processo / Protocolo: 86/2026 **Entrada:** 04/03/2026

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Destino: Gabinete da Prefeitura Municipal
Assunto: Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Wualdren dos Santos Machado

Autuação
Wualdren dos Santos Machado
Matrícula nº 202721
Assessor de Gabinete

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 02
Proc.
Rub.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 04 de março de 2026.

A Sua Excelência, o Senhor,
José Francinete Bento Luna
Prefeito da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA
Av. João XXIII, S/N - Centro,
Alto Alegre do Pindaré/MA

Assunto: Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Excelentíssimo Senhor,

Tal solicitação é essencial para a padronização visual e identificação das fachadas dos prédios públicos do município, garantindo que a administração municipal possa comunicar de forma eficiente seus serviços e localizações aos cidadãos, além disso, supre a necessidade de materiais para eventos oficiais (troféus e banners) e sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Dito isto, o presente Documento de Formalização de Despesa visa solicitar autorização para que seja instaurado processo administrativo visando à aquisição nas especificações e quantitativos abaixo:

LOTE ÚNICO					
N°	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200		
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200		
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210		
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205		
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215		
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250		
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450		
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250		

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 03
Proc. 86
Rub.

9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180		
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350		
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150		
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300		
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200		
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800		
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950		
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950		
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200		
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150		
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150		
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280		

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 04
Proc. 86
Rub.

21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250		
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280		
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250		
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250		
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100		
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100		
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250		
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250		
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000		
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50		
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50		
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5		
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2		
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50		
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100		
Valor Total				**R$**	

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 05
Proc. 86
Rub.

Os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos dos Itens são passíveis de contratação, por demanda, e sob o Sistema de Registro de Preços – SRP não se obrigando a utilizá-la na sua totalidade.

Assim sendo, vem-se através deste expediente solicitar vossa autorização e determinação que seja dada início à contratação pública responsável para o fornecimento dos itens acima descritos, solicitando de antemão o auxílio do Setor de Pesquisa de Preços para elaborar a pesquisa preliminar, a fim de que seja utilizada para subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar por esta Secretaria demandante.

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Fls. 06
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 86/2026

De acordo com as informações constantes neste processo administrativo autuado, AUTORIZO o envio dos autos à Assessoria Administrativa para auxiliar a Secretaria ora solicitante no levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021.

Ato contínuo, retornem os autos à Secretaria de origem para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 05 de março de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Fls. 07
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo / Protocolo: 86/2026
Origem: Sec. Municipal de Administração e Finanças
Assunto: Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DESPACHO

Em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, informamos que o procedimento de cotação de preços (metodologia) nesta municipalidade é realizado a partir de consultas a tabelas oficiais, pesquisas de mercado através de propostas físicas, por e-mail, telefone, internet, outros contratos administrativos, outros Órgãos, ou pessoalmente.

Tudo é realizado de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

No presente caso, a busca por preços de mercado, se deu através de consultas a empresas por e-mail, o que se logrou êxito, conforme é demonstrado na planilha com o Mapa de Cotações a seguir.

Por conseguinte, identificamos o preço médio global estimado em **R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos)**.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 30 de março de 2026.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

PROCESSO: 86/2026
DATA: 30/03/2026

PLANILHA DE PREÇOS PROPOSTOS

LOTE I

				Destak Comunicação Visual • C.N.P.J.: 37.971.291/0001-75		J E C DE AQUINO CNPJ:49.104.127/0001-40		VISION DESIGN CNPJ: 52.130.015/0001-78		VALOR ESTIMADO	
Nº	ITEM	UNID	QTD	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL	Unitário	Total
01	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,00	R$ 10.800,00	R$ 52,50	R$ 10.500,00	R$ 58,00	R$ 11.600,00	R$ 54,83	R$ 10.966,00
02	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,00	R$ 12.000,00	R$ 57,00	R$ 11.400,00	R$ 64,00	R$ 12.800,00	R$ 60,33	R$ 12.066,00
03	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 60,00	R$ 12.600,00	R$ 64,00	R$ 13.440,00	R$ 60,90	R$ 12.789,00	R$ 61,63	R$ 12.942,30
04	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,00	R$ 12.915,00	R$ 64,00	R$ 13.120,00	R$ 64,80	R$ 13.284,00	R$ 63,93	R$ 13.105,65
05	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 76,00	R$ 16.340,00	R$ 72,00	R$ 15.480,00	R$ 77,00	R$ 16.555,00	R$ 75,00	R$ 16.125,00
06	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 78,00	R$ 19.500,00	R$ 82,00	R$ 20.500,00	R$ 81,00	R$ 20.250,00	R$ 80,33	R$ 20.082,50
07	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 94,00	R$ 42.300,00	R$ 89,00	R$ 40.050,00	R$ 91,80	R$ 41.310,00	R$ 91,60	R$ 41.220,00
08	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 93,00	R$ 23.250,00	R$ 97,00	R$ 24.250,00	R$ 97,20	R$ 24.300,00	R$ 95,73	R$ 23.932,50
09	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 104,00	R$ 18.720,00	R$ 99,00	R$ 17.820,00	R$ 104,50	R$ 18.810,00	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 106,00	R$ 37.100,00	R$ 111,00	R$ 38.850,00	R$ 108,00	R$ 37.800,00	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona 500 G/m2 (alta tiragem e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 111,00	R$ 16.650,00	R$ 105,00	R$ 15.750,00	R$ 110,00	R$ 16.500,00	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G Super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindaré com uso de andaime	M²	300	R$ 184,00	R$ 55.200,00	R$ 194,00	R$ 58.200,00	R$ 189,00	R$ 56.700,00	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G Super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com reforços com isopores (travessas de 20M colocado em 4M), plotro de Pindaré e em [illegible]	M²	200	R$ 308,00	R$ 61.600,00	R$ 294,00	R$ 58.800,00	R$ 302,00	R$ 60.400,00	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 57,00	R$ 45.600,00	R$ 61,00	R$ 48.800,00	R$ 57,75	R$ 46.200,00	R$ 58,58	R$ 46.864,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 71,50	R$ 67.925,00	R$ 69,50	R$ 66.025,00	R$ 69,55	R$ 66.072,50	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 92,00	R$ 87.400,00	R$ 88,00	R$ 83.600,00	R$ 93,50	R$ 88.825,00	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 97,00	R$ 19.400,00	R$ 104,00	R$ 20.800,00	R$ 102,60	R$ 20.520,00	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	Adesivo Leitoso Blackout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 105,00	R$ 15.750,00	R$ 99,00	R$ 14.850,00	R$ 109,25	R$ 16.387,50	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 71,50	R$ 10.725,00	R$ 75,00	R$ 11.250,00	R$ 74,80	R$ 11.220,00	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 96,00	R$ 26.880,00	R$ 92,00	R$ 25.760,00	R$ 103,50	R$ 28.980,00	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 56,50	R$ 14.125,00	R$ 59,50	R$ 14.875,00	R$ 60,00	R$ 15.000,00	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 72,00	R$ 20.160,00	R$ 68,00	R$ 19.040,00	R$ 70,20	R$ 19.656,00	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 90,00	R$ 22.500,00	R$ 93,50	R$ 23.375,00	R$ 96,05	R$ 24.012,50	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 76,00	R$ 19.000,00	R$ 72,00	R$ 18.000,00	R$ 80,50	R$ 20.125,00	R$ 76,17	R$ 19.042,50

Fls. 28
Proc. 26
Rub.

25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$	92,00	R$	9.200,00	R$	96,00	R$ 9.600,00	R$	105,30	R$ 10.530,00	R$	97,77	R$	9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$	62,50	R$	6.250,00	R$	64,00	R$ 6.400,00	R$	66,70	R$ 6.670,00	R$	64,40	R$	6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$	82,50	R$	20.625,00	R$	78,00	R$ 19.500,00	R$	84,75	R$ 21.187,50	R$	81,75	R$	20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$	68,50	R$	17.125,00	R$	71,00	R$ 17.750,00	R$	76,05	R$ 19.012,50	R$	71,85	R$	17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$	80,00	R$	80.000,00	R$	76,50	R$ 76.500,00	R$	78,75	R$ 78.750,00	R$	78,42	R$	78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo transluvido e aplicação de fundo.	M²	50	R$	572,00	R$	28.600,00	R$	605,00	R$ 30.250,00	R$	632,50	R$ 31.625,00	R$	603,17	R$	30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	50	R$	382,00	R$	19.100,00	R$	368,00	R$ 18.400,00	R$	378,00	R$ 18.900,00	R$	376,00	R$	18.800,00
32	Placa de inauguração em acrilico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$	765,00	R$	3.825,00	R$	810,00	R$ 4.050,00	R$	772,50	R$ 3.862,50	R$	782,50	R$	3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$	133,00	R$	266,00	R$	124,00	R$ 248,00	R$	126,00	R$ 252,00	R$	127,67	R$	255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$	795,00	R$	39.750,00	R$	830,00	R$ 41.500,00	R$	810,00	R$ 40.500,00	R$	811,67	R$	40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$	1.045,00	R$	104.500,00	R$	988,00	R$ 98.800,00	R$	1.016,50	R$ 101.650,00	R$	1.016,50	R$	101.650,00
					TOTAL :	R$	1.017.681,00			R$ 1.007.533,00		TOTAL :	R$ 1.033.036,00				
															VALOR TOTAL ESTIMADO		R$ 1.019.415,99

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

Fls. 09
Proc. 86
Rub

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO Material Gráfico

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: cleiltonmagalhaes@hotmail.com

12 de março de 2026 às 09:29

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

01.1. Ofício - DFD.docx
665K

Fls. 10
Proc. 36
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

Material Gráfico

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: fachadaeciama@gmail.com

12 de março de 2026 às 09:29

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

01.1. Ofício - DFD.docx
665K

Fls. 11
Proc. 86
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO Material Gráfico

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>
Para: "jerfesonferreira20@gmail.com" <jerfesonferreira20@gmail.com>

12 de março de 2026 às 09:30

Olá! Tudo bem?
Solicito, por gentileza, a elaboração e o envio da **Proposta Comercial**, utilizando como referência o **Ofício em anexo**.

A proposta deverá ser apresentada em **papel timbrado da empresa** e conter, obrigatoriamente: **CNPJ**, **endereço completo**, **validade da proposta**, **data de emissão** e **assinatura do responsável legal**.

Desde já, agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

01.1. Ofício - DFD.docx
665K

Fls. 12
Proc.
Rub.

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

Assunto: Envio de Cotação de Preços - Processo de Aquisição de Material Gráfico

Cleilton Magalhaes <cleiltonmagalhaes@hotmail.com>
Para: "cotacao.altoalegredopindare@gmail.com" <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

20 de março de 2026 às 10:02

Assinado Cotação de Preços - Alto Alegre do Pindaré - DESTAK.pdf
217K

Fls. 13
Proc. 89
Rub.

DESTAK
Comunicação Visual

Fls. 14
Proc. 86
Rub.

Cotação de Preços

À Prefeitura da Cidade de Alto Alegre do Pindaré/MA

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Material Gráfico, por demanda e sob o Sistema de Registro de Preços - SRP , visando atender a necessidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças , no município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

- EMPRESA: Destak Comunicação Visual
- RAZÃO SOCIAL: CLEILTON MAGALHAES DA SILVA
- SEDE: Rua 04, 82, Augusto Luna, Esperantinópolis, Maranhão - CEP: 65.750-000
- C.N.P.J.: 37.971.291/0001-75
- Telefone: (99) 8465-4802/E-MAIL: cleiltonmagalhaes@hotmail.com

PLANILHA DESCRITIVA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 54,00	R$ 10.800,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,00	R$ 12.000,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	210	R$ 60,00	R$ 12.600,00
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,00	R$ 12.915,00
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	215	R$ 76,00	R$ 16.340,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 78,00	R$ 19.500,00
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 94,00	R$ 42.300,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 93,00	R$ 23.250,00
9	Bannerem lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 104,00	R$ 18.720,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 106,00	R$ 37.100,00

11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 111,00	R$ 16.650,00
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 184,00	R$ 55.200,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 308,00	R$ 61.600,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 57,00	R$ 45.600,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 71,50	R$ 67.925,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 92,00	R$ 87.400,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 97,00	R$ 19.400,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 105,00	R$ 15.750,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 71,50	R$ 10.725,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 96,00	R$ 26.880,00
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 56,50	R$ 14.125,00
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 72,00	R$ 20.160,00
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com	M²	250	R$ 90,00	R$ 22.500,00

	cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente				
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 76,00	R$ 19.000,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 92,00	R$ 9.200,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 62,50	R$ 6.250,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 82,50	R$ 20.625,00
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 68,50	R$ 17.125,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado	M²	1000	R$ 80,00	R$ 80.000,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo	M²	50	R$ 572,00	R$ 28.600,00
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	50	R$ 382,00	R$ 19.100,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente	M²	5	R$ 765,00	R$ 3.825,00
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 133,00	R$ 266,00
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 795,00	R$ 39.750,00
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.045,00	R$ 104.500,00
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.017.681,00**

- Valor Global da Proposta: R$ 1.017.681,00 (um milhão, dezessete mil, seiscentos e oitenta e um reais).

- Declaro que os preços hora cotado compreende todos os tributos, despesas ou encargos de qualquer natureza, resultante do fornecimento;

Fls. 17
Proc. 86
Rub.

- O prazo de validade: 90 (dias) dias.

Esperantinópolis, Maranhão, 12 de março de 2026.

CLEILTON M DA SILVA:37971291000175

Assinado de forma digital por CLEILTON M DA SILVA:37971291000175
Dados: 2026.03.12 15:38:01 -03'00'

Destak Comunicação Visual
CLEILTON MAGALHAES DA SILVA
CPF N° 040.991.133-02 /RG n.º 03170314200-61
Sócio Administrador

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

Material Gráfico

Fachada&cia <fachadaeciama@gmail.com>
Para: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

13 de março de 2026 às 10:00

Olá, boa tarde! Tudo bem?
Em resposta à sua solicitação, encaminho em anexo a nossa Proposta Comercial (Cotação de Preços) referente à eventual aquisição de Material Gráfico (Sistema de Registro de Preços), elaborada com base no Ofício enviado.
Conforme solicitado, a proposta segue em papel timbrado e contém todas as informações obrigatórias:

- **CNPJ e endereço completo;**
  Validade da proposta (90 dias);
  Data de emissão (13 de março de 2026);
  Assinatura do responsável legal.

Acuso também o recebimento da reiteração do pedido e peço desculpas por qualquer demora.
Ficamos à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais.
Atenciosamente,

Jackson Enyberg Cardoso de Aquino
Sócio-Administrador

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Assinado Cotaçao de Preços - Alto Alegre do PindaréMA.pdf
370K

Fls. 18
Proc. 86
Rub.

FACHADA E CIA
CNPJ: 49.104.127/0001-40
CJ H Jose Pociano, S/N, Centro, Lagoa Grande do Maranhão/MA
Telefone: (99) 98467-6909

COTAÇÃO DE PREÇOS

Fls. 19
Proc. 89
Rub.

Ao
Município de Alto Alegre do Pindaré/MA
Assunto: Cotação de preços

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa: J E C DE AQUINO		
Nome Fantasia: FACHADA E CIA COMUNICACAO VISUAL		
CNPJ: 49.104.127/0001-40		INSCRIÇAO ESTADUAL: 127671676
ENDEREÇO: CJ H Jose Pociano, S/N, Centro	CEP: 65718-000	MUNICÍPIO: Lagoa Grande do Maranhão - MA
TELEFONES:		E-MAIL: FACHADAECIAMA@GMAIL.COM
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO		
NOME COMPLETO: JACKSON ENYBERG CARDOSO DE AQUINO		
RG: 055523682015-5 EMISSOR: SSP/MA	CPF 621.196.613-08	
ENDEREÇO: CJ H Jose Pociano, S/N, Centro	CEP: 65718-000	MUNICÍPIO: Lagoa Grande do Maranhão/MA
TELEFONES: 99 8467-6909		E-MAIL: FACHADAECIAMA@GMAIL.COM
DADOS DA BANCARIO		
BANCO: BANCO INTER S.A	AGÊNCIA: 0001	C/C: 268657432 EMPRESA: J E C DE AQUINO

Apresentamos ao setor responsável nossa Cotação de Preços para subsidiar o procedimento licitatório sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à eventual aquisição, por demanda, de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, conforme itens e especificações técnicas da planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 52,50	R$ 10.500,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 57,00	R$ 11.400,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	210	R$ 64,00	R$ 13.440,00
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 64,00	R$ 13.120,00
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	215	R$ 72,00	R$ 15.480,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 82,00	R$ 20.500,00
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 89,00	R$ 40.050,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 97,00	R$ 24.250,00
9	Bannerem lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 99,00	R$ 17.820,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 111,00	R$ 38.850,00

11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 105,00	R$ 15.750,00
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 194,00	R$ 58.200,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 294,00	R$ 58.800,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 61,00	R$ 48.800,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 69,50	R$ 66.025,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 88,00	R$ 83.600,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 104,00	R$ 20.800,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 99,00	R$ 14.850,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 75,00	R$ 11.250,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 92,00	R$ 25.760,00
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 59,50	R$ 14.875,00
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 68,00	R$ 19.040,00
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 93,50	R$ 23.375,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 72,00	R$ 18.000,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 96,00	R$ 9.600,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 64,00	R$ 6.400,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 78,00	R$ 19.500,00

28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,00	R$ 17.750,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado	M²	1000	R$ 76,50	R$ 76.500,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo	M²	50	R$ 605,00	R$ 30.250,00
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	50	R$ 368,00	R$ 18.400,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente	M²	5	R$ 810,00	R$ 4.050,00
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 124,00	R$ 248,00
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 830,00	R$ 41.500,00
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 988,00	R$ 98.800,00
	VALOR TOTAL				R$ 1.007.533,00

Valor total da Cotação de preços: R$ 1.007.533,00 (um milhão, sete mil, quinhentos e trinta e três reais).

Validade da Cotação de Preços: 90 dias

Lagoa Grande do Maranhão, Maranhão, 13 de março de 2026.

J E C DE AQUINO:49104127000140

Assinado de forma digital por J E C DE AQUINO:49104127000140
Dados: 2026.03.13 09:53:46 -03'00'

J E C DE AQUINO
CNPJ: 49.104.127/0001-40
JACKSON ENYBERG CARDOSO DE AQUINO
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Gmail

Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

COTAÇÃO Material Gráfico

Jerfeson Ferreira <jerfesonferreira20@gmail.com>
Para: Cotação Alto Alegre do Pindaré <cotacao.altoalegredopindare@gmail.com>

30 de março de 2026 às 15:14

Em sex., 27 de mar. de 2026 às 09:53, Jerfeson Ferreira <jerfesonferreira20@gmail.com> escreveu:

20260330_15084222.pdf
1441K

Fls. 22
Proc. 86
Rub.

VISION DESIGN
99 98475.6971
COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 23
Proc. 86
Rub.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao
Município de Alto Alegre do Pindaré/MA
Assunto: Cotação de preços

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa: 52.130.015 JERFESON FERREIRA DA SILVA FILHO		
Nome Fantasia: VISION DESIGN		
CNPJ: 52.130.015/0001-78		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO: Rua Cloris Miranda, nº 198-E, Centro	CEP: 65.700-000	MUNICÍPIO: BACABAL/MA
TELEFONES: (99) 98475-6972		E-MAIL: jerfesonferreira20@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO		
NOME COMPLETO: JERFESON FERREIRA DA SILVA FILHO		
RG: 0249202020031 EMISSOR: SSP/MA	CPF: 068.435.513-27	
ENDEREÇO: Rua Cloris Miranda, nº 198-E, Centro	CEP: : 65.700-000	MUNICÍPIO: BACABAL/MA
TELEFONES: 99 8467-6909		E-MAIL:
DADOS DA BANCARIO		
BANCO: CORA SCD S.A (403)	AGÊNCIA: 0001	C/C: 6265015-0

Apresentamos ao setor responsável nossa Cotação de Preços para subsidiar o procedimento licitatório sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à eventual aquisição, por demanda, de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, conforme itens e especificações técnicas da planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 58,00	R$ 11.600,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 64,00	R$ 12.800,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	210	R$ 60,90	R$ 12.789,00
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 64,80	R$ 13.284,00
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	215	R$ 77,00	R$ 16.555,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 81,00	R$ 20.250,00
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,80	R$ 41.310,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 97,20	R$ 24.300,00
9	Bannerem lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 104,50	R$ 18.810,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,00	R$ 37.800,00

11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 110,00	R$ 16.500,00
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 302,00	R$ 60.400,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 57,75	R$ 46.200,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 69,55	R$ 66.072,50
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 93,50	R$ 88.825,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 102,60	R$ 20.520,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 109,25	R$ 16.387,50
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 74,80	R$ 11.220,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 103,50	R$ 28.980,00
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 60,00	R$ 15.000,00
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,20	R$ 19.656,00
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 96,05	R$ 24.012,50
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,50	R$ 20.125,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 105,30	R$ 10.530,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 66,70	R$ 6.670,00

VISION DESIGN
99 98475.6971
COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 25
Proc. 86
Rub.

27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 84,75	R$ 21.187,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 76,05	R$ 19.012,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado	M²	1000	R$ 78,75	R$ 78.750,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo	M²	50	R$ 632,50	R$ 31.625,00
31	**Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente**	M²	50	R$ 378,00	R$ 18.900,00
32	Placa de inauguração em acrilico 3 mm com adesivo leitoso e transparente	M²	5	R$ 772,50	R$ 3.862,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 126,00	R$ 252,00
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 810,00	R$ 40.500,00
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
	VALOR TOTAL				**R$ 1.033.036,00**

Valor total da Cotação de preços: R$ 1.033.036,00 (**um milhão trinta e três mil e trinta e seis**).

Validade da Cotação de Preços: 90 dias

Bacabal, Maranhão, 26 de março de 2026.

Jerfeson Ferreira da Silva Filho
JERFESON FERREIRA DA SILVA FILHO
CPF: 068.435.513-27
Representante Legal

Fls. 26
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 86/2026

DESPACHO

Foi proferido despacho pelo Prefeito Municipal determinando o retorno dos autos a esta Secretaria, após o levantamento de mercado, de que trata o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, para que fosse elaborado o Estudo Técnico Preliminar e demais atos subsequentes, em conformidade com a legislação pertinente.

Dito isto, junta-se aos autos o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, determinando assim o encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal para que seja dada início à contratação pública.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 01 de abril de 2025.

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 22
Proc. 86
Rub.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Marcelo Coelho Sousa

Problema Resumido
O problema central é a ausência de padronização visual e identificação nas fachadas dos prédios públicos, o que prejudica a comunicação eficiente dos serviços e localizações para os cidadãos. Soma-se a isso a necessidade de suprir demandas por materiais destinados a eventos oficiais (troféus e banners) e a carência de sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este estudo técnico preliminar visa subsidiar a elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso seja concluída a viabilidade da contratação, promovendo a transparência, legalidade e eficiência na gestão pública do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

A necessidade desta contratação advém da urgência em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos do município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O objetivo é garantir que a administração municipal comunique seus serviços e localizações de forma eficiente aos cidadãos. Além disso, busca-se suprir a demanda por materiais

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

destinados a eventos oficiais (como troféus e banners) e por sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Logo, o presente estudo técnico preliminar tem como objetivo analisar a viabilidade e justificativa, bem como propor a solução mais eficaz, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/21, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação de bens e serviços no âmbito da administração pública.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de assegurar a eficiência na comunicação com o cidadão e a manutenção da identidade visual institucional do município. A robustez desta justificativa sustenta-se nos seguintes pilares:

- **Padronização e Identificação Institucional:** A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação das fachadas de todos os prédios públicos municipais. Fachadas uniformes e bem-sinalizadas (sejam em lona com estrutura ou em ACM de alta durabilidade) permitem que a população localize e identifique prontamente os pontos de prestação de serviços, promovendo a transparência e a acessibilidade.

- **Segurança e Orientação Pública:** A demanda abrange itens de sinalização viária e interna, como placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e placas de identificação em PVC. Tais materiais são imprescindíveis para a segurança no trânsito e para o fluxo ordenado de pessoas dentro das repartições, garantindo que as normas de sinalização sejam cumpridas.

- **Apoio a Atividades e Eventos Oficiais:** A Administração Municipal realiza periodicamente eventos oficiais que demandam materiais específicos, como troféus em acrílico e banners de diversas gramaturas. A disponibilidade desses itens é crucial para a valorização de ações culturais, esportivas e administrativas, fortalecendo o vínculo entre a prefeitura e a comunidade.

- **Eficiência Operacional e Econômica (SRP):** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever, com exatidão absoluta, o momento exato da necessidade de cada item (como a troca de uma fachada por desgaste ou a realização de um evento não planejado). Este modelo permite a aquisição por demanda, evitando a manutenção de estoques desnecessários e o desperdício de recursos, uma vez que a prefeitura não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

- **Durabilidade e Qualidade Técnica:** A especificação de materiais com diferentes níveis de durabilidade (desde adesivos de 1 ano até fachadas de ACM com 10 anos de vida útil) justifica-se pela busca do melhor custo-benefício a longo prazo,

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 29
Proc. 8
Rub.

adequando a qualidade do material ao local de aplicação e à exposição às intempéries.

Dessa forma, a contratação não visa apenas a aquisição de insumos, mas a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, contribuindo diretamente para o bem-estar da população de Alto Alegre do Pindaré

≡ REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os requisitos abaixo definem o padrão mínimo de qualidade e execução esperado para a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais, assegurando a durabilidade e a eficiência da comunicação visual do município:

Requisitos de Qualidade Técnica e Insumos:

- Padrão de Impressão: Todos os materiais de lona e adesivo devem ser impressos com tecnologia de alta resolução, utilizando cabeças de impressão de 7 ou 14 picolitros.
- Qualidade das Tintas: É obrigatória a utilização de tinta eco solvente, garantindo menor impacto ambiental e maior resistência à degradação por raios UV.
- Especificação de Mídias: Os materiais devem seguir rigorosamente as gramaturas e tramas solicitadas, como lonas de 280g a 480g (incluindo versões Titanium e Solit) e chapas de ACM de 3 mm com alta durabilidade.
- Cortes e Acabamentos: Para itens como troféus e placas de identificação, deve-se utilizar recorte eletrônico via router ou laser, garantindo precisão milimétrica no acabamento.

Requisitos de Durabilidade e Resistência

- Adesivagem: Os adesivos fornecidos devem respeitar os prazos de durabilidade da cola especificados, variando de 1 ano (leitosos comuns) a 5 anos (automotivos e refletivos).
- Estruturas Externas: As fachadas devem ser montadas em Metalon galvanizado (ex: 20 x 20 mm) para prevenir corrosão, e o ACM deve possuir garantia de durabilidade de, no mínimo, 10 anos.
- Sinalização Viária: As placas de sinalização devem utilizar adesivo refletivo de alta performance aplicado sobre chapa 20 galvanizada, visando a visibilidade e segurança.

Requisitos de Execução e Instalação

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- Logística de Aplicação: A contratada deve ter capacidade operacional para realizar a instalação das fachadas e adesivos na sede de Alto Alegre do Pindaré e em um raio de até 10km, conforme a necessidade da administração.

Requisitos Administrativos e de Gestão

- Modelo de Aquisição: A contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo solicitações parceladas por demanda, sem obrigatoriedade de consumir a totalidade estimada.
- Prazo de Entrega e Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega e conferência dos itens, visando manter o equilíbrio financeiro do contrato.
- Fiscalização: Todos os itens serão submetidos a conferência técnica no ato da entrega para verificar se as especificações de picolitros, gramatura e tipo de tinta estão em conformidade com o solicitado no DFD.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

A análise de mercado buscou identificar a alternativa que melhor atenda à diversidade de itens solicitados (35 itens), que variam de adesivos simples a fachadas complexas em ACM com letra caixa. Foram avaliados os seguintes cenários:

Cenário 1: Instalação de Parque Gráfico Próprio (Internalização)

- **Vantagens:** Autonomia total na produção e prazos imediatos para itens pequenos.
- **Desvantagens:** Elevado investimento inicial em plotters de alta resolução (7 ou 14 picolitros), máquinas de corte a laser/router para acrílico e equipamentos de serralheria para estruturas em Metalon. Exigiria ainda a contratação de mão de obra especializada e manutenção constante de equipamentos sujeitos a rápida obsolescência tecnológica.

Cenário 2: Aquisição Direta de Itens Padronizados (Compra Única)

- **Vantagens:** Rapidez no processo licitatório para itens de prateleira.
- **Desvantagens:** Inviável para as necessidades do município, que demandam personalização (especificações de fachadas, placas de sinalização e troféus) e instalação em locais específicos. Não atenderia à necessidade de manutenção contínua da identidade visual ao longo do ano.

Cenário 3: Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP)

- **Vantagens:** Permite o fornecimento sob demanda, onde a prefeitura paga apenas pelo que utiliza. Garante acesso a tecnologias de ponta (tinta eco solvente e acabamentos em ACM/PU) sem custo de manutenção de máquinas. Inclui a logística de instalação em um raio de até 10km, essencial para fachadas de grande porte.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 31
Proc. 86
Rub.

- **Desvantagens:** Necessidade de fiscalização rigorosa para garantir que as gramaturas de lona (ex: 280g a 480g) e qualidades de adesivos entregues correspondam exatamente ao contratado

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré. Cada uma tem suas vantagens e desvantagens, sendo importante analisar cuidadosamente qual delas se adequa melhor às necessidades e recursos disponíveis da instituição.

≡ SELEÇÃO DA SOLUÇÃO (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA)

A solução escolhida para o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA é a Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta decisão fundamenta-se nos seguintes critérios:

1. Complexidade Técnica: A diversidade de insumos solicitados — como lonas Titanium trama 1000x1000, adesivos blockout, chapas de ACM de 3mm e sinalização refletiva — exige um parque gráfico diversificado que dificilmente seria mantido pela administração pública.

2. Eficiência e Economia: O modelo de **Registro de Preços** é o mais vantajoso, pois a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata, evitando estoques de materiais que podem degradar com o tempo (como a cola de adesivos com durabilidade de 1 ano).

3. Integralidade da Solução: A escolha permite que o fornecedor se responsabilize não apenas pela impressão, mas por toda a cadeia produtiva, incluindo a estrutura em Metalon galvanizado, instalação de refletores com lâmpadas de 30W e aplicação técnica dos materiais no local.

4. Garantia de Qualidade: Através deste modelo, é possível exigir certificações de durabilidade (como a de 10 anos para fachadas de ACM) e o uso de tintas específicas (eco solvente), garantindo que o investimento público resulte em materiais de longa vida útil e comunicação eficiente.

Dessa forma, a contratação via licitação para registro de preços garante o melhor custo-benefício, assegurando que a prefeitura tenha acesso imediato a materiais gráficos de alta qualidade para seus eventos e para a manutenção de sua identidade visual.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 32
Proc. 86
Rub.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

LOTE ÚNICO					
N°	ITEM	UND	QTD.	Unitário	Total
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, traina 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente,	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km				
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 34
Proc. 86
Rub.

	ou 14 picolitros e tinta eco solvente.				
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de consultas a empresas por e-mail, o que se logrou êxito, chegando ao valor estimado de **R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos).**

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 35
Proc. 86
Rubr.

PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a aquisição se dará de forma fracionada.

Prazo de Pagamento:

Para assegurar uma relação justa e equilibrada com os fornecedores, propomos que o pagamento seja efetuado no prazo de 30 dias a contar da data da entrega dos itens. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

O art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/2021 estabelece que o estudo técnico preliminar deve justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

Desta feita, a administração opta pelo não parcelamento do objeto em lotes distintos, adotando a estratégia de Lote Único para os 35 itens listados no DFD. Esta decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e econômicos:

- **Preservação da Identidade Visual e Padronização:** O objetivo principal da contratação é a padronização visual das fachadas e sinalizações do município. O parcelamento dos itens (ex: um fornecedor para banners e outro para fachadas de ACM) colocaria em risco a uniformidade de cores, texturas e acabamentos. A execução por uma única empresa garante que a identidade institucional seja mantida de forma idêntica em todos os suportes gráficos.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- **Economia de Escala e Ganho Logístico:** A reunião dos 35 itens em um lote único atrai empresas com maior capacidade produtiva, permitindo preços mais competitivos devido ao volume total da contratação. Além disso, como diversos itens exigem instalação técnica em um raio de até 10km da sede (como as fachadas e sinalizações em Metalon), centralizar a logística em um único fornecedor reduz custos operacionais e facilita a fiscalização do contrato.

- **Responsabilidade Técnica Unificada:** Itens complexos, como a fachada de ACM com durabilidade de 10 anos e sinalizações viárias refletivas, exigem alta especialização. Ao não parcelar, a prefeitura estabelece um ponto único de responsabilidade para eventuais garantias, manutenções ou correções técnicas, evitando que fornecedores diferentes atribuam falhas uns aos outros.

- **Eficiência Administrativa:** A gestão de um único processo licitatório e de uma única Ata de Registro de Preços para todos os materiais gráficos é administrativamente mais eficiente do que gerir múltiplos contratos simultâneos. Isso otimiza o trabalho da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, garantindo o atendimento imediato das demandas sem a fragmentação de esforços.

- **Mitigação de Riscos via SRP:** Embora o objeto não seja parcelado em lotes, a execução será realizada sob demanda através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso garante que a administração não seja obrigada a adquirir a totalidade dos itens de uma só vez, permitindo um "parcelamento temporal" conforme a necessidade real de cada secretaria, o que anula os riscos financeiros de uma compra integral imediata.

Portanto, a solução de lote único demonstra-se a mais vantajosa, pois assegura a integridade técnica do projeto de comunicação visual e a economicidade para o erário público.

≡ RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos e sinalização, o Município de Alto Alegre do Pindaré busca alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento da Identidade Institucional e Transparência: Espera-se consolidar a padronização visual e a identificação clara das fachadas dos prédios públicos, permitindo que o cidadão localize e reconheça facilmente os pontos de prestação de serviços municipais. Isso promove uma comunicação mais eficiente entre a gestão e a comunidade.

- Melhoria da Sinalização e Segurança Urbana: Através da aquisição de placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e sinalizações internas, pretende-se elevar os índices de segurança viária e a fluidez de atendimento dentro das repartições públicas.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

- Eficiência na Realização de Eventos Oficiais: Garantir o suprimento imediato de itens de premiação e divulgação, como troféus em acrílico e banners de alta gramatura, assegurando que as agendas institucionais, culturais e esportivas do município ocorram sem interrupções por falta de material.

- Economicidade e Gestão de Recursos: Ao utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP), a administração busca obter economia financeira ao evitar compras emergenciais dispersas e possibilitar a aquisição planejada e proporcional à demanda real.

- Redução de Custos de Manutenção a Longo Prazo: A escolha por materiais de alta performance, como as fachadas de ACM com durabilidade de 10 anos e tintas eco solventes, visa garantir uma vida útil prolongada aos itens de comunicação visual, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o desperdício de recursos públicos.

- Continuidade e Regularidade Administrativa: Assim como ocorre com outros insumos essenciais, a disponibilidade permanente de materiais gráficos através de uma ata vigente garante a continuidade das atividades administrativas que dependem desses recursos para identificação e divulgação de atos públicos.

Dessa forma, a contratação não apenas supre uma necessidade imediata, mas atua como uma ferramenta estratégica para a modernização da infraestrutura de comunicação do município, refletindo diretamente no bem-estar da população e no desenvolvimento sustentável da gestão

≡ DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Equipe de planejamento declara viável esta contratação, sendo que considerando os estudos preliminares realizados, descritos neste documento, e que demonstram:

- Que a contratação não implicará em contratações correlatas e/ou interdependentes;
- A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação clara das fachadas dos prédios públicos, garantindo a eficiência na comunicação de serviços à população;
- A demanda está em conformidade com as metas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a manutenção da infraestrutura pública;
- A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) demonstra-se a solução mais eficaz, permitindo a aquisição por demanda e evitando gastos desnecessários com estoques ou compras emergenciais;
- O processo atende aos requisitos de transparência e eficiência previstos na Lei 14.133/2021;

Com base nos elementos técnicos apresentados, conclui-se que a solução proposta atende ao interesse público e possui viabilidade técnica e operacional para ser executada.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 38
Proc. 86
Rub.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para assegurar a plena execução do contrato e a conformidade com as exigências técnicas do Documento de Formalização da Demanda (DFD), a Administração Municipal de Alto Alegre do Pindaré deverá adotar as seguintes providências previamente à celebração do contrato e durante o início da execução:

1. Consolidação da Pesquisa de Mercado: Conclusão do levantamento de preços preliminar, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para subsidiar o valor de referência do certame e garantir que os preços reflitam a realidade tecnológica exigida (tintas eco solventes e impressão de alta resolução).
2. Vistoria Técnica e Levantamento de Medidas: Realização de vistorias técnicas nos prédios públicos municipais para a medição exata das fachadas e verificação das condições estruturais para a instalação das estruturas em Metalon galvanizado e fachadas de ACM. Esta ação é crucial, visto que o fornecimento inclui a aplicação técnica em um raio de até 10km da sede.
3. Definição do Manual de Identidade Visual: Instituição ou atualização do manual de padronização visual do município para garantir que todas as artes gráficas a serem enviadas à contratada sigam rigorosamente os mesmos padrões de cores, fontes e brasões, assegurando o objetivo de padronização visual institucional.
4. Plano de Fiscalização de Qualidade Técnica: Elaboração de um protocolo de recebimento de materiais que permita ao fiscal do contrato verificar se os itens entregues respeitam as especificações técnicas, tais como a gramatura das lonas (280g a 480g) e a qualidade da impressão de 7 ou 14 picolitros.
5. Logística de Armazenamento e Distribuição: Organização de um espaço adequado para o recebimento e guarda de itens que não exigem instalação imediata (como banners, adesivos sem aplicação e troféus), evitando a degradação da cola dos adesivos ou danos físicos ao acrílico.
6. Capacitação da Equipe Requisitante: Realização de breve treinamento com os servidores responsáveis pelo envio das demandas sobre como solicitar os itens via Sistema de Registro de Preços (SRP), reforçando que a aquisição será por demanda e não exige a utilização total da ata.
7. Conformidade com a Nova Lei de Licitações: Garantir que o Termo de Referência (TR) esteja estritamente alinhado com a Lei 14.133/2021, estabelecendo critérios objetivos de seleção e cláusulas que assegurem as garantias de durabilidade solicitadas (ex: 10 anos para fachadas de ACM).

Estas providências visam mitigar riscos de falhas na execução e garantir que o investimento público resulte em uma comunicação visual eficiente e duradoura para o município.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação foi planejada para minimizar danos ao meio ambiente, adotando critérios de sustentabilidade na escolha dos materiais e processos produtivos:

- **Uso de Tintas Eco Solventes:** Como requisito técnico obrigatório em diversos itens (lonas, banners e adesivos), as empresas devem utilizar **tinta eco solvente**. Essa tecnologia reduz significativamente a emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) e o impacto ambiental em comparação às tintas solventes tradicionais.
- **Ciclo de Vida e Durabilidade:** A especificação de materiais de alta durabilidade, como as fachadas de ACM com vida útil de 10 anos e estruturas em Metalon galvanizado para evitar corrosão, atua como medida mitigadora ao reduzir a frequência de descarte e a necessidade de novas produções a curto prazo.
- **Eficiência Energética**: Para as fachadas que exigem iluminação, o DFD especifica o uso de refletores com lâmpadas eletrônicas de 30W, promovendo menor consumo de energia elétrica nas repartições públicas.
- **Gestão de Resíduos:** A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada das sobras de materiais (retalhos de lona, PVC e adesivos) resultantes da instalação nas unidades administrativas do município.

CONCLUSÃO

Após a avaliação técnica das alternativas e requisitos apresentados no Documento de Formalização da Demanda (DFD), a recomendação para a aquisição de materiais gráficos e sinalização é a realização de um procedimento licitatório para a seleção de fornecedores, estruturado sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

Esta solução é a mais vantajosa para o Município de Alto Alegre do Pindaré, pois permite o acesso a uma ampla gama de fornecedores qualificados e possibilita aquisições por demanda, sem a obrigatoriedade de utilização da totalidade da ata.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 40
Proc. 86
Rubrica

Alto Alegre do Pindaré (MA), 31 de março de 2026.

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para *fazer muito mais*

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperativa da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos. Tal medida é essencial para garantir que a administração municipal comunique de forma eficiente seus serviços e localizações aos cidadãos, fortalecendo a transparência e a acessibilidade institucional.

2.2. Ademais, a demanda justifica-se pela necessidade de suprir os órgãos municipais com materiais destinados a eventos oficiais, como troféus e banners, além de garantir a sinalização viária e interna por meio de placas e adesivos, elementos cruciais para a organização urbana e a segurança nas repartições.

2.3. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza da demanda, que é de fornecimento sob demanda. Esse modelo permite que a prefeitura realize as aquisições conforme as necessidades reais de cada secretaria, evitando a formação de estoques desnecessários de materiais sensíveis (como adesivos) e garantindo uma gestão financeira mais eficiente, uma vez que a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

2.4. Dessa forma, a contratação busca atender ao interesse público envolvido, assegurando a melhor solução para a manutenção da identidade visual e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO.

LOTE ÚNICO					
N°	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	picolitros e tinta eco solvente.				
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação,	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente				
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.				
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

4. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1. O objeto deste Termo de Referência é **considerado comum** porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado somente, cabendo à adoção da **modalidade PREGÃO**, nos termos do art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A modalidade de licitação ora escolhida confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

4.3. São aplicáveis ainda ao objeto licitado, no que couber a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, seguro, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 45
Proc. 86
Rub.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.

8.1. Deve possui garantia mínima de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

9.1. O material objeto do presente Termo de Referência deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados do Supervisor do setor competente.
9.2. O prazo de entrega do objeto será de até no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da ordem de fornecimento.
9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. DO PAGAMENTO:

10.1 - O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo do material, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;
10.1.1 - A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

PREFEITURA DE
Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

10.2 - Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;
10.3 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;
10.4 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.
10.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
11.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

12.1. O prazo de execução do objeto e a vigência contratual será de 3 (três) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas dos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.
12.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será até 12 (doze) meses à partir da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogações, desde que ocorram dentro desse prazo.
12.3 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 87
Proc. 89
Rub.

12.3 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, com fulcro no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

13.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme quantitativo solicitado.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.
14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 48
Proc. 86
Rub.

15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal.
15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.
15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011).
15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 49
Proc. 86
Rub.

serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

15.3. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
15.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
15.3.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

15.4. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
15.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
15.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
15.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
15.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
15.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
15.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
15.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
15.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
15.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
15.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 50
Proc. 86
Rub.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Gestor do Contrato:

16.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
16.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
16.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
16.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
16.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
16.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 81
Proc. 86
Rub.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

17.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
17.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
17.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
17.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
17.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
17.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS.

18.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).
18.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)
18.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.
18.3. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

19. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
19.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.
19.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:
19.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.
19.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

19.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
19.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
19.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
19.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.
19.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
19.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.
19.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
19.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.
19.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.
19.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.
19.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.
19.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.
19.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.
19.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.
19.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.
19.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.
19.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.
19.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
19.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 53
Proc. 86
Rub.

19.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
19.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.
19.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.
19.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.
19.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
19.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.
19.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.
19.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.
19.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.
19.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
19.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

20.1. A modalidade de licitação será Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e julgamento por LOTE.

21. DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO.

21.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Termo de Contrato, será feito por pessoa, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 117, da Lei n° 14.133/2021.

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 54
Proc. 86
Rub.

21.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
21.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
22.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,
22.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
22.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Avenida João XXVIII, S/N - Centro
Alto Alegre do Pindaré - MA, CEP: 65398-000
pmaap.pmaap01@gmail.com
www.altoalegredopindare.ma.gov.br
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Fls. 55
Proc. 89
Rubo

d) Os danos que dela provierem para o Contratante.

22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Município terá direito, a qualquer tempo e lugar, de rejeitar quaisquer produtos fornecidos, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados.
23.2. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.
23.3. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.
23.4. Não será admitida proposta parcial, ou seja, com quantitativos inferiores ou superiores aos itens estabelecidos, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

24. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

24.1 – O cronograma de desembolso será parcelado, de acordo com o quantitativo solicitado e a partir do recebimento definitivo do objeto.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 01 de abril de 2026.

MARCELO COELHO SOUSA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Fls. 59
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 86/2026

De acordo com as informações constantes neste Processo, autorizo a solicitação para **Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, e encaminho ao Agente de Contratação para providenciar a execução do procedimento de contratação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

Após a tramitação de toda fase interna, retorne os autos ao ordenador de despesa respectivo para fins de apreciação dos custos e viabilidade técnica e legal de eventual processo de contratação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 02 de abril de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Fls. 60
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 86/2026

Tendo em vista a instrução dos autos, segue anexa a Portaria nº 75/2025, a qual nomeia os agentes de contratação, pregoeiro, membros da comissão de contratação e equipe de apoio nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

Ademais, tendo em vista a autorização de encaminhamento do Prefeito do pleito conforme a lei, determino os seguintes encaminhamentos com a finalidade impulsionar o feito:

a) Ao Departamento do Setor de Cotação de Preços para a realização da pesquisa de mercado para juntar o mapa de cotações com propostas comerciais, nos termos da lei;

b) Ao Setor de Contabilidade para informar se despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, a depender do caso, já providenciar a reserva orçamentária e informar a rubrica que correrá a despesa;

c) Retornem os autos a este setor para manifestar-se sobre a modalidade de contratação e juntar minuta edital e anexos;

d) à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

e) À autoridade superior decidir sobre a autorização da deflagração do procedimento licitatório;

f) Retornem os autos para esse Setor para providências;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 02 de abril de 2026.

EDIVAN PINHO PEREIRA
Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

01.612.832/0001-21
Av. João XXXIII, s/n – Centro
Estado do Maranhão

PORTARIA Nº 075/2025

Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1º, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1º: **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3º. Os servidores indicados no art. 2º, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002,

Art. 4º. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1º de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 09 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 004/2018 de 15/05/2018, que a presente Portaria foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em 01 de janeiro de 2025 e no Diário Oficial do Município, D.O.M.

Marcelo Coêlho Sousa
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Art. 21. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Alegre do Pindaré-MA, 02 de Dezembro de 2024.

Rivaldo Pereira Santos
Presidente

Eliete Assis Bezerra
1° Secretária

ANEXO 01
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Assessor Legislativo	13	R$ 1.412,00
02	Assessoria Contábil	1	R$ 3.500,00
03	Assessoria de Comunicação	1	R$ 2.000,00
04	Assessoria Juridica	1	R$ 4.237,20
05	Chefe de Gabinete	1	R$ 3.000,00
06	Controlador Geral	1	R$ 4.697,00
07	Diretor da Câmara	1	R$ 1.412,00
08	Secretário Geral	1	R$ 2.098,00
09	Tesoureiro	1	R$ 3.500,00

ANEXO 02
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

ORD	DENOMINAÇÃO	QTD	SALÁRIO
01	Auxiliar de Serviços Gerais	2	R$ 1.412,00
02	Vigia	2	R$ 1.412,00
03	Motorista	1	R$ 1.412,00

PORTARIAS DE NOMEAÇÕES

PORTARIA Nº 034/2025
Em 01 de janeiro de 2025.

NOMEIA COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 44 da Lei Orgânica do Município, pela presente.

R E S O L V E:
Art. 1°: Designar o servidor **FRANCIVAL VELOSO FERNANDES** – CPF nº 471.197.723-68 para exercer a função de para exercer o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DAS-1/2/3 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.
Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3°. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se na imprensa oficial – em conformidade com o art. 48, da Lei Orgânica de ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), para que surta seus legais e efeitos jurídicos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 01 de janeiro de 2025.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2025
Em 09 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDORES E SERVIDORAS PARA, SEM PREJUÍZO DAS ATRIBUIÇÕES EM SUAS RESPECTIVAS UNIDADES DE LOTAÇÃO, ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO (CPC) E DA EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021.

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica.

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6°, bem como no artigo 8°, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:

I - EDIVAN PINHO PEREIRA, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 000030264194-7 SSP/MA, e do CPF nº 713.015.423-34;

II - MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES, servidor efetivo, portador da cédula de identidade RG nº 0289389320105 SSP/MA, e do CPF nº 550.726.153-91;

III – MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS, servidora efetiva, portadora da cédula de identidade RG nº 000075265197-8, e do CPF nº CPF nº 815.343.963-49.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2°. Designar o Agente de Contratação indicado no art. 1°, **EDIVAN PINHO PEREIRA**, para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8°, §5° da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. Designar os servidores os seguintes servidores relacionados no art. 1°. **MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES** e **MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS** para, sob a presidência de **EDIVAN PINHO PEREIRA**, comporem a Comissão Permanente de Contratação (CPC) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré - MA, na qualidade de membros titulares.

Art. 3°. Os servidores indicados no art. 2°, parágrafo único, desta portaria, serão responsáveis pelas contratações de saldos de Atas de Registro de Preços, rescisões e prorrogações contratuais decorrente de processos licitatórios que foram registrados e contratados, sob a égide das antigas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

Art. 4°. As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 33/2025, datada de 1° de Janeiro de 2025 e Publicada no Diário Oficial do Município em 2 de Janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. Em 09 de janeiro de 2025. JOSE FRANCINETE BENTO LUNA Prefeito Municipal.

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:02 -03'00'

Fls. 64
Proc.
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612 – 9344

Assinado digitalmente por CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234
DN: cn=CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES:72023597234, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, email=REGAZZONI31@GMAIL.COM
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: 2025.01.09 17:31:20 -03'00'

Fls. 65
Proc. 86
Rub.

Processo / Protocolo: 86/2026
Origem: Sec. Municipal de Administração e Finanças
Assunto: Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

DESPACHO

Vieram os autos a esta Assessoria Administrativa para realização de pesquisa de preços visando subsidiar o presente procedimento licitatório, com obtenção da média de preço praticada no mercado para o objeto acima descrito.

Ocorre que, recentemente, em atenção à determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Alto Alegre do Pindaré, e, em consonância com o que disciplina o art. 18, § 1º, inciso V, primeira parte, da Lei nº 14.133/2021, realizamos pesquisa de preços.

Nota-se que o objeto constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, o qual serviu de parâmetro para a Pesquisa de Mercado inicial, elaborada por este setor.

Ressalta-se que o preço médio estimado obtido está em consonância com a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Com efeito, o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA, com nova redação dada pelo Decreto Municipal nº 040, de 07 de março de 2024, prevê em seu art. 5º, §§ 7ª e 8º, a possibilidade de dispensa, mediante justificativa expressa, da pesquisa de que trata o § 2º, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Por oportuno, cite-se os §§ 2º, 7º e 8º do art. art. 5º do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024, bem como o art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme segue:

Decreto Municipal nº 026/2024 - PMAAP	"Art. 5º. .....*omissis*..... (...) § 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência. (...)

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

	§ 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2°, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021. § 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses.

Lei Federal n. 14.133/2021	Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (...)

Fls. 67
Proc. 86
Rub.

Desse modo, considerando que a pesquisa inicial atente aos ditames do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como, diante da possibilidade legal de dispensa de nova pesquisa, com supedâneo no Decreto Municipal nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, art. 5º, §§ 7º e 8º, pois a referida pesquisa foi realizada há menos de 06 (seis) meses e o objeto a ser cotado, constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Termo de Referência – TR, não sofreu alteração em sua especificação e quantidade, sendo o mesmo discriminado no Documento de Formalização de Demanda – DFD, que serviu de parâmetro para a pesquisa inicial.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de abril de 2026.

Leniza de Oliveira Botelho
Assessora Administrativa

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
01.612.832/0001-21
Av. João XXXIII, s/n – Centro
Estado do Maranhão

DECRETO Nº 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Parágrafo primeiro. Para os efeitos deste Decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar os ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive aluguéis e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Art. 2º A elaboração dos ETP **não** é obrigatória nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratações de soluções que repliquem modelagem já adotada em contratos anteriores e recentes do órgão, e considerada satisfatória pela Administração;

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.02.19 17:05:50 -03'00'

Fls. 69

IV - contratações de baixa complexidade cuja modelagem adotada siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Estado do Maranhão, inclusive quanto à técnica construtiva empregada, se for o caso, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

V - contratações cujos itens constem do Catálogo Eletrônico de Padronização Estadual ou Federal, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, como, por exemplo, no caso dos itens constantes do Catálogo Federal no sítio https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados;

VI - quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União, ou objeto de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

VII - quando se tratar de aquisição, serviço ou obra objeto de empréstimo, financiamento ou instrumento congênere firmado com banco ou instituição de fomento, quando houver detalhamento suficiente do objeto a executar no próprio compromisso firmado;

VIII - contratações de elaboração de projetos básico e/ou executivo tomados isoladamente, isto é, quando não acompanhada da execução dos serviços ou obras correspondentes;

IX - quaisquer alterações contratais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

§ 1º Os autos do processo deverão ser instruídos com a justificativa e a indicação do dispositivo a autorizar a não elaboração do respectivo ETP.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica à elaboração de Mapa de Riscos da contratação.

Art. 3º Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5º Os ETP deverão ser elaborados considerando a necessidade da Prefeitura, as soluções

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387

disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I – Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
b) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; e
d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;
b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;
c) contratações correlatas e/ou interdependentes;
d) providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e
e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:

a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e
d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.02.19 17:06:22 -03'00'

§ 1º Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 3º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade do Município, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, poderá ser elaborado ETP simplificado quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica, ou em diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo, constantes das seguintes regulamentações:

a) Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados;
b) Portaria SGD/MGI nº 370/2023, para outsourcing de impressão;
c) Portaria SGD/MGI nº 750/2023, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;
d) Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, para serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC;
e) Instrução Normativa Secon/PR nº 01/2023, para serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital; e
f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, para contratação e gestão de estações de trabalho.

§ 5º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidas nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

§ 6º Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387 Dados: 2024.02.19 17:06:37 -03'00'

MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
01.612.832/0001-21
Av. João XXXIII, s/n – Centro
Estado do Maranhão

dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda da Administração for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos dos ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo Federal, para elaboração dos ETP.

Parágrafo único. Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no DOM e à divulgação do certame na plataforma de disputa, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

Art. 7º Os ETP são públicos e devem integrar o Projeto Básico ou Termo de Referência, os quais poderão trazer referências à melhor forma de acessar o seu conteúdo, inclusive pela Internet.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa, a Administração pode classificar os ETP como documentos preparatórios sigilosos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 19 de fevereiro de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387

Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2024.02.19 17:06:51 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

técnico-operacional sobre o objeto demandado.

Art. 3º Até a **primeira quinzena de maio de cada exercício**, os órgãos e as entidades elaborarão os seus planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente [...].

§ 2º O período de que trata o caput compreenderá a elaboração **(até 1º de abril)**, a consolidação **(02 a 30 de abril)** e a aprovação **(01 a 15 de maio)** do Plano de Contratações Anual pelos órgãos e pelas entidades.

Art. 4º Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
II - as contratações realizadas por meio do regime de adiantamento, ou suprimento de fundos, previsto nos art. 65 a 69 da Lei nº 4.320/1964;
III - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais se referem a objetos que envolvam comprometimento da segurança nacional, nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal, grave perturbação da ordem, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública; e
IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 5º Para elaboração do Plano de Contratações Anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;
II - descrição sucinta do objeto;
III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, o qual ainda não se constituirá na Pesquisa Preliminar de Preços propriamente dita;
V - indicação da data pretendida para a contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;
VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;
VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e
VIII - nome da área requisitante com a identificação do responsável.
§ 1º Os documentos de formalização de demanda devem ser aprovados pelas autoridades setoriais.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o nível referente à classe dos materiais ou ao grupo dos serviços e das obras dos Sistemas de Catalogação de Material, de Serviços ou de Obras do Governo federal.

Art. 6º. As informações de que trata o art. 5º serão formalizadas até **1º de abril do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual**.

Art. 7º. Encerrado o prazo previsto no art. 6º, o setor de contratações consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

I - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - adequar e consolidar o Plano de Contratações Anual, observado o disposto no art. 5º; e

III - elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º O setor de contratações concluirá a consolidação do Plano de Contratações Anual até **30 de abril do ano de sua elaboração** e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

Art. 8º. Até a primeira quinzena de maio do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas.

§ 1º A autoridade competente poderá reprovar itens do Plano de Contratações Anual ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes ou técnicas, observado o prazo previsto no caput.

§ 2º O Plano de Contratações Anual aprovado pela autoridade competente e suas eventuais versões atualizadas, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do ente público, no prazo de quinze dias, contados da data de sua aprovação, revisão ou alteração.
§ 3º Deverão ficar disponíveis para consulta pública, sítio eletrônico do ente público, todas as versões do documento.

Art. 9º. Durante o ano de sua elaboração, após aprovado, bem como durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual poderá ser revisado e alterado a qualquer tempo, por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, seguindo-se o mesmo rito procedimental previsto nos arts. 5º a 8º quanto às alçadas de autorização.

Art. 10. As demandas constantes do Plano de Contratações Anual serão formalizadas pelo setor requisitante em processo de contratação, o qual deverá conter os artefatos básicos de planejamento da contratação, tais como, conforme o caso, estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto ou projeto básico, para encaminhamento ao setor de contratações **pelo menos 60 (sessenta) dias antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

Parágrafo único. Sempre que um processo de contratação for instaurado no setor requisitante, este deverá verificar se a demanda já foi incluída no Plano de Contratações Anual para que, caso não conste do plano, proceda-se à sua revisão e alteração.

Art. 11. A fase externa do procedimento de contratação cabe ao setor de contratações, e deve ser iniciada, no caso de licitações, pelo **menos 30 (trinta) dias antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

§ 1º No caso de procedimentos de contratação direta, a autorização prevista no art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, deve ocorrer **pelo menos uma semana antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

§ 1º No caso de adesões a Atas de Registro de Preços a aquiescência formal do órgão gerenciador da Ata, bem como da empresa detentora da Ata, deve ocorrer **pelo menos uma semana antes** da data pretendida para a contratação a que se refere o inciso V do art. 5º.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 19 de fevereiro de 2024.
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Parágrafo primeiro. Para os efeitos deste Decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar os ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive aluguéis e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código MRLHH-IHGZP-U6HQP-G6H7D enquanto armazenado no Portal do TCE em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas.

Art. 2° A elaboração dos ETP **não** é obrigatória nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - contratações de soluções que repliquem modelagem já adotada em contratos anteriores e recentes do órgão, e considerada satisfatória pela Administração;

IV - contratações de baixa complexidade cuja modelagem adotada siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Estado do Maranhão, inclusive quanto à técnica construtiva empregada, se for o caso, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

V - contratações cujos itens constem do Catálogo Eletrônico de Padronização Estadual ou Federal, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, como, por exemplo, no caso dos itens constantes do Catálogo Federal no sítio https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados;

VI - quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União, ou objeto de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

VII - quando se tratar de aquisição, serviço ou obra objeto de empréstimo, financiamento ou instrumento congênere firmado com banco ou instituição de fomento, quando houver detalhamento suficiente do objeto a executar no próprio compromisso firmado;

VIII - contratações de elaboração de projetos básico e/ou executivo tomados isoladamente, isto é, quando não acompanhada da execução dos serviços ou obras correspondentes;

IX - quaisquer alterações contratais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

§ 1° Os autos do processo deverão ser instruídos com a justificativa e a indicação do dispositivo a autorizar a não elaboração do respectivo ETP.

§ 2° O disposto neste artigo também se aplica à elaboração de Mapa de Riscos da contratação.

Art. 3° Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4° Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5° Os ETP deverão ser elaborados considerando a necessidade da Prefeitura, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I – Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
b) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; e
d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;
b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;
c) contratações correlatas e/ou interdependentes;
d) providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e
e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:
a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;
c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e
d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

§ 1° Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 2° A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 3° Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade do Município, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar.

§ 4° Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, poderá ser elaborado ETP simplificado quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica, ou em diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo, constantes das seguintes regulamentações:

a) Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados;
b) Portaria SGD/MGI nº 370/2023, para outsourcing de impressão;
c) Portaria SGD/MGI nº 750/2023, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;
d) Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, para serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC;
e) Instrução Normativa Secon/PR nº 01/2023, para serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital; e
f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, para contratação e gestão de estações de trabalho.

§ 5° Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidas nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

§ 6° Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda da Administração for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos dos ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6° Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código MRLHH-IHGZP-U6HOP-U3HVD enquanto armazenado no Portal do em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas
página 3 de 11

Federal, para elaboração dos ETP.

Parágrafo único. Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no DOM e à divulgação do certame na plataforma de disputa, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

Art. 7º Os ETP são públicos e devem integrar o Projeto Básico ou Termo de Referência, os quais poderão trazer referências à melhor forma de acessar o seu conteúdo, inclusive pela Internet.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa, a Administração pode classificar os ETP como documentos preparatórios sigilosos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 19 de fevereiro de 2024.
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Alto Alegre do Pindaré (MA).

Art. 2º Tendo em vista o disposto no art. 187 da Lei nº 14.133/2021, adotar-se-á como parâmetro normativo em âmbito municipal, no que couber, os seguintes regulamentos editados pela União:

a) Decreto nº 10.818/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021);
b) Decreto nº 11.246/2022, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021);
c) Decreto nº 11.430/2023, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (no art. 25, § 9º, inciso I, e no art. 60, caput, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);
d) Decreto nº 11.461/2023, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 31 da Lei nº 14.133/2021);
e) Decreto nº 11.462/2023, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021);
f) Decreto nº 7.983/2013, e Instruções Normativas Seges nºs 05/2017, 65/2021 e 91/2022, para dispor sobre o procedimento administrativo de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como para obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional (art. 23 da Lei nº 14.133/2021);
g) Instrução Normativa Seges/ME nº 77/2022, para dispor sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional;
h) Instrução Normativa Seges/ME nºs 81/2022, para dispor sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional;
i) Instruções Normativas Seges/MPDG nº 05/2017, e Seges/ME nºs 75/2021 e 98/2022, para designação e atuação de fiscais e gestores dos contratos, incluindo condições de subcontratação e regras de recebimento provisório e definitivo do objeto;
j) Instruções Normativas Seges/ME nºs 73/2022 e 96/2022, e Seges/MGI nºs 02/2023 e 12/2023, para dispor sobre os critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, por maior retorno econômico, técnica e preço, e melhor técnica ou conteúdo artístico, todos na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional;

§ 1º A adoção da regulamentação federal citada acima não obriga o município a utilizar-se das plataformas eletrônicas disponibilizadas pelo Governo Federal, podendo ainda a Administração valer-se de interfaces disponíveis no mercado, ressalvadas as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a utilização do registro cadastral unificado de fornecedores.

§ 2º Na condução de procedimentos licitatórios realizados de forma eletrônica, a interface utilizada pela Prefeitura deve estar integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 175, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º Nas dispensas de licitação que não envolverem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, a obtenção de propostas poderá ocorrer de forma eletrônica ou não eletrônica, a critério da Administração, sem prejuízo da divulgação a que se refere o §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º Em licitações ou em procedimentos de contratação direta de dispensa em função do valor visando à execução de recursos provenientes de transferências voluntárias celebradas com a União, a interface utilizada deve estar integrada à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias, atualmente denominada Transferegov.br, sem prejuízo do disposto no § 2º acima.

§ 5º A gestão das autorizações para adesão às Atas de Registro de Preços da Prefeitura poderá, a critério da Administração, ocorrer de forma eletrônica ou não eletrônica.
§ 6º A intenção de registro de preços (IRP) prevista no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023 poderá, a critério da Administração, ser disponibilizada apenas para órgãos e entidades vinculadas à Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

§ 7º A abertura do prazo de oito dias úteis para a intenção de registro de preços (IRP), quando ocorrer, será divulgada no Diário Oficial do Município.

§ 8º A identificação dos órgãos gerenciador, participantes e caronas em âmbito municipal ocorrerá por Unidade Gestora, seguindo-se o disposto no art. 5º deste Decreto.

§ 9º Como critério de exequibilidade para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, adotar-se-á, na aplicação do disposto no caput do art. 34 da Instrução Normativa Seges/ME nºs 73/2022, o percentual de 70%.

§10. Na adoção da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 para contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração não estará obrigada a adotar a conta-depósito vinculada nem o pagamento pelo fato gerador, podendo adotar outras medidas visando a assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, inclusive as previstas nos incisos I, II e IV do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º A elaboração do Plano de Contratações Anual seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 025/2024.

Art. 4º A elaboração do Estudo Técnico Preliminar seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 026/2024.

Art. 5º Para efeito do disposto no inciso I do §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerar-se-á como Unidade Gestora cada uma das Secretarias Municipais criadas pela Lei Orgânica do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

Art. 6º Para efeito do disposto no inciso II do §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerar-se-á como mesmo ramo de atividade a hierarquia de "Classe de Material", constante das Planilhas Catmat e Catserv do Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo Federal.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar
através do código MRLHH-IHG2P-U6RQP-Q3HYD enquanto armazenado no Portal DC em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

DECRETO Nº 040, DE 07 DE MARÇO DE 2024.

Altera o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5° do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"Art. 5°. .....
.....

§ 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2°, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 07 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387

Assinado de forma digital por FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2024.03.07 11:53:42 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

Fls. 77
Proc. 80
Rub.

SUMÁRIO

EXTRATO
Comissão Permanene de Licitação – CPL.....1
PORTARIA
Gabinete do Prefeito – GABPREF.....1
DECRETO
Gabinete do Prefeito – GABPREF.....1

EXTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 275/2023. REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 035/2024. **PARTES**: CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA), através da Sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, CONTRATADA: **RENATA CRISTINA MACHADO SILVA**. **OBJETO**: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº. 275/2023, no qual tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua São Vicente, s/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré (MA). **PRAZO**: Fica o prazo estendido de 15/02/2024 até 15/08/2024. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** *020900 SEC DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA 08 122 Administração Geral 0106 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 2034 0000 MANUT.E FUNC. DA SECRETARIA 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA* **SIGNATÁRIOS**: ELZA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, LOCATÁRIA e **RENATA CRISTINA MACHADO SILVA**, LOCADORA. Alto Alegre do Pindaré/MA, 09 de fevereiro de 2024. Emanuel Diniz de Jesus Póvoas. Assessor Jurídico/PGM OAB/MA 21.553.

PORTARIA

PORTARIA Nº 121/2024 - GAB
Em 6 de março de 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, nos termos da Lei Municipal nº 009/1997, o Senhor **ALTEMAR LIMA DE SOUSA**, RG 0679660968 SSP/MA, CPF nº 825.681.207-97, para o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER** e **GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA,** a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em 6 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO

DECRETO Nº 040, DE 07 DE MARÇO DE 2024

Altera o Decreto nº 26, de 19 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º do Decreto nº. 26, de 19 de fevereiro de 2024 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"Art. 5º .....
§ 7º Será dispensada, mediante justificativa expressa, a pesquisa de que trata o § 2º, quando a pesquisa de preços realizada por ocasião do ETP contiver elementos suficientes para que seja definido o valor estimado da contratação, observado o art. 23 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 8º A opção pela dispensa da pesquisa de preços nos termos do parágrafo anterior, não exime da necessidade de atualização dos valores estimados da contratação, caso a realização da pesquisa de preços ou os seus parâmetros adotados tenham excedido o prazo de 6 (seis) meses." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 07 de março de 2024.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

Documento assinado eletronicamente. Verificação em https://www.qualisign.com.br/portal/qc-validar através do código VKC1T-OUYGE-PXBAS-9ELNR emitido e armazenado no Portal ou em https://validar.iti.gov.br conforme instruções lá colocadas

Fls. 28
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Processo nº 86/2026
Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Para: CPL

DESPACHO

Venho por meio desse, informar que as despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, serão informadas quando do momento da contratação, tendo em vista que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto Federal 11.462/23.

Encaminhe os autos do processo ao Agente de Contratação.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 06 de abril de 2026.

Antônio Amaro dos Santos Ayres
Contador Geral
CRC/MA 010691/0-2

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo nº 86/2026
Requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Objeto da Contratação: Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo deflagrado pela **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, solicitando a contratação de empresa para fornecimento de **material gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/M**, cujo valor estimado da despesa perfaz **R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos)**.

A presente licitação se dará com fundamento legal estabelecido na Lei 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação administrativa no âmbito da Administração Pública, considerando a necessidade de assegurar uma contratação eficiente, transparente e que promova a ampla competição entre os licitantes.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; V - a elaboração do edital de licitação;*
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
> *IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Portanto, o processo veio instruído com todos os documentos hábeis para deflagração da licitação, como Ofício/Documento de Formalização da despesa, Estudo técnico preliminar/ETP, termo de referência, Despacho de encaminhamento do Agente de Contratação, despacho do setor de cotação de preços, despacho da contabilidade com informações orçamentárias, dentre outros.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

> *Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato,*

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

> *que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; j) adequação orçamentária.*

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.

II – DA MINUTA DO EDITAL

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

III – DA MINUTA DO CONTRATO

No presente caso se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos,

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

publicações e eleição de foro, encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

IV – DA ESCOLHA DA MODALIDADE

Sendo assim, a modalidade escolhida foi o Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, dada a natureza do objeto da contratação, maior competitividade entre os potenciais fornecedores, eficácia e a eficiência desse modelo de licitação, bem como pela agilidade proporcionada pela realização do certame de forma eletrônica, permitindo a participação de interessados de diversas localidades, fomentando a competitividade e, consequentemente, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ratifico a necessidade de observância rigorosa das disposições legais pertinentes à modalidade de **Pregão Eletrônico**, visando assegurar a lisura, a transparência e a legalidade do processo licitatório.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 07 de abril de 2026.

EDIVAN PINHO PEREIRA
Pregoeiro

Fls. 83
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP n° 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo: 86/2026

Em atenção ao despacho do Agente de Contratação, sirvo-me do presente para efetuar a juntada da minuta do Edital de Licitação, bem como remeter os autos à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

Alto Alegre do Pindaré/MA, 08 de abril de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO Nº. 86/2026/PMAAP/MA

DADOS DA LICITAÇÃO	
ÓRGÃO LICITANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA	
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para aberturada sessão pública, através do Portal designado.	
DATA E INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: __/__/_____, às __:__hs	
Endereço Eletrônico: http://www.licitaaap.com.br/ **Endereço para retirada do Edital:** http://www.licitaaap.com.br/	
VALOR TOTAL ESTIMADO:	Valor Total: R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos).
NATUREZA DO OBJETO:	Aquisição de Bens/ material gráfico
PARTICIPAÇÃO MEI / ME / EPP	AMPLA CONCORRÊNCIA
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS/DOCUMENTAÇÃO: até 02 (duas) horas	
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	POR LOTE, observadas ascondições definidas neste Edital e anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE LANCES	Menor Preço: Intervalo de R$ 1.000,00 (mil reais)
MODO DE DISPUTA	Aberto
INFORMAÇÕES	
Ato de Designação do Agente de Contratação/Pregoeiro: Portaria n° 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09 de janeiro de 2025.	
Autoridade Competente/Homologadora: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA	
Endereço: Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré-MA, CEP 65.072-130.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO Nº. 86/2026/PMAAP/MA

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, por intermédio de sua **PREFEITURA MUNICIPAL**, e pelo seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie.

Data da sessão: ___/____/_____.
Horário: ___:___hs
Local: https://www.licitaaap.com.br/

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta por único lote, com 35 (trinta e cinco) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal, por meio do sítio http://www.licitaaap.com.br/.
2.1.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Nos termos do art. 47, caput, e do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e conforme disposto no art. 73, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente licitação será aberta para ampla concorrência, em razão de os valores estimados superarem o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
2.4. Caso não haja o comparecimento ou a habilitação de quaisquer Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou sociedades cooperativas equiparadas na presente licitação, ou ainda que todas sejam desclassificadas ou inabilitadas, a Administração poderá, visando à obtenção de proposta vantajosa e à continuidade do certame, admitir a participação de empresas de porte diverso, promovendo a devida readequação da fase competitiva, nos termos do § 4º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurada a igualdade de condições a todos os licitantes remanescentes.
2.5. Não poderão disputar esta licitação:
2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
2.5.11. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
2.5.12. Cujo proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal.
2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.3.1 deste Edital.
3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os

requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. Se for o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, bem como enviar pelo sistema, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

4.1.1. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

4.1.2. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

4.1.3. Preço unitário e o valor total da proposta. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

4.1.4. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes;

4.1.5. Prazo de entrega: de acordo com Termo de Referência

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
4.4. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1.000,00 (mil reais).
5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta
5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
5.21.2.2. empresas brasileiras;
5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
6.1.1. SICAF;
6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), e
6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
6.7.1. contiver vícios insanáveis;
6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
6.8. No caso de bens e serviços em geral, o Pregoeiro terá a discricionariedade de, a qualquer momento da fase de julgamento, realizar diligências para aferir a exequibilidade dos preços propostos, sempre que houver indícios de que os valores ofertados são insuficientes para a execução contratual. Para fins de comprovação, o Pregoeiro poderá solicitar o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da composição detalhada de custos, bem como de outros documentos passíveis de demonstrar a viabilidade da proposta, sob pena de desclassificação.
6.8.1. A inexequibilidade poderá ser considerada após a referida diligência do pregoeiro, que comprove:
6.8.1.1. que o custo operacional e de insumos do licitante ultrapassa o valor total da proposta apresentada; e
6.8.1.2. a inexistência de ganhos de escala ou custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta apresentada.
6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Há depender da urgência e necessidade de imediata contratação, o pregoeiro poderá desclassificar sumariamente a proposta tida como inexequível.
6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:
7.2. **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
7.2.1. Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
7.2.2. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
7.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
7.2.4. No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;
7.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
7.3. **Regularidade Fiscal**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
7.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
7.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços;
7.3.3. Cartão ou documento equivalente que conste Inscrição Municipal, que poderá ser substituído pelo Alvará de Localização e Funcionamento.
7.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
7.3.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;
7.3.6. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
7.3.7. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
7.3.8. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
7.3.9. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
7.3.10. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
7.3.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.3, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 42, §1°, LC 123/06).

7.5. Este benefício será concedido somente às empresas que obtiveram o benefício de ME ou EPP.

7.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item 7.4, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133, de 1° de abril de 2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 5.20.2.

7.7. **Qualificação Econômico-Financeira**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.7.1. Certidão negativa de falência recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

7.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.7.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.7.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

7.7.6. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{}$$

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

$$= \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.7.7. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 da lei 14.133/21
7.7.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
7.7.9. São definidos como documentos complementares ao balanço patrimonial e necessários à comprovação da qualificação econômico-financeira o termo de abertura e encerramento do livro caixa, demonstração de resultado de exercício e notas explicativas, nos termos do art. 69, I, da lei 14.133/21.
7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
7.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
8.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
8.3.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser fixado;
8.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
8.4. A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
8.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4°):

9.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
9.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por meio do Portal.
14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
15.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
15.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
15.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação, ou poderá ser encaminhado via e-mail no caso de impossibilidade de realizar o upload no site.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado.
16.4. A ARP poderá ser assinada por meio de assinatura digital, através de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela própria ICP-Brasil.
16.5. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
16.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
16.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do disposto do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
16.8. convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
16.9. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
16.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
16.11. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
16.12. **O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 1 (UM) ANO, CONTADO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DA ASSINATURA, E PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO.**
16.13. Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observada a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.
16.14. Após a autorização do órgão gerenciador, a aquisição ou a contratação deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Administração Pública, quando este:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) se recusar a assinar contrato, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
17.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos incisos I e II acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
17.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) por razão de interesse público; ou
b) a pedido do fornecedor.

18. DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Sendo autorizado a contratação o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços fica obrigado a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos ou instrumentos equivalentes, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
18.1.1 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
18.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, e deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
18.3. A recusa injustificada do fornecedor beneficiário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021.
18.4. O fornecedor que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação. O limite para o acréscimo será de 50% (cinquenta por cento).
18.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
18.6. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
18.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
19.1.5. fraudar a licitação
19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
19.2.1. advertência;
19.2.2. multa;
19.2.3. impedimento de licitar e contratar e
19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital
20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma do pregão eletrônico, e no portal de transparência do Município.
20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
ANEXO V – Declaração conjunta

Alto Alegre do Pindaré (MA), ___ de _____ de _____.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperativa da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos. Tal medida é essencial para garantir que a administração municipal comunique de forma eficiente seus serviços e localizações aos cidadãos, fortalecendo a transparência e a acessibilidade institucional.

2.2. Ademais, a demanda justifica-se pela necessidade de suprir os órgãos municipais com materiais destinados a eventos oficiais, como troféus e banners, além de garantir a sinalização viária e interna por meio de placas e adesivos, elementos cruciais para a organização urbana e a segurança nas repartições.

2.3. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza da demanda, que é de fornecimento sob demanda. Esse modelo permite que a prefeitura realize as aquisições conforme as necessidades reais de cada secretaria, evitando a formação de estoques desnecessários de materiais sensíveis (como adesivos) e garantindo uma gestão financeira mais eficiente, uma vez que a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

2.4. Dessa forma, a contratação busca atender ao interesse público envolvido, assegurando a melhor solução para a manutenção da identidade visual e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO.

LOTE ÚNICO					
Nº	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

	cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente				
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00

27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal. recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603.17	R$ 30.158.50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

4. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1. O objeto deste Termo de Referência é **considerado comum** porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado somente, cabendo à adoção da **modalidade PREGÃO**, nos termos do art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A modalidade de licitação ora escolhida confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

4.3. São aplicáveis ainda ao objeto licitado, no que couber a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, seguro, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.

8.1. Deve possui garantia mínima de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

9.1. O material objeto do presente Termo de Referência deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados do Supervisor do setor competente.
9.2. O prazo de entrega do objeto será de até no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da ordem de fornecimento.
9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. DO PAGAMENTO:

10.1 - O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo do material, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

10.1.1 - A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

10.2 - Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

10.3 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;

10.4 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

10.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

11.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

12.1. O prazo de execução do objeto e a vigência contratual será de 3 (três) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas dos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

12.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será até 12 (doze) meses à partir da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogações, desde que ocorram dentro desse prazo.

12.3 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.3 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, com fulcro no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

13.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme quantitativo solicitado.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.
14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do

Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual

15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal.

15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011).

15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

15.3. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

15.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.3.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

15.4. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
15.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
15.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
15.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
15.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
15.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
15.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
15.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
15.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
15.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
15.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Gestor do Contrato:

16.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
16.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
16.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
16.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
16.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
16.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

17.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
17.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
17.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
17.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
17.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS.

18.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).
18.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)
18.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.
18.3. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

19. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
19.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.
19.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:
19.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.
19.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.
19.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

19.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
19.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
19.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.
19.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
19.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.
19.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
19.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.
19.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.
19.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.
19.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.
19.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.
19.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.
19.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.
19.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.
19.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.
19.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.
19.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
19.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente,

a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

19.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

19.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

19.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

19.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

19.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

19.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

19.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

19.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

19.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

20.1. A modalidade de licitação será Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e julgamento por LOTE.

21. DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO.

21.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Termo de Contrato, será feito por pessoa, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021.
21.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
21.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
22.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,
22.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
22.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante.
22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Município terá direito, a qualquer tempo e lugar, de rejeitar quaisquer produtos fornecidos, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados.
23.2. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.
23.3. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.
23.4. Não será admitida proposta parcial, ou seja, com quantitativos inferiores ou superiores aos itens estabelecidos, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

24. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

24.1 – O cronograma de desembolso será parcelado, de acordo com o quantitativo solicitado e a partir do recebimento definitivo do objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Marcelo Coelho Sousa

Problema Resumido
O problema central é a ausência de padronização visual e identificação nas fachadas dos prédios públicos, o que prejudica a comunicação eficiente dos serviços e localizações para os cidadãos. Soma-se a isso a necessidade de suprir demandas por materiais destinados a eventos oficiais (troféus e banners) e a carência de sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este estudo técnico preliminar visa subsidiar a elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso seja concluída a viabilidade da contratação, promovendo a transparência, legalidade e eficiência na gestão pública do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

A necessidade desta contratação advém da urgência em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos do município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

O objetivo é garantir que a administração municipal comunique seus serviços e localizações de forma eficiente aos cidadãos. Além disso, busca-se suprir a demanda por materiais destinados a eventos oficiais (como troféus e banners) e por sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Logo, o presente estudo técnico preliminar tem como objetivo analisar a viabilidade e justificativa, bem como propor a solução mais eficaz, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/21, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação de bens e serviços no âmbito da administração pública.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de assegurar a eficiência na comunicação com o cidadão e a manutenção da identidade visual institucional do município. A robustez desta justificativa sustenta-se nos seguintes pilares:

- **Padronização e Identificação Institucional:** A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação das fachadas de todos os prédios públicos municipais. Fachadas uniformes e bem-sinalizadas (sejam em lona com estrutura ou em ACM de alta durabilidade) permitem que a população localize e identifique prontamente os pontos de prestação de serviços, promovendo a transparência e a acessibilidade.

- **Segurança e Orientação Pública:** A demanda abrange itens de sinalização viária e interna, como placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e placas de identificação em PVC. Tais materiais são imprescindíveis para a segurança no trânsito e para o fluxo ordenado de pessoas dentro das repartições, garantindo que as normas de sinalização sejam cumpridas.

- **Apoio a Atividades e Eventos Oficiais:** A Administração Municipal realiza periodicamente eventos oficiais que demandam materiais específicos, como troféus em acrílico e banners de diversas gramaturas. A disponibilidade desses itens é crucial para a valorização de ações culturais, esportivas e administrativas, fortalecendo o vínculo entre a prefeitura e a comunidade.

- **Eficiência Operacional e Econômica (SRP):** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever, com exatidão absoluta, o momento exato da necessidade de cada item (como a troca de uma fachada por desgaste ou a realização de um evento não planejado). Este modelo permite a aquisição por demanda, evitando a manutenção de estoques desnecessários e o desperdício de recursos, uma vez que a prefeitura não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

- **Durabilidade e Qualidade Técnica:** A especificação de materiais com diferentes níveis de durabilidade (desde adesivos de 1 ano até fachadas de ACM com 10 anos de vida útil) justifica-se pela busca do melhor custo-benefício a longo prazo, adequando a qualidade do material ao local de aplicação e à exposição às intempéries.

Dessa forma, a contratação não visa apenas a aquisição de insumos, mas a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, contribuindo diretamente para o bem-estar da população de Alto Alegre do Pindaré

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os requisitos abaixo definem o padrão mínimo de qualidade e execução esperado para a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais, assegurando a durabilidade e a eficiência da comunicação visual do município:

Requisitos de Qualidade Técnica e Insumos:

- Padrão de Impressão: Todos os materiais de lona e adesivo devem ser impressos com tecnologia de alta resolução, utilizando cabeças de impressão de 7 ou 14 picolitros.
- Qualidade das Tintas: É obrigatória a utilização de tinta eco solvente, garantindo menor impacto ambiental e maior resistência à degradação por raios UV.
- Especificação de Mídias: Os materiais devem seguir rigorosamente as gramaturas e tramas solicitadas, como lonas de 280g a 480g (incluindo versões Titanium e Solit) e chapas de ACM de 3 mm com alta durabilidade.
- Cortes e Acabamentos: Para itens como troféus e placas de identificação, deve-se utilizar recorte eletrônico via router ou laser, garantindo precisão milimétrica no acabamento.

Requisitos de Durabilidade e Resistência

- Adesivagem: Os adesivos fornecidos devem respeitar os prazos de durabilidade da cola especificados, variando de 1 ano (leitosos comuns) a 5 anos (automotivos e refletivos).
- Estruturas Externas: As fachadas devem ser montadas em Metalon galvanizado (ex: 20 x 20 mm) para prevenir corrosão, e o ACM deve possuir garantia de durabilidade de, no mínimo, 10 anos.
- Sinalização Viária: As placas de sinalização devem utilizar adesivo refletivo de alta performance aplicado sobre chapa 20 galvanizada, visando a visibilidade e segurança.

Requisitos de Execução e Instalação

- Logística de Aplicação: A contratada deve ter capacidade operacional para realizar a instalação das fachadas e adesivos na sede de Alto Alegre do Pindaré e em um raio de até 10km, conforme a necessidade da administração.

Requisitos Administrativos e de Gestão

- Modelo de Aquisição: A contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo solicitações parceladas por demanda, sem obrigatoriedade de consumir a totalidade estimada.
- Prazo de Entrega e Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega e conferência dos itens, visando manter o equilíbrio financeiro do contrato.

- Fiscalização: Todos os itens serão submetidos a conferência técnica no ato da entrega para verificar se as especificações de picolitros, gramatura e tipo de tinta estão em conformidade com o solicitado no DFD.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

A análise de mercado buscou identificar a alternativa que melhor atenda à diversidade de itens solicitados (35 itens), que variam de adesivos simples a fachadas complexas em ACM com letra caixa. Foram avaliados os seguintes cenários:

Cenário 1: Instalação de Parque Gráfico Próprio (Internalização)

- **Vantagens:** Autonomia total na produção e prazos imediatos para itens pequenos.
- **Desvantagens:** Elevado investimento inicial em plotters de alta resolução (7 ou 14 picolitros), máquinas de corte a laser/router para acrílico e equipamentos de serralheria para estruturas em Metalon. Exigiria ainda a contratação de mão de obra especializada e manutenção constante de equipamentos sujeitos a rápida obsolescência tecnológica.

Cenário 2: Aquisição Direta de Itens Padronizados (Compra Única)

- **Vantagens:** Rapidez no processo licitatório para itens de prateleira.
- **Desvantagens:** Inviável para as necessidades do município, que demandam personalização (especificações de fachadas, placas de sinalização e troféus) e instalação em locais específicos. Não atenderia à necessidade de manutenção contínua da identidade visual ao longo do ano.

Cenário 3: Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP)

- **Vantagens:** Permite o fornecimento sob demanda, onde a prefeitura paga apenas pelo que utiliza. Garante acesso a tecnologias de ponta (tinta eco solvente e acabamentos em ACM/PU) sem custo de manutenção de máquinas. Inclui a logística de instalação em um raio de até 10km, essencial para fachadas de grande porte.
- **Desvantagens:** Necessidade de fiscalização rigorosa para garantir que as gramaturas de lona (ex: 280g a 480g) e qualidades de adesivos entregues correspondam exatamente ao contratado

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré. Cada uma tem suas vantagens e desvantagens, sendo importante analisar cuidadosamente qual delas se adequa melhor às necessidades e recursos disponíveis da instituição.

SELEÇÃO DA SOLUÇÃO (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA)

A solução escolhida para o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA é a Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta decisão fundamenta-se nos seguintes critérios:

1. **Complexidade Técnica:** A diversidade de insumos solicitados — como lonas Titanium trama 1000x1000, adesivos blockout, chapas de ACM de 3mm e sinalização refletiva — exige um parque gráfico diversificado que dificilmente seria mantido pela administração pública.

2. **Eficiência e Economia:** O modelo de **Registro de Preços** é o mais vantajoso, pois a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata, evitando estoques de materiais que podem degradar com o tempo (como a cola de adesivos com durabilidade de 1 ano).

3. **Integralidade da Solução:** A escolha permite que o fornecedor se responsabilize não apenas pela impressão, mas por toda a cadeia produtiva, incluindo a estrutura em Metalon galvanizado, instalação de refletores com lâmpadas de 30W e aplicação técnica dos materiais no local.

4. **Garantia de Qualidade:** Através deste modelo, é possível exigir certificações de durabilidade (como a de 10 anos para fachadas de ACM) e o uso de tintas específicas (eco solvente), garantindo que o investimento público resulte em materiais de longa vida útil e comunicação eficiente.

Dessa forma, a contratação via licitação para registro de preços garante o melhor custo-benefício, assegurando que a prefeitura tenha acesso imediato a materiais gráficos de alta qualidade para seus eventos e para a manutenção de sua identidade visual.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

LOTE ÚNICO					
N°	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65

5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 169,00	R$ 50.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00

Fls. 127
Proc.
Rub.

14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50

	aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.				
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de consultas a empresas por e-mail, o que se logrou êxito, chegando ao valor estimado de **R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos).**

PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a aquisição se dará de forma fracionada.

Prazo de Pagamento:

Para assegurar uma relação justa e equilibrada com os fornecedores, propomos que o pagamento seja efetuado no prazo de 30 dias a contar da data da entrega dos itens. Esse compromisso demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

O art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/2021 estabelece que o estudo técnico preliminar deve justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

Desta feita, a administração opta pelo não parcelamento do objeto em lotes distintos, adotando a estratégia de Lote Único para os 35 itens listados no DFD. Esta decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e econômicos:

- **Preservação da Identidade Visual e Padronização:** O objetivo principal da contratação é a padronização visual das fachadas e sinalizações do município. O parcelamento dos itens (ex: um fornecedor para banners e outro para fachadas de ACM) colocaria em risco a uniformidade de cores, texturas e acabamentos. A execução por uma única empresa garante que a identidade institucional seja mantida de forma idêntica em todos os suportes gráficos.

- **Economia de Escala e Ganho Logístico:** A reunião dos 35 itens em um lote único atrai empresas com maior capacidade produtiva, permitindo preços mais competitivos devido ao volume total da contratação. Além disso, como diversos itens exigem instalação técnica em um raio de até

10km da sede (como as fachadas e sinalizações em Metalon), centralizar a logística em um único fornecedor reduz custos operacionais e facilita a fiscalização do contrato.

- **Responsabilidade Técnica Unificada:** Itens complexos, como a fachada de ACM com durabilidade de 10 anos e sinalizações viárias refletivas, exigem alta especialização. Ao não parcelar, a prefeitura estabelece um ponto único de responsabilidade para eventuais garantias, manutenções ou correções técnicas, evitando que fornecedores diferentes atribuam falhas uns aos outros.

- **Eficiência Administrativa:** A gestão de um único processo licitatório e de uma única Ata de Registro de Preços para todos os materiais gráficos é administrativamente mais eficiente do que gerir múltiplos contratos simultâneos. Isso otimiza o trabalho da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, garantindo o atendimento imediato das demandas sem a fragmentação de esforços.

- **Mitigação de Riscos via SRP:** Embora o objeto não seja parcelado em lotes, a execução será realizada sob demanda através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso garante que a administração não seja obrigada a adquirir a totalidade dos itens de uma só vez, permitindo um "parcelamento temporal" conforme a necessidade real de cada secretaria, o que anula os riscos financeiros de uma compra integral imediata.

Portanto, a solução de lote único demonstra-se a mais vantajosa, pois assegura a integridade técnica do projeto de comunicação visual e a economicidade para o erário público.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos e sinalização, o Município de Alto Alegre do Pindaré busca alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento da Identidade Institucional e Transparência: Espera-se consolidar a padronização visual e a identificação clara das fachadas dos prédios públicos, permitindo que o cidadão localize e reconheça facilmente os pontos de prestação de serviços municipais. Isso promove uma comunicação mais eficiente entre a gestão e a comunidade.

- Melhoria da Sinalização e Segurança Urbana: Através da aquisição de placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e sinalizações internas, pretende-se elevar os índices de segurança viária e a fluidez de atendimento dentro das repartições públicas.

- Eficiência na Realização de Eventos Oficiais: Garantir o suprimento imediato de itens de premiação e divulgação, como troféus em acrílico e banners de alta gramatura, assegurando que as agendas institucionais, culturais e esportivas do município ocorram sem interrupções por falta de material.

- Economicidade e Gestão de Recursos: Ao utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP), a administração busca obter economia financeira ao evitar compras emergenciais dispersas e possibilitar a aquisição planejada e proporcional à demanda real.

- Redução de Custos de Manutenção a Longo Prazo: A escolha por materiais de alta performance, como as fachadas de ACM com durabilidade de 10 anos e tintas eco solventes, visa garantir uma vida útil prolongada aos itens de comunicação visual, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o desperdício de recursos públicos.

- Continuidade e Regularidade Administrativa: Assim como ocorre com outros insumos essenciais, a disponibilidade permanente de materiais gráficos através de uma ata vigente garante a continuidade das atividades administrativas que dependem desses recursos para identificação e divulgação de atos públicos.

Dessa forma, a contratação não apenas supre uma necessidade imediata, mas atua como uma ferramenta estratégica para a modernização da infraestrutura de comunicação do município, refletindo diretamente no bem-estar da população e no desenvolvimento sustentável da gestão

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Equipe de planejamento declara viável esta contratação, sendo que considerando os estudos preliminares realizados, descritos neste documento, e que demonstram:

- Que a contratação não implicará em contratações correlatas e/ou interdependentes;
- A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação clara das fachadas dos prédios públicos, garantindo a eficiência na comunicação de serviços à população;
- A demanda está em conformidade com as metas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a manutenção da infraestrutura pública;
- A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) demonstra-se a solução mais eficaz, permitindo a aquisição por demanda e evitando gastos desnecessários com estoques ou compras emergenciais;
- O processo atende aos requisitos de transparência e eficiência previstos na Lei 14.133/2021;

Com base nos elementos técnicos apresentados, conclui-se que a solução proposta atende ao interesse público e possui viabilidade técnica e operacional para ser executada.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para assegurar a plena execução do contrato e a conformidade com as exigências técnicas do Documento de Formalização da Demanda (DFD), a Administração Municipal de Alto Alegre do Pindaré deverá adotar as seguintes providências previamente à celebração do contrato e durante o início da execução:

1. Consolidação da Pesquisa de Mercado: Conclusão do levantamento de preços preliminar, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para subsidiar o valor

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

de referência do certame e garantir que os preços reflitam a realidade tecnológica exigida (tintas eco solventes e impressão de alta resolução).

2. Vistoria Técnica e Levantamento de Medidas: Realização de vistorias técnicas nos prédios públicos municipais para a medição exata das fachadas e verificação das condições estruturais para a instalação das estruturas em Metalon galvanizado e fachadas de ACM. Esta ação é crucial, visto que o fornecimento inclui a aplicação técnica em um raio de até 10km da sede.

3. Definição do Manual de Identidade Visual: Instituição ou atualização do manual de padronização visual do município para garantir que todas as artes gráficas a serem enviadas à contratada sigam rigorosamente os mesmos padrões de cores, fontes e brasões, assegurando o objetivo de padronização visual institucional.

4. Plano de Fiscalização de Qualidade Técnica: Elaboração de um protocolo de recebimento de materiais que permita ao fiscal do contrato verificar se os itens entregues respeitam as especificações técnicas, tais como a gramatura das lonas (280g a 480g) e a qualidade da impressão de 7 ou 14 picolitros.

5. Logística de Armazenamento e Distribuição: Organização de um espaço adequado para o recebimento e guarda de itens que não exigem instalação imediata (como banners, adesivos sem aplicação e troféus), evitando a degradação da cola dos adesivos ou danos físicos ao acrílico.

6. Capacitação da Equipe Requisitante: Realização de breve treinamento com os servidores responsáveis pelo envio das demandas sobre como solicitar os itens via Sistema de Registro de Preços (SRP), reforçando que a aquisição será por demanda e não exige a utilização total da ata.

7. Conformidade com a Nova Lei de Licitações: Garantir que o Termo de Referência (TR) esteja estritamente alinhado com a Lei 14.133/2021, estabelecendo critérios objetivos de seleção e cláusulas que assegurem as garantias de durabilidade solicitadas (ex: 10 anos para fachadas de ACM).

Estas providências visam mitigar riscos de falhas na execução e garantir que o investimento público resulte em uma comunicação visual eficiente e duradoura para o município.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação foi planejada para minimizar danos ao meio ambiente, adotando critérios de sustentabilidade na escolha dos materiais e processos produtivos:

- **Uso de Tintas Eco Solventes:** Como requisito técnico obrigatório em diversos itens (lonas, banners e adesivos), as empresas devem utilizar **tinta eco solvente**. Essa tecnologia reduz significativamente a emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) e o impacto ambiental em comparação às tintas solventes tradicionais.
- **Ciclo de Vida e Durabilidade:** A especificação de materiais de alta durabilidade, como as fachadas de ACM com vida útil de 10 anos e estruturas em Metalon galvanizado para evitar corrosão, atua como medida mitigadora ao reduzir a frequência de descarte e a necessidade de novas produções a curto prazo.
- **Eficiência Energética**: Para as fachadas que exigem iluminação, o DFD especifica o uso de refletores com lâmpadas eletrônicas de 30W, promovendo menor consumo de energia elétrica nas repartições públicas.

- **Gestão de Resíduos:** A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada das sobras de materiais (retalhos de lona, PVC e adesivos) resultantes da instalação nas unidades administrativas do município.

CONCLUSÃO

Após a avaliação técnica das alternativas e requisitos apresentados no Documento de Formalização da Demanda (DFD), a recomendação para a aquisição de materiais gráficos e sinalização é a realização de um procedimento licitatório para a seleção de fornecedores, estruturado sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

Esta solução é a mais vantajosa para o Município de Alto Alegre do Pindaré, pois permite o acesso a uma ampla gama de fornecedores qualificados e possibilita aquisições por demanda, sem a obrigatoriedade de utilização da totalidade da ata.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. ___/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**..... e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXX**, tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominado **CONTRATADO**, neste ato representada pela(o) Sra(o). **XXXXXXXXXXX,** brasileira(o), casada(o), empresária(o), portadora(o) do RG n. xxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxx, residente e domiciliada(o) na rua xxxxxxxxxx, nº xxxxxxx, em _____-__, com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, **e seu valor registrado na cláusula segunda desta ata**, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026, Processo nº 86/2026**, bem como a classificação da proposta e a respectiva homologação, **RESOLVEM** registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de maio de 2021, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e demais legislações aplicadas à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA,** de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela licitante vencedora, conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 86/2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Planilha Demonstrativa de Preços.

Nº	ITEM	UND	QTD.	Unitário	Total
01					
...					
VALOR TOTAL ESTIMADO			R$		
Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em "documento apenso", devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preço constante desta Ata, firmada entre a PMAAP e a empresa que apresentar a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12(doze) meses contados a partir da assinatura da ARP pelo Ordenador de Despesas e a classificada em primeiro lugar.
3.2. Durante o prazo de validade da ARP, os órgãos signatários não ficarão obrigados a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização às empresas signatárias do SRP.
3.3. Na hipótese do Item 3.2, caso o preço resultante da licitação, dispensa ou inexigibilidade seja igual ou superior ao constante no Sistema de Registro de Preços, o órgão fica obrigado a adquirir os materiais junto à empresa signatária deste Instrumento, eis que esta tem o direito de preferência.
3.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.
4.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, as especificações, os quantitativos, empresa beneficiaria e representante legal da empresa, encontram-se elencado no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser realizados sob demanda, de acordo com as solicitações da Secretaria Demandante, mediante a emissão da O.S. (Ordem de Serviço).
6.2. Fica vedado o substabelecimento dos serviços.
6.3. A prestação dos serviços terá início a partir da data de assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado a época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGAO GERENCIADOR solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante correspondência, a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.
Parágrafo Terceiro - A revisão de preços ocorrerá conforme artigos 25, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não de executar os serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgão participante.
Parágrafo Terceiro - As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos Lotes(itens) do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para o órgãos participante, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada Lotes (itens)) registrado na ata de registro de preços

para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços das demais licitantes será exigida a análise da documentação de habilitação.

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicara o resultado do certame em relação a licitante vencedora.

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da licitante vencedora.

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ORGAO GERENCIADOR, quando:

a) A Fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, ou art. 28, IV, do Decreto Federal 11.462/23.

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ORGAO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ORGAO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a(s) Fornecedora(s) será(ao) comunicada(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Segundo – No caso de recusa do fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no PNCP, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGAO GERENCIADOR, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

11.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026 – Proc. Adm. 86/2026** Termo de Referência que acompanhou o edital;
b) Proposta escrita do fornecedor ou negociação/recomposição de preço.
c) Ata da Sessão Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O Prestador de Serviços reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do Art. 104, I, da Lei nº 14.133/21, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no art.28 do Decreto Federal nº 11.462/23.
c) Rescindir nos enumerados do art. 137 e 138 Lei Federal nº 14.133/21;
d) Aplicar as penalidades cabíveis motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento, conforme art.104, IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
e) Fiscalizar junto com os demais órgãos signatários, a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÕES

13.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
Parágrafo Primeiro - As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas à:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Presidente Médici, s/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA.

Parágrafo Segundo - Eventuais mudanças de endereço do órgão aderente ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gerenciador providenciará seu extrato de **publicação no PNCP, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

E por estarem de acordo, após lido e assinado, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na forma do Art. 89 da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ **CPF:** _____
2. _____ **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/xxx/PMAAP
PROCESSO Nº 86/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Céduia de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominado **CONTRATADO**, neste ato representada pela(o) Sra(o). **XXXXXXXXXXX,** brasileira(o), casada(o), empresária(o), portadora(o) do RG n. xxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. ____/2026 – CPL/PMAAP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 86/2026,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	Valor Unit.	Valor Total
01					
...					
Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em "documento apenso", devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Projeto Básico e com a proposta vencedora.					

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **3 (três) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme artigo 106, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ .....(.....).
3.2. O cronograma de desembolso será realizado de forma parcelada, durante a vigência do contrato, inciso II do art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.
3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O pagamento será feito pela Secretaria respectiva, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a liquidação do serviço prestado, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;
5.2. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.
5.3. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;
5.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido equipamento;

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V)

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.
6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega do objeto deverá ser realizado, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento, cuja entrega dar-se-á em uma única vez, durante o período de vigência do contrato.
7.2. Os itens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Rio Branco, S/N, Trizidela, Município Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP nº 65.398-000, aos cuidados do Supervisor do setor competente de Segunda a Sexta das 8:00hs às 13:00hs.

8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da entrega do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Decreto Municipal.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI, XVII, X, XI e XIV).

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, de 2021 a Contratada que:
10.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;
10.1.6. Não mantiver a proposta.
10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
10.3. Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;
10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
10.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA com o consequente descredenciamento no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA pelo prazo de até cinco anos;
10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
10.4. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo

à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:
12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
12.1.3. A Subcontratação total, sendo permitido até o limite de 30%, após consulta a CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e disponibilizar no Portal Nacional de Compras Públicas, no prazo previsto no art. 94, I da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

3. _____ **CPF:** _____

4. _____ **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026 – CPL/PMAAP.

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da CI nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c)Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data
Nome e assinatura do representante legal
[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]

Fls. 148
Proc. 86
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PROCESSO N.º 86/2026

Requerente: Sec. Mun. de Administração e Finanças.
Assunto: Direito Administrativo. Minuta de edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços. Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. Favorável.

PARECER JURÍDICO Nº 60/2026

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em ***Relatório***, ***Análise da Demanda***, ***Dispositivo*** e ***Encaminhamento***.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo que tem como finalidade **Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, os seguintes documentos:

I) Documento de formalização da demanda;
II) Despacho Encaminhamento para Pesquisa de Mercado para subsidiar a elaboração de Estudo Técnico Preliminar;
III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
IV) Estudo Técnico Preliminar;
V) Termo de Referência;
VI) Autorização;
VII) Novo Despacho do Setor de Pesquisa de Mercado;
VIII) Despacho do Setor Contábil;
IX) Despacho do Agente de Contratações;

Por fim, verifica-se que o Agente de Contratações juntou aos autos minuta de Edital de Pregão Eletrônico, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico por parte desta Procuradoria Geral, de acordo com os ditames contidos na Lei nº 14.133/2021.

É o breve relatório.

✓ **ANÁLISE DA DEMANDA:**

1. Considerações Iniciais:

O presente parecer tem como objetivo analisar o Edital de Licitação na modalidade pregão eletrônico referente à contratação de empresa especializada para fornecimento de livros didáticos com a finalidade de atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, considerando as disposições contidas na Lei 14.133/2021, que estabelece as novas normas gerais de licitações e contratos administrativos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Trata-se de um ato ínsito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lel n° 14.133/2021:

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, a processa licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *1ª Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração devera:*
> *I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévias de atribuição de prioridade:*
> *II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de lodos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*
> *2"(VETADO).*
> *3ª Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.*
> *4ª Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizara controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convénios, ajuste, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.*
> *5° É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor. a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.*

Ao dissertar sobre o dispositivo acima, José Anacleto extrai as seguintes deduções sobre o objeto de análise da Assessoria Jurídica:

> *"O parecer jurídico é instrumento de controle prévio de legalidade. (art. 53, caput. A manifestação jurídica deve versar sobre lodo o processo licitatório, e não apenas sobra a minuta do instrumento convocatório. Assim, todos os elementos indispensáveis à contratação devem ser avaliados (art. 53, $1°. II). São elementos indispensáveis à contratação, dentre outros: (os requisitos formais; (li) o estudo técnico preliminar; (III) o termo de referência: (iv) o projeto básico (v) o orçamento estimativo, (vil a aferição dos requisitos de validade dos atos administrativos praticados; e (vill a qualidade da motivação e das justificativas apresentadas no processo. A apreciação destes elementos indispensáveis não se dará sob o aspecto técnico, mas tão somente jurídico".*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> *Enunciado BPC nº 7:*
>
> *A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-*

se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Posto isto, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados no presente Memorando terão seus conteúdos considerados como verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que, caso seja necessário, determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, caso seja imperativo, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. Assim, quando for o caso, o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

2. Fundamentação

Preliminarmente, registra-se que o processo se encontra, até a presente data, com os seguintes documentos:

- *Oficio de Formalização de Demanda;*
- *Estudo Técnico Preliminar*
- *Termo de Referência*
- *Despacho do Setor de Cotação de Preços;*

Fls. 151
Proc. 80
Rub.

- *Documentos orçamentários;*
- *Despacho do Agente de Contratações;*
- *Minuta de Edital e anexos;*

Tais documentos fazem parte do da chamada fase preparatória da licitação, devendo, portanto, observar, na medida do possível, o art. 18, caput, da Lei n° 14.133/2021:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
> *V - a elaboração do edital de licitação;*
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
> *IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese

não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

> *Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.*

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

> *Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*
> *a) Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
> *b) Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
> *c) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
> *d) Requisitos da contratação;*
> *e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
> *f) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
> *g) Critérios de medição e de pagamento;*
> *h) Forma e critérios de seleção do fornecedor;*
> *i) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
> *j) Adequação orçamentária.*

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

> *Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*
> *I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - Requisitos da contratação;
IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

3. Da Escolha da Modalidade

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, [o] edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da modalidade pregão, conforme o art. 29 da referida Lei, o objeto a ser licitado deverá possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A Lei n° 14.133/2021 consagra a preferência pelo procedimento sob a forma eletrônica, consoante disposição do $2° do art. 17:

Art. 17.
(...)
§2° As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Sobre a excepcionalidade da forma presencial da licitação, Ricardo Alexandre Sampaio argumenta:

> *Esta previsão legal não impede, em absoluto, a realização de licitações presenciais, mas deixa claro que, independentemente do Poder ou Ente da Federação a que se vincule o órgão ou entidade promotora do certame, a regra é que as licitações sejam processadas, preferencialmente, em ambiente eletrônico. Nesses termos, entende-se que a realização excepcional de licitação sob a forma presencial requer a demonstração de comprovada Inviabilidade de uso do meio eletrônico na situação fática. E, com base nessa ordem de ideias, eventual inviabilidade de adoção do meio eletrônico não pode ser confundida com simples opção discricionária da autoridade competente. Significa dizer que a norma elege, inicialmente, o meio eletrônico como o ideal (preferencial) para, depois, ao condicionar a adoção do meio presencial a motivação, tornar seu uso obrigatório, a não ser quando inviável.*

O uso e a aplicabilidade da licitação na forma eletrônica, proporcionam grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação, sendo mais vantajosa em relação à forma presencial, nos termos dispostos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

> *A primeira delas é o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota. Com isso, aumentam as chances de a administração realizar uma contratação economicamente mais favorável, já que, além de uma possível ampliação do número de participantes - o que estimula a concorrência-, estes deixam de precisar realizar gastos com transporte ou diárias, por exemplo, para enviar um representante a um pregão presencial realizado em um local distante. Outro beneficio oferecido pelo pregão eletrônico é a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do pregão de forma anônima, sendo identificado apenas o vencedor do certame, após o encerramento da disputa de lances, já na fase de habilitação da sessão pública digital. Dessa forma, diminui consideravelmente o risco de haver conluio entre os licitantes, prática comprovadamente prejudicial ao interesse público.*

Por fim, a modalidade eletrônica oferece mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, o que elimina possíveis perdas que comumente ocorrem quando da transcrição de atas de sessões presenciais. Com isso, é possível aos órgãos de fiscalização e à própria sociedade a análise da integra do procedimento.

Ademais, cabe ressaltar que o Sistema de Registro de Preços está previsto no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, em seu art. 3º, *in verbis*:

> *Art. 3º. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
> *I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
> *II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
> *III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*

Fls. 155

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Desta forma, o objeto em questão se adequa perfeitamente nas hipóteses previstas acima, não havendo óbice quanto ao seu prosseguimento.

4. Da Análise da Minuta do Edital

A partir da análise minuciosa da Minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, destacam-se os seguintes pontos relevantes:

Objeto da licitação: O edital deve apresentar de forma clara e precisa a descrição do objeto da contratação, detalhando as especificações técnicas necessárias para o fornecimento dos serviços. Verificou-se que o objeto está adequadamente definido no edital em conformidade com as diretrizes da Lei 14.133/2021.

Documentação exigida: É imprescindível que o edital estabeleça quais são os documentos necessários para comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e demais exigências previstas na legislação. Recomenda-se uma análise criteriosa das exigências documentais para garantir que sejam proporcionais e adequadas ao objeto da licitação, em conformidade com os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

Critérios de julgamento: O edital deve estabelecer os critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa, considerando a qualidade, o preço, o prazo de execução e outros elementos pertinentes. É fundamental que tais critérios estejam em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, priorizando a busca pela melhor relação custo-benefício para a administração pública.

Prazos e cronograma: O edital deve estabelecer prazos adequados e factíveis para todas as etapas do processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato. Além disso, é necessário que seja apresentado um cronograma detalhado de execução dos serviços, considerando a complexidade do objeto e as necessidades da administração.

5. Da Análise da Minuta do Contrato

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
I - O objeto e seus elementos característicos;
II - A vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - A legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
IV - O regime de execução ou a forma de fornecimento;
V - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - Os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - A matriz de risco, quando for o caso;
X - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - As condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - A obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - Os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, existe nos autos justificativa para escolha do critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço por lote". E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

Fls. 157
Proc. 86
Rub.

6. Publicidade do Edital e do Termo do Contrato.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, Jornal de Grande circulação e, quando for o caso, no Diário Oficial da União – DOU, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7. Das Considerações Finais

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados acima.

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.

À consideração superior.

É o parecer, sub censura.

ENCAMINHAMENTO

Encaminhem-se os autos ao Ordenador de Despesas desta Municipalidade para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 09 de abril de 2026.

Francisco Tavares Leite Neto
OAB/MA 11.534
Assessor Jurídico do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Fls. 158
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

DESPACHO

Processo: 86/2026

De acordo com as informações constantes neste Processo, autorizo a deflagração da licitação para **Contratação de Empresa para o Fornecimento de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA** e encaminho à Comissão de Contratação para execução do procedimento de contratação dentro das formalidades legais, nos termos do art. 53, §3º da Lei n. 14.133/2021.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 10 de abril de 2025.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Fls. 159
Proc. 86
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 86/2026/PMAAP/MA

DADOS DA LICITAÇÃO	
ÓRGÃO LICITANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA	
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.	
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do Portal designado.	
DATA E INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: 29/04/2026, às 9:00hs	
Endereço Eletrônico: http://www.licitaaap.com.br/ **Endereço para retirada do Edital:** http://www.licitaaap.com.br/	
VALOR TOTAL ESTIMADO:	Valor Total: R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos).
NATUREZA DO OBJETO:	Aquisição de Bens/ material gráfico
PARTICIPAÇÃO MEI / ME / EPP	AMPLA CONCORRÊNCIA
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS/DOCUMENTAÇÃO: até 02 (duas) horas	
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	POR LOTE, observadas as condições definidas neste Edital e anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE LANCES	Menor Preço: Intervalo de R$ 1.000,00 (mil reais)
MODO DE DISPUTA	Aberto
INFORMAÇÕES	
Ato de Designação do Agente de Contratação/Pregoeiro: Portaria n° 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município do dia 09 de janeiro de 2025.	
Autoridade Competente/Homologadora: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA	
Endereço: Av. João XXIII, S/N, Centro, Alto Alegre do Pindaré-MA, CEP 65.072-130.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

EDITAL

PROCESSO Nº. 86/2026/PMAAP/MA

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP nº 65.398-000, por intermédio de sua **PREFEITURA MUNICIPAL**, e pelo seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 075/2025, publicada no Diário Oficial do Município, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie.

Data da sessão: 29/04/2026.
Horário: 9:00hs
Local: https://www.licitaaap.com.br/

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta por único lote, com 35 (trinta e cinco) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal, por meio do sítio http://www.licitaaap.com.br/.
2.1.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Nos termos do art. 47, caput, e do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e conforme disposto no art. 73, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente licitação será aberta para ampla concorrência, em razão de os valores estimados superarem o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
2.4. Caso não haja o comparecimento ou a habilitação de quaisquer Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou sociedades cooperativas equiparadas na presente licitação, ou ainda que todas sejam desclassificadas ou inabilitadas, a Administração poderá, visando à obtenção de proposta vantajosa e à continuidade do certame, admitir a participação de empresas de porte diverso, promovendo a devida readequação da fase competitiva, nos termos do § 4º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurada a igualdade de condições a todos os licitantes remanescentes.
2.5. Não poderão disputar esta licitação:
2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
2.5.11. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
2.5.12. Cujo proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal.
2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.3.1 deste Edital.
3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
3.5.1. Se for o caso, no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, bem como enviar pelo sistema, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:
4.1.1. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;
4.1.2. Descrição completa do objeto da presente licitação, com indicação dos ITENS cotados, em especial a marca do produto, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;
4.1.3. Preço unitário e o valor total da proposta. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer

natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
4.1.4. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura dos Envelopes;
4.1.5. Prazo de entrega: de acordo com Termo de Referência
4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
4.4. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1.000,00 (mil reais).
5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
5.21.2.2. empresas brasileiras;
5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
6.1.1. SICAF;
6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
6.7.1. contiver vícios insanáveis;
6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
6.8. No caso de bens e serviços em geral, o Pregoeiro terá a discricionariedade de, a qualquer momento da fase de julgamento, realizar diligências para aferir a exequibilidade dos preços propostos, sempre que houver indícios de que os valores ofertados são insuficientes para a execução contratual. Para fins de comprovação, o Pregoeiro poderá solicitar o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da composição detalhada de custos, bem como de outros documentos passíveis de demonstrar a viabilidade da proposta, sob pena de desclassificação.
6.8.1. A inexequibilidade poderá ser considerada após a referida diligência do pregoeiro, que comprove:
6.8.1.1. que o custo operacional e de insumos do licitante ultrapassa o valor total da proposta apresentada; e
6.8.1.2. a inexistência de ganhos de escala ou custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta apresentada.
6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Há depender da urgência e necessidade de imediata contratação, o pregoeiro poderá desclassificar sumariamente a proposta tida como inexequível.
6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:
7.2. **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
7.2.1. Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
7.2.2. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
7.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
7.2.4. No caso de Sociedades simples o ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) acompanhado da prova de Diretoria em exercício;
7.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
7.3. **Regularidade Fiscal**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
7.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
7.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Sintegra/MA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços) ou equivalente da sede do licitante, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços;
7.3.3. Cartão ou documento equivalente que conste Inscrição Municipal, que poderá ser substituído pelo Alvará de Localização e Funcionamento.
7.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
7.3.5. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal;
7.3.6. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
7.3.7. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.
7.3.8. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
7.3.9. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
7.3.10. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.3.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no item 7.3, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 42, §1º, LC 123/06).

7.5. Este benefício será concedido somente às empresas que obtiveram o benefício de ME ou EPP.

7.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item 7.4, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas Propostas estiverem no intervalo de empate previsto no item 5.20.2.

7.7. **Qualificação Econômico-Financeira**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.7.1. Certidão negativa de falência recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

7.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.7.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.7.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

7.7.6. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{}$$

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

$$\frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.7.7. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 da lei 14.133/21

7.7.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.7.9. São definidos como documentos complementares ao balanço patrimonial e necessários à comprovação da qualificação econômico-financeira o termo de abertura e encerramento do livro caixa, demonstração de resultado de exercício e notas explicativas, nos termos do art. 69, I, da lei 14.133/21.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

8.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.3.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser fixado;

8.3.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.4. A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
8.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
8.4.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
9.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por meio do Portal.
14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
15.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
15.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
15.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação, ou poderá ser encaminhado via e-mail no caso de impossibilidade de realizar o upload no site.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado.
16.4. A ARP poderá ser assinada por meio de assinatura digital, através de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela própria ICP-Brasil.
16.5. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
16.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
16.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do disposto do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
16.8. convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
16.9. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
16.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
16.11. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
16.12. **O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 1 (UM) ANO, CONTADO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DA ASSINATURA, E PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO.**
16.13. Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observada a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.
16.14. Após a autorização do órgão gerenciador, a aquisição ou a contratação deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela Administração Pública, quando este:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) se recusar a assinar contrato, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
17.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos incisos I e II acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
17.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a) por razão de interesse público; ou
b) a pedido do fornecedor.

18. DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Sendo autorizado a contratação o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços fica obrigado a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos ou instrumentos equivalentes, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
18.1.1 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
18.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, e deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
18.3. A recusa injustificada do fornecedor beneficiário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021.
18.4. O fornecedor que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação. O limite para o acréscimo será de 50% (cinquenta por cento).
18.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
18.6. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
18.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
19.1.5. fraudar a licitação
19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
19.2.1. advertência;
19.2.2. multa;
19.2.3. impedimento de licitar e contratar e
19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
19.3.2. as peculiaridades do caso concreto
19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma do pregão eletrônico, e no portal de transparência do Município.
20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
ANEXO V – Declaração conjunta

Alto Alegre do Pindaré (MA), 13 de abril de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

2. JUSTIFICATIVA.

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperativa da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos. Tal medida é essencial para garantir que a administração municipal comunique de forma eficiente seus serviços e localizações aos cidadãos, fortalecendo a transparência e a acessibilidade institucional.

2.2. Ademais, a demanda justifica-se pela necessidade de suprir os órgãos municipais com materiais destinados a eventos oficiais, como troféus e banners, além de garantir a sinalização viária e interna por meio de placas e adesivos, elementos cruciais para a organização urbana e a segurança nas repartições.

2.3. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza da demanda, que é de fornecimento sob demanda. Esse modelo permite que a prefeitura realize as aquisições conforme as necessidades reais de cada secretaria, evitando a formação de estoques desnecessários de materiais sensíveis (como adesivos) e garantindo uma gestão financeira mais eficiente, uma vez que a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

2.4. Dessa forma, a contratação busca atender ao interesse público envolvido, assegurando a melhor solução para a manutenção da identidade visual e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

3. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO.

LOTE ÚNICO					
Nº	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30

	picolitros e tinta eco solvente.				
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00

	eco solvente				
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50

	de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.				
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

4. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1. O objeto deste Termo de Referência é **considerado comum** porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado somente, cabendo à adoção da **modalidade PREGÃO**, nos termos do art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A modalidade de licitação ora escolhida confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

4.3. São aplicáveis ainda ao objeto licitado, no que couber a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O valor total estimado para o objeto solicitado será orçado pelo setor competente, e será estabelecido em função dos preços médios praticados no mercado, mediante cotação de preços realizadas junto às empresas do ramo pertinente ao objeto da solicitação, a qual estará disponível para consulta dos interessados juntamente com o edital de licitação.

5.2. Os preços apresentados serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, seguro, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao regular cumprimento do objeto, não especificadas neste Termo.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, e a referida dotação será informada em momento posterior e pelo Setor Contábil.

7. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

7.1. A Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.

8.1. Deve possui garantia mínima de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

9.1. O material objeto do presente Termo de Referência deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados do Supervisor do setor competente.
9.2. O prazo de entrega do objeto será de até no máximo 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da ordem de fornecimento.
9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. DO PAGAMENTO:

10.1 - O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo do material, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;

10.1.1 - A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

10.2 - Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

10.3 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material;

10.4 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

10.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
11.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

12.1. O prazo de execução do objeto e a vigência contratual será de 3 (três) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas dos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.
12.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será até 12 (doze) meses à partir da data de sua assinatura, admitindo-se prorrogações, desde que ocorram dentro desse prazo.
12.3 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
12.3 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, com fulcro no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

13.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme quantitativo solicitado.

14. PROPOSTA DE PREÇOS.

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado.
14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.

15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.

15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal.
15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.
15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011).
15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

15.3. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
15.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
15.3.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

15.4. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
15.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
15.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
15.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
15.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
15.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
15.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
15.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
15.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
15.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
15.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Gestor do Contrato:

16.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
16.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
16.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
16.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
16.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
16.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

17.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
17.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
17.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
17.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
17.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
17.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

18. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS.

18.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R$).
18.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a virgula (* ,xx)
18.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassarem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.
18.3. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

19. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
19.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos.
19.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou:
19.1.3. ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores.
19.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas.

19.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
19.1.6. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
19.1.7. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
19.1.8. Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais.
19.1.9. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
19.1.10. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos.
19.1.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
19.1.12. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.
19.1.13. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos.
19.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato.
19.2.1. Fornecer os produtos e os serviços conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.
19.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas.
19.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos.
19.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos e serviços objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.
19.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.
19.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.
19.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.
19.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

19.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados.

19.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

19.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

19.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

19.2.15. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

19.2.16. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido.

19.2.17. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

19.2.18. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

19.2.19. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

19.2.20. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos/serviços, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

20. MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

20.1. A modalidade de licitação será Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e julgamento por LOTE.

21. DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO.

21.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Termo de Contrato, será feito por pessoa, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 117, da Lei n° 14.133/2021.
21.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
21.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
22.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa Moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias,
22.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
22.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
22.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante.
22.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Município terá direito, a qualquer tempo e lugar, de rejeitar quaisquer produtos fornecidos, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados.
23.2. A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, quando estiverem procedendo a entrega, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.
23.3. A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.
23.4. Não será admitida proposta parcial, ou seja, com quantitativos inferiores ou superiores aos itens estabelecidos, nem descrição incompleta, ou seja, não será aceita proposta em desconformidade com as especificações constantes deste Termo.

24. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

24.1 – O cronograma de desembolso será parcelado, de acordo com o quantitativo solicitado e a partir do recebimento definitivo do objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
Marcelo Coelho Sousa

Problema Resumido
O problema central é a ausência de padronização visual e identificação nas fachadas dos prédios públicos, o que prejudica a comunicação eficiente dos serviços e localizações para os cidadãos. Soma-se a isso a necessidade de suprir demandas por materiais destinados a eventos oficiais (troféus e banners) e a carência de sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este estudo técnico preliminar visa subsidiar a elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, caso seja concluída a viabilidade da contratação, promovendo a transparência, legalidade e eficiência na gestão pública do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

A necessidade desta contratação advém da urgência em promover a padronização visual e a identificação das fachadas dos prédios públicos do município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O objetivo é garantir que a administração municipal comunique seus serviços e localizações de forma eficiente aos cidadãos. Além disso, busca-se suprir a demanda por materiais destinados a eventos oficiais (como troféus e banners) e por sinalização viária e interna (placas e adesivos).

Logo, o presente estudo técnico preliminar tem como objetivo analisar a viabilidade e justificativa, bem como propor a solução mais eficaz, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/21, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação de bens e serviços no âmbito da administração pública.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação fundamenta-se no dever da Administração Pública de assegurar a eficiência na comunicação com o cidadão e a manutenção da identidade visual institucional do município. A robustez desta justificativa sustenta-se nos seguintes pilares:

- **Padronização e Identificação Institucional:** A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação das fachadas de todos os prédios públicos municipais. Fachadas uniformes e bem-sinalizadas (sejam em lona com estrutura ou em ACM de alta durabilidade) permitem que a população localize e identifique prontamente os pontos de prestação de serviços, promovendo a transparência e a acessibilidade.

- **Segurança e Orientação Pública:** A demanda abrange itens de sinalização viária e interna, como placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e placas de identificação em PVC. Tais materiais são imprescindíveis para a segurança no trânsito e para o fluxo ordenado de pessoas dentro das repartições, garantindo que as normas de sinalização sejam cumpridas.

- **Apoio a Atividades e Eventos Oficiais:** A Administração Municipal realiza periodicamente eventos oficiais que demandam materiais específicos, como troféus em acrílico e banners de diversas gramaturas. A disponibilidade desses itens é crucial para a valorização de ações culturais, esportivas e administrativas, fortalecendo o vínculo entre a prefeitura e a comunidade.

- **Eficiência Operacional e Econômica (SRP):** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever, com exatidão absoluta, o momento exato da necessidade de cada item (como a troca de uma fachada por desgaste ou a realização de um evento não planejado). Este modelo permite a aquisição por demanda, evitando a manutenção de estoques desnecessários e o desperdício de recursos, uma vez que a prefeitura não se obriga a utilizar a totalidade da ata.

- **Durabilidade e Qualidade Técnica:** A especificação de materiais com diferentes níveis de durabilidade (desde adesivos de 1 ano até fachadas de ACM com 10 anos de vida útil)

justifica-se pela busca do melhor custo-benefício a longo prazo, adequando a qualidade do material ao local de aplicação e à exposição às intempéries.

Dessa forma, a contratação não visa apenas a aquisição de insumos, mas a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, contribuindo diretamente para o bem-estar da população de Alto Alegre do Pindaré

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os requisitos abaixo definem o padrão mínimo de qualidade e execução esperado para a prestação dos serviços e fornecimento dos materiais, assegurando a durabilidade e a eficiência da comunicação visual do município:

Requisitos de Qualidade Técnica e Insumos:

- Padrão de Impressão: Todos os materiais de lona e adesivo devem ser impressos com tecnologia de alta resolução, utilizando cabeças de impressão de 7 ou 14 picolitros.
- Qualidade das Tintas: É obrigatória a utilização de tinta eco solvente, garantindo menor impacto ambiental e maior resistência à degradação por raios UV.
- Especificação de Mídias: Os materiais devem seguir rigorosamente as gramaturas e tramas solicitadas, como lonas de 280g a 480g (incluindo versões Titanium e Solit) e chapas de ACM de 3 mm com alta durabilidade.
- Cortes e Acabamentos: Para itens como troféus e placas de identificação, deve-se utilizar recorte eletrônico via router ou laser, garantindo precisão milimétrica no acabamento.

Requisitos de Durabilidade e Resistência

- Adesivagem: Os adesivos fornecidos devem respeitar os prazos de durabilidade da cola especificados, variando de 1 ano (leitosos comuns) a 5 anos (automotivos e refletivos).
- Estruturas Externas: As fachadas devem ser montadas em Metalon galvanizado (ex: 20 x 20 mm) para prevenir corrosão, e o ACM deve possuir garantia de durabilidade de, no mínimo, 10 anos.
- Sinalização Viária: As placas de sinalização devem utilizar adesivo refletivo de alta performance aplicado sobre chapa 20 galvanizada, visando a visibilidade e segurança.

Requisitos de Execução e Instalação

- Logística de Aplicação: A contratada deve ter capacidade operacional para realizar a instalação das fachadas e adesivos na sede de Alto Alegre do Pindaré e em um raio de até 10km, conforme a necessidade da administração.

Requisitos Administrativos e de Gestão

- Modelo de Aquisição: A contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo solicitações parceladas por demanda, sem obrigatoriedade de consumir a totalidade estimada.
- Prazo de Entrega e Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega e conferência dos itens, visando manter o equilíbrio financeiro do contrato.
- Fiscalização: Todos os itens serão submetidos a conferência técnica no ato da entrega para verificar se as especificações de picolitros, gramatura e tipo de tinta estão em conformidade com o solicitado no DFD.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO - LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DE CENÁRIOS

A análise de mercado buscou identificar a alternativa que melhor atenda à diversidade de itens solicitados (35 itens), que variam de adesivos simples a fachadas complexas em ACM com letra caixa. Foram avaliados os seguintes cenários:

Cenário 1: Instalação de Parque Gráfico Próprio (Internalização)

- **Vantagens:** Autonomia total na produção e prazos imediatos para itens pequenos.
- **Desvantagens:** Elevado investimento inicial em plotters de alta resolução (7 ou 14 picolitros), máquinas de corte a laser/router para acrílico e equipamentos de serralheria para estruturas em Metalon. Exigiria ainda a contratação de mão de obra especializada e manutenção constante de equipamentos sujeitos a rápida obsolescência tecnológica.

Cenário 2: Aquisição Direta de Itens Padronizados (Compra Única)

- **Vantagens:** Rapidez no processo licitatório para itens de prateleira.
- **Desvantagens:** Inviável para as necessidades do município, que demandam personalização (especificações de fachadas, placas de sinalização e troféus) e instalação em locais específicos. Não atenderia à necessidade de manutenção contínua da identidade visual ao longo do ano.

Cenário 3: Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP)

- **Vantagens:** Permite o fornecimento sob demanda, onde a prefeitura paga apenas pelo que utiliza. Garante acesso a tecnologias de ponta (tinta eco solvente e acabamentos em ACM/PU) sem custo de manutenção de máquinas. Inclui a logística de instalação em um raio de até 10km, essencial para fachadas de grande porte.
- **Desvantagens:** Necessidade de fiscalização rigorosa para garantir que as gramaturas de lona (ex: 280g a 480g) e qualidades de adesivos entregues correspondam exatamente ao contratado

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré. Cada uma tem suas vantagens e desvantagens, sendo importante analisar cuidadosamente qual delas se adequa melhor às necessidades e recursos disponíveis da instituição.

SELEÇÃO DA SOLUÇÃO (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA)

A solução escolhida para o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA é a Contratação de Empresa Especializada via Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta decisão fundamenta-se nos seguintes critérios:

1. Complexidade Técnica: A diversidade de insumos solicitados — como lonas Titanium trama 1000x1000, adesivos blockout, chapas de ACM de 3mm e sinalização refletiva — exige um parque gráfico diversificado que dificilmente seria mantido pela administração pública.

2. Eficiência e Economia: O modelo de **Registro de Preços** é o mais vantajoso, pois a administração não se obriga a utilizar a totalidade da ata, evitando estoques de materiais que podem degradar com o tempo (como a cola de adesivos com durabilidade de 1 ano).

3. Integralidade da Solução: A escolha permite que o fornecedor se responsabilize não apenas pela impressão, mas por toda a cadeia produtiva, incluindo a estrutura em Metalon galvanizado, instalação de refletores com lâmpadas de 30W e aplicação técnica dos materiais no local.

4. Garantia de Qualidade: Através deste modelo, é possível exigir certificações de durabilidade (como a de 10 anos para fachadas de ACM) e o uso de tintas específicas (eco solvente), garantindo que o investimento público resulte em materiais de longa vida útil e comunicação eficiente.

Dessa forma, a contratação via licitação para registro de preços garante o melhor custo-benefício, assegurando que a prefeitura tenha acesso imediato a materiais gráficos de alta qualidade para seus eventos e para a manutenção de sua identidade visual.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DOS CUSTOS

LOTE ÚNICO					
Nº	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30

4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50

	picolitros e tinta eco solvente.				
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
Valor Total				**R$ 1.019.415,99**	

A estimativa dos custos da contratação do objeto pretendido se deu através de consultas a empresas por e-mail, o que se logrou êxito, chegando ao valor estimado de **R$ 1.019.415,99 (um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos).**

PRAZOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso:

A gestão eficiente de recursos na contratação requer um cronograma de desembolso que seja não apenas claro e transparente. Dito isto, tendo em vista que a aquisição se dará de forma fracionada.

Prazo de Pagamento:

Para assegurar uma relação justa e equilibrada com os fornecedores, propomos que o pagamento seja efetuado no prazo de 30 dias a contar da data da entrega dos itens. Esse compromisso

demonstra responsabilidade financeira e fortalece parcerias sustentáveis, além de proporcionar aos fornecedores um ambiente favorável para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Benefícios da Abordagem Proposta:

Parcerias Sólidas: O pagamento dentro do prazo fortalece as relações com os fornecedores, incentivando parcerias duradouras e garantindo a continuidade do fornecimento.

A proposta de um cronograma de desembolso fixo, associado a pagamentos dentro do prazo estabelecido, representa uma abordagem equilibrada e eficaz para a gestão financeira. Essa estratégia não apenas otimiza o uso dos recursos públicos, mas também fortalece a transparência, a eficiência e as relações colaborativas com os fornecedores.

JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO

O art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/2021 estabelece que o estudo técnico preliminar deve justificar a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação.

Desta feita, a administração opta pelo não parcelamento do objeto em lotes distintos, adotando a estratégia de Lote Único para os 35 itens listados no DFD. Esta decisão fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e econômicos:

- **Preservação da Identidade Visual e Padronização:** O objetivo principal da contratação é a padronização visual das fachadas e sinalizações do município. O parcelamento dos itens (ex: um fornecedor para banners e outro para fachadas de ACM) colocaria em risco a uniformidade de cores, texturas e acabamentos. A execução por uma única empresa garante que a identidade institucional seja mantida de forma idêntica em todos os suportes gráficos.

- **Economia de Escala e Ganho Logístico:** A reunião dos 35 itens em um lote único atrai empresas com maior capacidade produtiva, permitindo preços mais competitivos devido ao volume total da contratação. Além disso, como diversos itens exigem instalação técnica em um raio de até 10km da sede (como as fachadas e sinalizações em Metalon), centralizar a logística em um único fornecedor reduz custos operacionais e facilita a fiscalização do contrato.

- **Responsabilidade Técnica Unificada:** Itens complexos, como a fachada de ACM com durabilidade de 10 anos e sinalizações viárias refletivas, exigem alta especialização. Ao não parcelar, a prefeitura estabelece um ponto único de responsabilidade para eventuais garantias, manutenções ou correções técnicas, evitando que fornecedores diferentes atribuam falhas uns aos outros.

- **Eficiência Administrativa:** A gestão de um único processo licitatório e de uma única Ata de Registro de Preços para todos os materiais gráficos é administrativamente mais eficiente do que gerir múltiplos contratos simultâneos. Isso otimiza o trabalho da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, garantindo o atendimento imediato das demandas sem a fragmentação de esforços.

- **Mitigação de Riscos via SRP:** Embora o objeto não seja parcelado em lotes, a execução será realizada sob demanda através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso garante que a administração não seja obrigada a adquirir a totalidade dos itens de uma só vez, permitindo um "parcelamento temporal" conforme a necessidade real de cada secretaria, o que anula os riscos financeiros de uma compra integral imediata.

Portanto, a solução de lote único demonstra-se a mais vantajosa, pois assegura a integridade técnica do projeto de comunicação visual e a economicidade para o erário público.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos e sinalização, o Município de Alto Alegre do Pindaré busca alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento da Identidade Institucional e Transparência: Espera-se consolidar a padronização visual e a identificação clara das fachadas dos prédios públicos, permitindo que o cidadão localize e reconheça facilmente os pontos de prestação de serviços municipais. Isso promove uma comunicação mais eficiente entre a gestão e a comunidade.

- Melhoria da Sinalização e Segurança Urbana: Através da aquisição de placas em chapa galvanizada com adesivo refletivo e sinalizações internas, pretende-se elevar os índices de segurança viária e a fluidez de atendimento dentro das repartições públicas.

- Eficiência na Realização de Eventos Oficiais: Garantir o suprimento imediato de itens de premiação e divulgação, como troféus em acrílico e banners de alta gramatura, assegurando que as agendas institucionais, culturais e esportivas do município ocorram sem interrupções por falta de material.

- Economicidade e Gestão de Recursos: Ao utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP), a administração busca obter economia financeira ao evitar compras emergenciais dispersas e possibilitar a aquisição planejada e proporcional à demanda real.

- Redução de Custos de Manutenção a Longo Prazo: A escolha por materiais de alta performance, como as fachadas de ACM com durabilidade de 10 anos e tintas eco solventes, visa garantir uma vida útil prolongada aos itens de comunicação visual, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o desperdício de recursos públicos.

- Continuidade e Regularidade Administrativa: Assim como ocorre com outros insumos essenciais, a disponibilidade permanente de materiais gráficos através de uma ata vigente garante a continuidade das atividades administrativas que dependem desses recursos para identificação e divulgação de atos públicos.

Dessa forma, a contratação não apenas supre uma necessidade imediata, mas atua como uma ferramenta estratégica para a modernização da infraestrutura de comunicação do município, refletindo diretamente no bem-estar da população e no desenvolvimento sustentável da gestão

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Equipe de planejamento declara viável esta contratação, sendo que considerando os estudos preliminares realizados, descritos neste documento, e que demonstram:

- Que a contratação não implicará em contratações correlatas e/ou interdependentes;
- A aquisição é essencial para a padronização visual e identificação clara das fachadas dos prédios públicos, garantindo a eficiência na comunicação de serviços à população;
- A demanda está em conformidade com as metas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a manutenção da infraestrutura pública;
- A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) demonstra-se a solução mais eficaz, permitindo a aquisição por demanda e evitando gastos desnecessários com estoques ou compras emergenciais;
- O processo atende aos requisitos de transparência e eficiência previstos na Lei 14.133/2021;

Com base nos elementos técnicos apresentados, conclui-se que a solução proposta atende ao interesse público e possui viabilidade técnica e operacional para ser executada.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para assegurar a plena execução do contrato e a conformidade com as exigências técnicas do Documento de Formalização da Demanda (DFD), a Administração Municipal de Alto Alegre do Pindaré deverá adotar as seguintes providências previamente à celebração do contrato e durante o início da execução:

1. Consolidação da Pesquisa de Mercado: Conclusão do levantamento de preços preliminar, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para subsidiar o valor de referência do certame e garantir que os preços reflitam a realidade tecnológica exigida (tintas eco solventes e impressão de alta resolução).
2. Vistoria Técnica e Levantamento de Medidas: Realização de vistorias técnicas nos prédios públicos municipais para a medição exata das fachadas e verificação das condições estruturais para a instalação das estruturas em Metalon galvanizado e fachadas de ACM. Esta ação é crucial, visto que o fornecimento inclui a aplicação técnica em um raio de até 10km da sede.
3. Definição do Manual de Identidade Visual: Instituição ou atualização do manual de padronização visual do município para garantir que todas as artes gráficas a serem enviadas à contratada sigam rigorosamente os mesmos padrões de cores, fontes e brasões, assegurando o objetivo de padronização visual institucional.

4. Plano de Fiscalização de Qualidade Técnica: Elaboração de um protocolo de recebimento de materiais que permita ao fiscal do contrato verificar se os itens entregues respeitam as especificações técnicas, tais como a gramatura das lonas (280g a 480g) e a qualidade da impressão de 7 ou 14 picolitros.
5. Logística de Armazenamento e Distribuição: Organização de um espaço adequado para o recebimento e guarda de itens que não exigem instalação imediata (como banners, adesivos sem aplicação e troféus), evitando a degradação da cola dos adesivos ou danos físicos ao acrílico.
6. Capacitação da Equipe Requisitante: Realização de breve treinamento com os servidores responsáveis pelo envio das demandas sobre como solicitar os itens via Sistema de Registro de Preços (SRP), reforçando que a aquisição será por demanda e não exige a utilização total da ata.
7. Conformidade com a Nova Lei de Licitações: Garantir que o Termo de Referência (TR) esteja estritamente alinhado com a Lei 14.133/2021, estabelecendo critérios objetivos de seleção e cláusulas que assegurem as garantias de durabilidade solicitadas (ex: 10 anos para fachadas de ACM).

Estas providências visam mitigar riscos de falhas na execução e garantir que o investimento público resulte em uma comunicação visual eficiente e duradoura para o município.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação foi planejada para minimizar danos ao meio ambiente, adotando critérios de sustentabilidade na escolha dos materiais e processos produtivos:

- **Uso de Tintas Eco Solventes:** Como requisito técnico obrigatório em diversos itens (lonas, banners e adesivos), as empresas devem utilizar **tinta eco solvente**. Essa tecnologia reduz significativamente a emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) e o impacto ambiental em comparação às tintas solventes tradicionais.
- **Ciclo de Vida e Durabilidade:** A especificação de materiais de alta durabilidade, como as fachadas de ACM com vida útil de 10 anos e estruturas em Metalon galvanizado para evitar corrosão, atua como medida mitigadora ao reduzir a frequência de descarte e a necessidade de novas produções a curto prazo.
- **Eficiência Energética**: Para as fachadas que exigem iluminação, o DFD especifica o uso de refletores com lâmpadas eletrônicas de 30W, promovendo menor consumo de energia elétrica nas repartições públicas.
- **Gestão de Resíduos:** A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada das sobras de materiais (retalhos de lona, PVC e adesivos) resultantes da instalação nas unidades administrativas do município.

CONCLUSÃO

Após a avaliação técnica das alternativas e requisitos apresentados no Documento de Formalização da Demanda (DFD), a recomendação para a aquisição de materiais gráficos e

sinalização é a realização de um procedimento licitatório para a seleção de fornecedores, estruturado sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

Esta solução é a mais vantajosa para o Município de Alto Alegre do Pindaré, pois permite o acesso a uma ampla gama de fornecedores qualificados e possibilita aquisições por demanda, sem a obrigatoriedade de utilização da totalidade da ata.

Recomenda-se que a licitação seja conduzida de acordo com os dispositivos da Lei 14.133/21, estabelecendo critérios objetivos de seleção, como capacidade técnica, preço, prazo de entrega e garantia dos produtos.

Além disso, é importante estabelecer cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. ___/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL.....** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXX**, tendo por objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominado **CONTRATADO**, neste ato representada pela(o) Sra(o). **XXXXXXXXXXX,** brasileira(o), casada(o), empresária(o), portadora(o) do RG n. xxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxx, residente e domiciliada(o) na rua xxxxxxxxx, nº xxxxxx, em _____-__, com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, **e seu valor registrado na cláusula segunda desta ata**, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026, Processo nº 86/2026**, bem como a classificação da proposta e a respectiva homologação, **RESOLVEM** registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de maio de 2021, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e demais legislações aplicadas à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA,** de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 10/2026**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela licitante vencedora, conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 86/2026**.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Planilha Demonstrativa de Preços.

Nº	ITEM	UND	QTD.	Unitário	Total
01					
...					
VALOR TOTAL ESTIMADO			R$		
Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em "documento apenso", devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preço constante desta Ata, firmada entre a PMAAP e a empresa que apresentar a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12(doze) meses contados a partir da assinatura da ARP pelo Ordenador de Despesas e a classificada em primeiro lugar.
3.2. Durante o prazo de validade da ARP, os órgãos signatários não ficarão obrigados a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização às empresas signatárias do SRP.
3.3. Na hipótese do Item 3.2, caso o preço resultante da licitação, dispensa ou inexigibilidade seja igual ou superior ao constante no Sistema de Registro de Preços, o órgão fica obrigado a adquirir os materiais junto à empresa signatária deste Instrumento, eis que esta tem o direito de preferência.
3.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.
4.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, as especificações, os quantitativos, empresa beneficiaria e representante legal da empresa, encontram-se elencado no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser realizados sob demanda, de acordo com as solicitações da Secretaria Demandante, mediante a emissão da O.S. (Ordem de Serviço).
6.2. Fica vedado o substabelecimento dos serviços.
6.3. A prestação dos serviços terá início a partir da data de assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado a época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGAO GERENCIADOR solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante correspondência, a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.
Parágrafo Terceiro - A revisão de preços ocorrerá conforme artigos 25, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não de executar os serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgão participante.
Parágrafo Terceiro - As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos Lotes(itens) do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para o órgãos participante, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada Lotes (itens)) registrado na ata de registro

de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços das demais licitantes será exigida a análise da documentação de habilitação.

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicara o resultado do certame em relação a licitante vencedora.

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da licitante vencedora.

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ORGAO GERENCIADOR, quando:

a) A Fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, ou art. 28, IV, do Decreto Federal 11.462/23.

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ORGAO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ORGAO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou forca maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a(s) Fornecedora(s) será(ao) comunicada(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Segundo – No caso de recusa do fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no PNCP, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGAO GERENCIADOR, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

11.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de **Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026 – Proc. Adm. 86/2026** Termo de Referência que acompanhou o edital;
b) Proposta escrita do fornecedor ou negociação/recomposição de preço.
c) Ata da Sessão Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O Prestador de Serviços reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do Art. 104, I, da Lei nº 14.133/21, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no art.28 do Decreto Federal nº 11.462/23.
c) Rescindir nos enumerados do art. 137 e 138 Lei Federal nº 14.133/21;
d) Aplicar as penalidades cabíveis motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento, conforme art.104, IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
e) Fiscalizar junto com os demais órgãos signatários, a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÕES

13.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
Parágrafo Primeiro - As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas à:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Presidente Médici, s/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA.

Parágrafo Segundo - Eventuais mudanças de endereço do órgão aderente ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gerenciador providenciará seu extrato de publicação no PNCP, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

E por estarem de acordo, após lido e assinado, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na forma do Art. 89 da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ **CPF:** _____
2. _____ **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/xxx/PMAAP
PROCESSO Nº 86/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, denominado **CONTRATADO**, neste ato representada pela(o) Sra(o). **XXXXXXXXXXX,** brasileira(o), casada(o), empresária(o), portadora(o) do RG n. xxxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 10/2026 – CPL/PMAAP** e do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 86/2026,** com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato **xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	Valor Unit.	Valor Total
01					
...					
Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, caso seja extensa – deverá ser mencionado que constará em "documento apenso", devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Projeto Básico e com a proposta vencedora.					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **3 (três) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme artigo 106, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ .....(.....).
3.2. O cronograma de desembolso será realizado de forma parcelada, durante a vigência do contrato, inciso II do art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21.
3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O pagamento será feito pela Secretaria respectiva, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Bancária Eletrônica, direto na Conta da Contratada e ocorrerá até no máximo de 30 (trinta) dias após a liquidação do serviço prestado, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura;
5.2. A CONTRATADA deverá protocolar na sede desta Prefeitura a solicitação de pagamento, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa em papel timbrado, contendo o nº do processo licitatório, as informações para crédito em conta corrente como: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta, anexando a Nota Fiscal devidamente atesta, emitida sem rasura, em letra bem legível, juntamente com cópia do contrato, cópia da nota de empenho como também as demais certidões atualizadas: Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.
5.3. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;
5.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido equipamento;

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, constante da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V)

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.
6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega do objeto deverá ser realizado, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento, cuja entrega dar-se-á em uma única vez, durante o período de vigência do contrato.
7.2. Os itens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Rio Branco, S/N, Trizidela, Município Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP nº 65.398-000, aos cuidados do Supervisor do setor competente de Segunda a Sexta das 8:00hs às 13:00hs.

8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da entrega do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Decreto Municipal.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI, XVII, X, XI e XIV).

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, de 2021 a Contratada que:
10.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;
10.1.6. Não mantiver a proposta.
10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
10.3. Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até a data do efetivo inadimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;
10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
10.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Alegre do Pindaré/MA com o consequente descredenciamento no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA pelo prazo de até cinco anos;
10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
10.4. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro Próprio da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:
12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
12.1.3. A Subcontratação total, sendo permitido até o limite de 30%, após consulta a CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas gerais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município e disponibilizar no Portal Nacional de Compras Públicas, no prazo previsto no art. 94, I da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

Alto Alegre do Pindaré/MA, ... de..... de 20XX.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

3. _____ **CPF:** _____
4. _____ **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP

ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP.

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da CI nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar; nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c)Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data
Nome e assinatura do representante legal
[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]

Fls. 223
Proc. 86
Rub.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Av. João XXIII, S/N - Centro
CNPJ: 01.612.832/0001-21

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 86/2026. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público que realizará no dia **29/04/2026** às **9:00h** licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, modo de disputa **ABERTO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado.

Alto Alegre do Pindaré (MA), 13 de abril de 2026.

Edivan Pinho Pereira
Pregoeiro da PMAAP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL

Caderno do Executivo

Fls. 224
Proc. 86
Rub.

SUMÁRIO

AVISO
Comissão Permanente de Licitação - CPL.....1

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 86/2026. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público que realizará no dia **29/04/2026** às **9:00h** licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, modo de disputa **ABERTO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado. Alto Alegre do Pindaré (MA), 13 de abril de 2026. Edivan Pinho Pereira Pregoeiro da PMAAP

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico/ - Página 1 - Alto Alegre do Pindaré

Fls. 225
Proc.
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

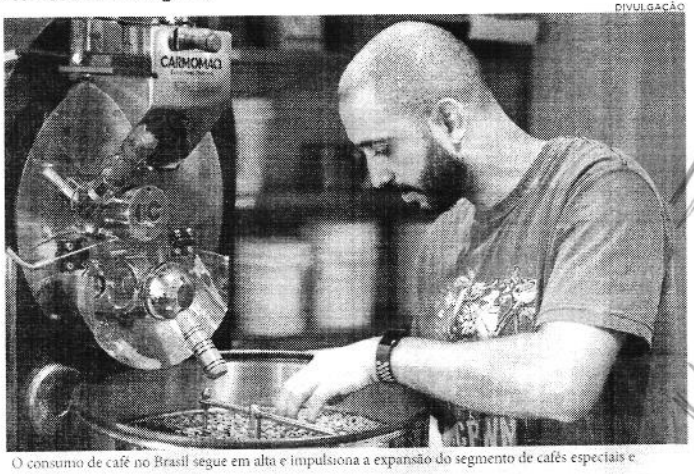
Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código [illegible] das informações lá colocadas

Cafés especiais conquistam novos públicos e revelam mudanças no consumo da bebida no Maranhão

Com foco em experiência, qualidade e origem, cafés especiais atraem consumidores mais jovens e impulsionam novas oportunidades de negócio

DIVULGAÇÃO



O consumo de café no Brasil segue em alta e impulsiona a expansão do segmento de cafés especiais e gourmet

Na Ancona, o café vai além de parte do ritual que desperta os brasileiros todas as manhãs. Entre aromas, histórias e experiências, a bebida se transforma em expressão cultural e também em oportunidade de negócio.

Celebrado em 14 de abril, o Dia Mundial do Café reforça a importância da bebida não apenas como tradição, mas também como um produto que historicamente fomenta a economia do país. O movimento revela a força de um mercado que, para quem deseja empreender, oferece caminhos apoiados por instituições como o Sebrae.

O que diferencia um produto nesse segmento cada vez mais competitivo, segundo a analista técnica do Sebrae Maranhão, Paula Waldira, é a soma de elementos que vão além da qualidade da bebida. "Um cardápio diferenciado, a qualidade dos grãos e a oferta de outros serviços fazem diferença, como cursos, degustações e até exposições de arte", explicou.

CONSUMO EM ALTA E NOVAS TENDÊNCIAS

A força desse mercado também aparece nos números. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café, 95% dos brasileiros consomem a bebida. O Brasil é ainda o segundo maior consumidor mundial, com cerca de 13% da demanda global, o equivalente a aproximadamente 21 milhões de sacas por ano.

Mesmo com a predominância do café tradicional, o segmento premium tem avançado de forma mais acentuada. Hoje, representa entre 7% e 10% do consumo total, mas cresce cerca de 15% ao ano — ritmo superior ao do café convencional, que registra crescimento médio de 3,5%.

Esse avanço é percebido por quem está no dia a dia do setor. Empreendedor à frente da cafeteria Doc Brown, especializada em cafés especiais, Thiago Gleria contou que foi a experiência proporcionada pela bebida que o motivou a entrar nesse mercado. "Os cafés especiais despertam sensações bem diferentes do que simplesmente tomar um café para se socar ou ir a uma cafeteria para conversar com um amigo. É uma experiência sensorial bem diferente", explicou.

Segundo ele, há todo um cuidado no processo. "Tem atenção com o grão, a torra e controlada, a gente não carboniza o café. Enfim, isso acabou despertando no gente esse interesse", afirmou. A partir daí, veio também uma reflexão. "A gente se perguntava: como o Brasil, sendo um grande produtor, ainda conhece tão pouco sobre café? Então decidimos trazer esse negócio para a cidade, ajudando a formar essa cultura de consumo", completou.

O CAFÉ COMO PROTAGONISTA

Pode parecer óbvio, mas é, justamente, isso que garante a diferenciação no mercado local. Segundo Thiago, a ideia desde o início foi construir um negócio em que a bebida fosse protagonista. "A gente não é uma lanchonete que vende café. Nosso carro-chefe é o café. Somos uma cafeteria especializada, com foco total na qualidade", afirmou. Ele explicou que, enquanto muitos estabelecimentos tratam o café como complemento, o modelo da casa segue o caminho oposto. "Nosso cardápio de acompanhamento é pequeno. Já o de café é amplo: temos os clássicos, cafés filtrados, diferentes grãos, bebidas a base de café, drinks com e sem álcool. Tudo gira em torno do café de qualidade", destacou.

Cada vez mais, o público busca não apenas a bebida, mas uma experiência completa, que envolve ambiente, atendimento, métodos de preparo e, principalmente, a história por trás do produto. Entre os novos consumidores, chama atenção a presença crescente de jovens, que se interessam por diferentes formas de preparo, valorizam a estética das cafeterias e demonstram preocupação com origem e sustentabilidade.

"Hoje, as pessoas que procuram esse tipo de espaço já entendem que não se trata apenas de uma cafeteria comum. A gente fala em cafeterias especializadas, que são lugares que trabalham com cuidado, com cafés de qualidade, buscando extrair o melhor do produto e oferecer uma experiência completa", explicou Thiago.

Esse modelo ainda está em consolidação em cidades como São Luís, o que abre espaço, mas também exige preparo. "Existe potencial, até porque ainda são poucas cafeterias. Mas é um mercado que exige profissionais especializados, gente que entenda as características do café para garantir que ele seja preparado da melhor forma possível", afirmou.

O empreendedor também destacou que a cafeteria atua com um braço educacional, promovendo workshops para consumidores e profissionais do setor. "Acreditamos que isso ajuda a mudar a cultura da cidade e do estado em relação ao café. Por isso, trazemos cursos e workshops para ampliar o conhecimento das pessoas", explicou.

O empreendedor acredita que esse processo contribui diretamente para a evolução do mercado. "Quando as pessoas passam a entender mais sobre café, elas conseguem identificar qualidade, fazem críticas mais qualificadas e ajudam a elevar o nível do setor. Isso acaba pressionando o próprio mercado a melhorar", afirmou.

CONHECIMENTO QUE VIRA NEGÓCIO

Atuar no mercado de cafés especiais exige preparo em diferentes frentes, que vão desde a escolha do ponto comercial até a capacitação da equipe. Segundo a analista técnica do Sebrae Maranhão, Paula Waldira, a localização é um dos primeiros fatores a serem considerados, priorizando áreas de fácil acesso e com potencial público consumidor. Outro ponto essencial é a estrutura do espaço, que deve ser acolhedora, confortável e com identidade visual bem definida, já que a experiência do cliente começa antes mesmo do cardápio. "É importante que o empreendedor passe por capacitações em gestão financeira antes de abrir o negócio e também durante o funcionamento da empresa, para manter uma boa organização e sustentabilidade", explicou a analista técnica do Sebrae Maranhão, Paula Waldira. Ela destacou ainda a importância de formações voltadas à tecnologia e marketing, além da participação em eventos. "Cursos que envolvem ferramentas como cardápio digital, programas de fidelidade e autoatendimento ajudam a modernizar o atendimento e melhorar a experiência do cliente. Estar presente em eventos temáticos também é uma forma de divulgar a marca, apresentar o produto e fortalecer o posicionamento no mercado", completou.

Para garantir o sucesso, entender o produto, os processos e a gestão do negócio é fundamental para acompanhar o nível de exigência do consumidor. Para Thiago, na prática, esse preparo faz diferença. "Eu fiz curso de barista, de torra, para entender de fato o produto que eu estava vendendo. Depois, busquei capacitações voltadas para gestão de cafeterias e torrefações, porque são negócios com particularidades diferentes de um restaurante ou de um bar", contou. O empreendedor destacou ainda o papel do Sebrae nesse processo. "O Sebrae foi muito importante, principalmente na construção da marca. A gente tinha só um nome, e a partir do trabalho de branding conseguimos desenvolver identidade, posicionamento e a forma de pensar o negócio. Isso ajudou a reforçar aquilo que a gente acreditava e a dar mais consistência ao que a gente entrega", afirmou.

PROCURE O SEBRAE

Para mais informações sobre as iniciativas desenvolvidas pelo Sebrae, procure a Unidade de Negócios do Sebrae em São Luís, localizada no Multicenter Negócios e Eventos, ou a Central de Atendimento, no 0800 570 0800 (telefone e WhatsApp). Acompanhe ainda os canais digitais do Sebrae no Maranhão: Instagram (@sebraemaranhao) e YouTube (https://www.youtube.com/sebraemaranhao).

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - CPL

A Comissão Permanente de Licitação de Imperatriz – MA, torna público o EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 - CPL. OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Material Esportivo, destinados atender as necessidades dos alunos nas praticas esportivas da Rede Publica Municipal de Ensino na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica no município de Imperatriz - MA. ABERTURA: 04 de maio de 2026 as 09:00h (nove horas). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES: Rua Urbano Santos, nº 1857, Bairro Juçara Imperatriz (MA). OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados, no horário das 08h as 14h, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Rua Urbano Santos, nº 1857, Bairro Juçara Imperatriz (MA), para consulta gratuita podendo ser obtido através do site www.imperatriz.ma.gov.br/licitacoes e www.licitaimperatriz.ma.com.br, ou mediante pagamento no valor de R$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM (emitido pela Secretaria de Planejamento, Fazenda e Gestão Orçamentaria). Elizangela Lima Alencar – Pregoeira

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 86/2026. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público que realizará no dia **29/04/2026** às **9:00h** licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, modo de disputa **ABERTO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, visando a **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Edital e seus anexos. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: http://www.licitaaap.com.br/. Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital. O edital encontra-se disponível no portal acima mencionado. Alto Alegre do Pindaré (MA), 13 de abril de 2026. Edivan Pinto Pereira Pregoeiro da PMAAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO DO MARANHÃO – MA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 002/2026

A **Prefeitura Municipal de Porto Rico do Maranhão – MA**, torna público para o conhecimento dos interessados, que fara realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame licitação na modalidade **Concorrência - Eletrônica**, do tipo **Menor Preço Global**, objetivando **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza pública no município de Porto Rico do Maranhão/MA.** A sessão será realizada através do Portal Eletrônico de Compras da Prefeitura, pelo endereço eletrônico www.licitacaoportoricoma.com.br, com data de abertura agendada para **01 de maio de 2026 as 09:00 horas.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.portorico.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal **Licitação Porto Rico do Maranhão, www.licitacaoportoricoma.com.br** e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Porto Rico do Maranhão - MA, 13 de Abril de 2026
GEZIEL DIAS RABELO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELÂNDIA (MA)

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

A Prefeitura Municipal de Cidelândia (MA) torna público para conhecimento dos interessados a realização de procedimento de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para [illegible] conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. ABERTURA DA SESSÃO: [illegible] www.licitacaodelandia.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na [illegible] Prefeitura Municipal de Cidelândia (MA), localizada na Av. Senador La Rocque, s/nº, centro, Cidelândia-MA, CEP: 65.925-000, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante pagamento no valor de R$ 20,00 (vinte reais), através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em dias úteis, no horário das 08h às 12h. Cidelândia - Maranhão, 14 de abril de 2026. Isabella da Silva Pereira - Secretário Municipal de Infraestrutura

---

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

AVISO DE EDITAL Nº 13/2026-GR/UEMA

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA vem publicar para conhecimento dos interessados que estarão disponíveis no site: vestibular.uema.br e bem como serão publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão, os Editais referentes à abertura de inscrições para os Concursos Públicos destinados ao provimento de Cargos da Carreira do Magistério Superior, conforme as Resoluções Nº 1384/2022-CEPE/UEMA, a serem divulgados no dia 17 de abril de 2026, conforme especificado a seguir:

- Campus Grajaú/ Curso de Enfermagem Bacharelado
- ✓ Edital n.º 136/2026-GR/UEMA – Curso de Enfermagem Bacharelado
- Campus Colinas/ Curso de Agronomia Bacharelado/ Curso de Letras Licenciatura em Libras
- ✓ Edital n.º 137/2026-GR/UEMA – Curso de Agronomia Bacharelado/ Curso de Letras Licenciatura em Libras
- Campus Caxias/ Departamento de Ciências da Saúde/ Curso de Terapia Ocupacional/ Curso de Fonoaudiologia/ Departamento de Medicina/ Departamento de Matemática e Física/ Curso de Engenharia da Computação/ Curso de Física Licenciatura
- ✓ Edital n.º 139/2026-GR/UEMA – Departamento de Ciências da Saúde/ Curso de Terapia Ocupacional/ Curso de Fonoaudiologia/ Departamento de Química Desenvolvimento de Materiais e Física/ Curso de Engenharia da Computação/ Curso de Física Bacharelado
- Campus Coelho Neto/ Curso de Enfermagem Bacharelado

Edital n.º 138/2026-GR/UEMA – Curso de Enfermagem Bacharelado

- Campus Santa Inês/ Departamento de Letras e Pedagogia
- ✓ Edital n.º 130/2026-GR/UEMA – Departamento de Letras e Pedagogia
- Campus Balsas/ Departamento de Matemática
- ✓ Edital n.º 140/2026-GR/UEMA – Departamento de Matemática
- Campus Zé Doca/ Curso de Ciências Biológicas Licenciatura/ Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa
- ✓ Edital n.º 129/2026-GR/UEMA – Curso de Ciências Biológicas/ Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa
- Campus Timon/ Curso de Direito Bacharelado
- ✓ Edital n.º 135/2026-GR/UEMA – Curso de Direito Bacharelado
- Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)/ Curso de Inteligência Artificial Bacharelado
- ✓ Edital n.º 132/2026-GR/UEMA – Curso de Inteligência Artificial Bacharelado
- Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN)/ Curso de Meteorologia/ Departamento de Matemática e Informática/ Departamento de Educação/ Curso de Educação Especial e Inclusiva
- ✓ Edital n.º 131/2026-GR/UEMA – Curso de Meteorologia
- ✓ Edital n.º 134/2026-GR/UEMA – Departamento de Educação/ Curso de Educação Especial Inclusiva
- Centro de Ciências da Saúde (CCS)/ Curso de Psicologia Bacharelado
- ✓ Edital n.º 133/2026-GR/UEMA – Curso de Psicologia Bacharelado/São Luís – MA, 13 de abril de 2026.

São Luís - MA, 27 de março de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO
AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO PÚBLICO 001/2026. A Prefeitura Municipal de Coelho Neto - MA, por meio da Secretaria Municipal de Gestão e Orçamento, torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n º 14.133/2021, Leilão do tipo maior lance, para a Alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Coelho Neto – MA, no dia 12/05/2026 às 10h 00min (horário de Brasília), através do site, www.grleiloes.com, sendo conduzido pelo Leiloeiro Oficial do Estado do Maranhão, Gustavo Martins Rocha, matrícula nº 017/06. O edital encontra-se disponível nos sites: http://www.licitacoelhoneto.com.br e https://licitacoes.coelhoneto.ma.gov.br/. Esclarecimentos através do e-mail: cpl.coelhoneto.ma@gmail.com. Coelho Neto - MA, 10 de Abril de 2026. Sérgio Ricardo Viana Bastos - Secretário Municipal de Gestão e Orçamento

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE – MA
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 – CPL/PMFV

A Prefeitura Municipal de Vitorino Freire – MA, localizada na Av. Wilson Branco, s/n, Centro, CEP: 65320-000 comunica aos interessados que, por conveniência administrativa ficara **ADIADA** a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 014/2026, para o dia 30/04/2026 às 10h00**, horário de Brasília, objetivando "Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades administrativas do Município de Vitorino Freire/MA", conforme especificações descritas no Termo de Referência anexo do Edital.

O Edital pode ser consultado na Comissão Permanente de Licitação-CPL, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 às 12:00h. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: *https://transparencia.vitorinofreire.ma.gov.br/index.php?class=Home*, na aba "licitações" ou no portal de compras do Município, www.licitacaovitorinofreire.com.br. Informações pelo e-mail: *licitacaovitorinofreire@gmail.com*.

Vitorino Freire (MA), 14 de abril de 2026.
VANDERLEY VIEIRA SOARES
Agente de Contratação

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 227
Proc. 86
Rub.

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social:	VISUAL DESIGN LTDA
Nome Fantasia:	VISUAL DESIGN
CNPJ:	26.002.575/0001-37
Inscrição Estadual:	12.627913-6
Endereço:	Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra – MA, CEP: 65.715-000
Telefone:	(99) 98160-3767
E-mail:	mariopimenteldu@gmail.com
Representante Legal:	Mario Marcio Pimentel Duarte
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno Porte (EPP)
Regime Tributário:	Simples Nacional

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026.

3. PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE ÚNICO

Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 54,83	R$ 10.966,00
02	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 60,33	R$ 12.066,00
03	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 61,63	R$ 12.942,30
04	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	205	R$ 63,93	R$ 13.105,65
05	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 75,00	R$ 16.125,00
06	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 80,33	R$ 20.082,50
07	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	450	R$ 91,60	R$ 41.220,00
08	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 95,73	R$ 23.932,50

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 228
Proc.
Rub.

09	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	180	R$ 102,50	R$ 18.450,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	350	R$ 108,33	R$ 37.915,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 108,67	R$ 16.300,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindaré e em um raio de até 10km.	M²	300	R$ 189,00	R$ 56.700,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lâmpadas eletrônicas de 30W, aplicada em Alto Alegre do Pindaré e em um raio até 10km.	M²	200	R$ 301,33	R$ 60.266,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	800	R$ 58,58	R$ 46.864,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	950	R$ 70,18	R$ 66.671,00
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	950	R$ 91,17	R$ 86.611,50
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 101,20	R$ 20.240,00
18	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 104,42	R$ 15.663,00
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 73,77	R$ 11.065,50
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	280	R$ 97,17	R$ 27.207,60
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 58,67	R$ 14.667,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	280	R$ 70,07	R$ 19.619,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 93,18	R$ 23.295,00
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,17	R$ 19.042,50
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 97,77	R$ 9.777,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 64,40	R$ 6.440,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 81,75	R$ 20.437,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 71,85	R$ 17.962,50

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 78,42	R$ 78.420,00
30	Troféu em Acrílico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translúcido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 603,17	R$ 30.158,50
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 376,00	R$ 18.800,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 782,50	R$ 3.912,50
33	Crachá em PVC com sistema transfer.	M²	2	R$ 127,67	R$ 255,34
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola.	M²	50	R$ 811,67	R$ 40.583,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU.	M²	100	R$ 1.016,50	R$ 101.650,00
				VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO:	**R$ 1.019.415,99**

Valor Total por Extenso: um milhão, dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e nove centavos.

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

Prazo de Entrega: Até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Local de Entrega: Secretaria Municipal de Educação, Rua Rio Branco, S/N, Trizidela, Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP nº 65.398-000.

Condições de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal.

Dados Bancários:

Titular: Visual Design LTDA
Banco: Banco do Brasil
Agência: 1087-1
Conta Corrente: 56292-0
PIX (Chave): (99) 98472-3732

5. DECLARAÇÕES

A empresa VISUAL DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.002.575/0001-37, declara, para os devidos fins:

a) Que os preços ofertados são completos e abrangem todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, incluindo tributos, transportes/fretes, embalagens, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto contratual;

b) Que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026 e seus anexos;

c) Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, não tendo sido declarada inidônea;

d) Que se enquadra como Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, fazendo jus ao tratamento diferenciado previsto na referida lei;

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 130
Proc. 86
Rub.

e) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

f) Que possui plena capacidade técnica e operacional para fornecer os materiais gráficos objeto desta licitação, conforme especificações do Termo de Referência.

Lago da Pedra - MA, 28 de abril de 2026.

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389

Assinado de forma digital por MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389
Dados: 2026.04.28 15:57:13 -03'00'

VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Representante Legal

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 231
Proc. 86
Rub.

PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026 – CPL/PMAAP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social:	VISUAL DESIGN LTDA
Nome Fantasia:	VISUAL DESIGN
CNPJ:	26.002.575/0001-37
Inscrição Estadual:	12.627913-6
Endereço:	Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra – MA, CEP: 65.715-000
Telefone:	(99) 98160-3767
E-mail:	mariopimenteldu@gmail.com
Representante Legal:	Mario Marcio Pimentel Duarte
Porte da Empresa:	Empresa de Pequeno Porte (EPP)
Regime Tributário:	Simples Nacional

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026.

3. PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE ÚNICO

Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 51,54	R$ 10.308,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 56,71	R$ 11.342,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 57,93	R$ 12.165,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	205	R$ 60,09	R$ 12.318,45

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 232
Proc.
Rub.

5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 70,50	R$ 15.157,50
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 75,51	R$ 18.877,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	450	R$ 86,10	R$ 38.745,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 89,99	R$ 22.497,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	180	R$ 96,35	R$ 17.343,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	350	R$ 101,83	R$ 35.640,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 102,15	R$ 15.322,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindaré e em um raio de até 10km.	M²	300	R$ 177,66	R$ 53.298,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lâmpadas eletrônicas de 30W, aplicada em Alto Alegre do Pindaré e em um raio até 10km.	M²	200	R$ 283,25	R$ 56.650,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	800	R$ 55,07	R$ 44.056,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	950	R$ 65,97	R$ 62.671,50
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	950	R$ 85,70	R$ 81.415,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 95,13	R$ 19.026,00

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 233
Proc. 06
Rub.

18	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 98,15	R$ 14.722,50
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	150	R$ 69,34	R$ 10.401,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	280	R$ 91,34	R$ 25.575,20
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 55,15	R$ 13.787,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	280	R$ 65,87	R$ 18.443,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 87,59	R$ 21.897,50
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 71,60	R$ 17.900,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 91,90	R$ 9.190,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 60,54	R$ 6.054,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,85	R$ 19.212,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 67,54	R$ 16.885,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 73,71	R$ 73.710,00
30	Troféu em Acrílico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translúcido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 566,98	R$ 28.349,00
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 353,44	R$ 17.672,00

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 735,55	R$ 3.677,75
33	Crachá em PVC com sistema transfer.	M²	2	R$ 120,01	R$ 240,02
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola.	M²	50	R$ 762,97	R$ 38.148,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU.	M²	100	R$ 955,51	R$ 95.551,00
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO:					**R$ 958.250,82**

Valor Total por Extenso: Novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos.

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade da Proposta:	60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.
Prazo de Entrega:	Até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Educação, Rua Rio Branco, S/N, Trizidela, Alto Alegre do Pindaré – MA, CEP nº 65.398-000.
Condições de Pagamento:	Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e apresentação da Nota Fiscal.
Dados Bancários:	**Titular:** Visual Design LTDA **Banco:** Banco do Brasil **Agência:** 1087-1 **Conta Corrente:** 56292-0 **PIX (Chave):** (99) 98472-3732

5. DECLARAÇÕES

A empresa VISUAL DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.002.575/0001-37, declara, para os devidos fins:

a) Que os preços ofertados são completos e abrangem todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto, incluindo tributos, transportes/fretes, embalagens, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto contratual;

b) Que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026 e seus anexos;

c) Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, não tendo sido declarada inidônea;

d) Que se enquadra como Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, fazendo jus ao tratamento diferenciado previsto na referida lei;

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 135
Proc. 96
Rub.

e) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

f) Que possui plena capacidade técnica e operacional para fornecer os materiais gráficos objeto desta licitação, conforme especificações do Termo de Referência.

Lago da Pedra - MA, 29 de abril de 2026.

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389

Assinado de forma digital por MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389
Dados: 2026.04.29 09:45:58 -03'00'

VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Representante Legal

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 236
Proc. 86
Rub.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL/PMAAP)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026 – Processo nº 86/2026/PMAAP/MA

A empresa VISUAL DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel. Pedro Bogea, nº 447, Bairro Cajueiro, Lago da Pedra - MA, CEP 65.715-000, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE, brasileiro, portador do CPF nº 040.296.863-89, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) Quanto à inexistência de fato impeditivo de licitar: Nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do PREGÃO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

a) Declara ainda, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

b) Declara também, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, que não incide em suas hipóteses vedadas.

c) Declara ainda, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

d) Enquadramento: Declara, sob as penas da lei, ser EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos benefícios e do tratamento favorecido e diferenciado previstos na referida norma.

2) Quanto à elaboração independente de proposta:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 237
Proc. 86
Rub.

Lago da Pedra - MA, 28 de abril de 2026.

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389

Assinado de forma digital por MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389
Dados: 2026.04.28 15:55:29 -03'00'

VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Representante Legal

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 238
Proc. 86
Rub.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE HABILITAÇÃO E ENQUADRAMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026

A empresa VISUAL DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel. Pedro Bogea, nº 447, Bairro Cajueiro, Lago da Pedra - MA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE, portador(a) do CPF nº 040.296.863-89, DECLARA para os devidos fins de direito, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I. DA HABILITAÇÃO E REGULARIDADE:

1. Que possui plena capacidade jurídica para participar do certame e cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital;
2. Que não pesa contra a empresa qualquer fato impeditivo de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
3. Que não sofreu declaração de inidoneidade ou penalidade de suspensão de licitar por órgão da Administração Pública;
4. Que não existe contra a empresa nenhum pedido de falência ou concordata em curso.

II. DAS VEDAÇÕES E CONFLITO DE INTERESSES:

1. Que não possui em seu quadro funcional, societário ou de direção, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante, nem responsável técnico vinculado à licitação, em observância às vedações da Lei nº 14.133/2021.

III. DO CUMPRIMENTO DE NORMAS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

1. Que a empresa não utiliza mão de obra infantil, não empregando menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
2. Que não emprega trabalhadores em condições análogas às de escravo, forçadas ou degradantes;
3. Que cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e para reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

IV. DO ENQUADRAMENTO COMO EPP:

1. Que a empresa se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não possuindo impedimentos para usufruir dos benefícios e do tratamento favorecido e diferenciado previstos na referida Lei.

V. DA INDEPENDÊNCIA E INTEGRIDADE DA PROPOSTA:

1. Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente;
2. Que não houve, direta ou indiretamente, comunicação, discussão ou tentativa de influência sobre outros licitantes ou sobre integrantes do órgão licitante quanto ao conteúdo desta proposta;
3. Que tem plena ciência da responsabilidade e dos poderes conferidos nesta declaração.

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 239
Proc. 86
Rub. AP

Lago da Pedra - MA, 28 de abril de 2026.

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389

Assinado de forma digital por MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389
Dados: 2026.04.28 15:56:19 -03'00'

VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Representante Legal

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

VISUAL DESIGN COMUNICAÇÃO VISUAL

Fls. 140
Proc. 96
Rub.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES LOCAIS E INFORMAÇÕES

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL/PMAAP)
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA
Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026

A empresa VISUAL DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel. Pedro Bogea, nº 447, Bairro Cajueiro, Lago da Pedra - MA, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE, portador do CPF nº 040.296.863-89, DECLARA, para fins de cumprimento ao item 15.3.1.1 do Edital de Licitação supracitado, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações, orientações e exigências constantes no edital e seus anexos;
2. Possui pleno conhecimento das condições locais, características e peculiaridades necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da referida licitação;
3. Reconhece a extensão dos serviços/fornecimentos exigidos e que inexistem dúvidas que possam comprometer a execução do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Lago da Pedra - MA, 28 de abril de 2026.

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389

Assinado de forma digital por MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE:04029686389
Dados: 2026.04.28 16:23:47 -03'00'

VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Representante Legal

Mario P Duart
Av. Antonio Bale de Sousa, 447
Cajueiro - 65715-000
Lago da Pedra - MA Fone/Fax: 99984673476

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
26.002.575/0001-37 **MATRIZ**		**22/08/2016**

NOME EMPRESARIAL
VISUAL DESIGN LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
VISUAL DESIGN	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação
32.99-0-02 - Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
32.99-0-03 - Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
32.99-0-04 - Fabricação de painéis e letreiros luminosos
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente
74.20-0-03 - Laboratórios fotográficos

Fls. 261
Proc. 86
Rub.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R CEL PEDRO BOGEA	**447**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.715-000	**CAJUEIRO**	**LAGO DA PEDRA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARIO-DUARTE03@HOTMAIL.COM	**(99) 8160-3767**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**22/08/2016**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/10/2025** às **12:03:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5056394119

2 e 1. NOME E SOBRENOME: MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE

D. 1ª HABILITAÇÃO: 08/08/2024

3. DATA, LOCAL E U.F. DE NASCIMENTO: 07/11/1993, LAGO DA PEDRA, MA

4a. DATA EMISSÃO: 28/08/2025

4b. VALIDADE: 24/04/2034

ACC:

D

4c. DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 04029686389 SSP MA

4d. CPF: 040.296.863-89

5. Nº REGISTRO: 08711997913

9. CAT. HAB.: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO:
PAULO BARBOSA DUARTE

MARIA DA CONCEICAO PIMENTEL DUARTE

7. ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		24/04/2034	
A1			
B		24/04/2034	
B1			
C			
CY			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12. OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
43887634535
MA055558359

LOCAL: SÃO LUÍS, MA

MARANHÃO

5056394119

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4a. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Validez Hasta – ACC – 4c., Documento Identidade – Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Parents / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA087119979<139<<<<<<<<<<<<
9311077M3404241BRA<<<<<<<<<<<2
MARIO<<MARCIO<PIMENTEL<DUARTE<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Fls. 242
Proc. 86
Rub.

Fls. 243
Proc.
Rub.

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO M. MARIO P. DUARTE DESIGN EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

Pelo presente instrumento particular **MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE ,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresário, natural de Lago da Pedra - MA, nascido em 07/11/1993, portador da Carteira de Identidade RG nº 04233340420117, SSP/MA, expedida em 10/06/2011, CPF nº 040.296.863-89, residente e domiciliado na Rua Cel Pedro Bogea 447 B – Cajueiro, CEP: 65.715-000, na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão, Empresário, com sede na Rua Cel Pedro Bogea, 447 – Cajueiro, CEP: 65.715-000 na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão, inscrito na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o NIRE 21801069111 em 16/03/2020 e no CNPJ: 26.002.575/0001-37 com a razão social M. MARIO P. DUARTE DESIGN, resolve transformar o seu registro de **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**.

PARAGRAFO ÚNICO – A presente sociedade ora constituída sucede a firma social M. MARIO P. DUARTE DESIGN, inscrita no CNPJ: 26.002.575/0001-37, assumindo e responsabilizando-se por todo seu Ativo e Passivo.

CLÁUSULA I - ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL E ENDEREÇO
A sociedade passa a girar sob a Firma Social de: **VISUAL DESIGN LTDA,** e VISUAL DESIGN como nome fantasia, tendo sua sede e Foro na Rua Cel Pedro Bogea, nº 447 – Cajueiro, CEP: 65.715-000 na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

CLÁUSULA II – **ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**
O Capital Social, inteiramente subscrito e integralizado do empresário ora transformado no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), será acrescido pelo sócio Mario Marcio Pimentel Duarte em mais 895.000,00 (oitocentos e noventa e cinco mil reais). As quotas são no valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma, sendo que o sócio Mario Marcio Pimentel Duarte é detentor do total das 900.000 mil cotas, ficando assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Total %	Total em R$
Mario Marcio Pimentel Duarte	900.000	100 %	900.000,00
TOTAL	900.000	100 %	900.000,00

***CLÁUSULA III*- ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL**
A sociedade passa a ter por finalidade as seguintes atividades:

ATIVIDADE PRINCIPAL:
CNAE – 1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário;

ATIVIDADE SECUNDÁRIAS:
1822-9/01 - Serviços de encadernação e plastificação; 3299-0/02 - Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório; 3299-0/03 - 3299-0/03 - Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos; 3299-0/04 - Fabricação de painéis e letreiros luminosos; 4741-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; 4772-5/00 - Comércio varejista de

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO M. MARIO P. DUARTE DESIGN EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; 4782-2/01 Comércio varejista de calçados; 5819-1/00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos; 5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de

vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente (vinhetas para TV); 7410-2/99 - Atividades de design não especificadas anteriormente (Planejamento e desenvolvimento de anúncios, panfletos, cartazes e logotipos); 7420-0/03 - Laboratórios fotográficos.

CLÁUSULA IV **– DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO**
A sociedade iniciou suas atividades em 22/08/2016, sendo por prazo indeterminado o seu tempo de duração e encerrando-se seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

Fls. 2
Proc.
Rub.

CLÁUSULA V **- DA CESSÃO DE QUOTAS**
As Cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada à cessão delas a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA VI **– DA ADMINISTRAÇÃO**
A administração da sociedade é exercida pelo sócio Mario Marcio Pimentel Duarte, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

CLÁUSULA VII **- DO BALANÇO PATRIMONIAL**
Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificada de sua administração, procedendo á elaboração de inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo os sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DO PRÓ LABORE
O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore para a sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA IX **– DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO**
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia.

CLÁUSULA X **- DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR**
O administrador declara, sob as penas da lei, de que não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o

sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA XI – **DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Lago da Pedra - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Lago da Pedra - MA, 15 de julho de 2022

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Sócio/Administrador

Fls. 345
Proc. 86
Rub.

Fls. 246
Proc. 86
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/07/2022 15:46 SOB Nº 21201268172.
PROTOCOLO: 220888566 DE 18/07/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209285580. CNPJ DA SEDE: 26002575000137.
NIRE: 21201268172. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/07/2022.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 04029686389
DATA: 28/04/2026
HORA: 13:43

INSC. ESTADUAL:	12.627.913-6	**ÚLTIMA ALTERAÇÃO:**	19/07/2022
RAZÃO SOCIAL:	VISUAL DESIGN LTDA		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	**SERASA:**	Não
MOTIVOS FISCAIS:			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	--

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	26.002.575/0001-37	**INSC. CENTRALIZADORA:**	--
RAZÃO SOCIAL:	VISUAL DESIGN LTDA		
NIRE:	21201268172	**TIPO PESSOA:**	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	03/12/2019	**CAPITAL SOCIAL:**	900.000,00
AGÊNCIA REGIONAL:	32 - AGÊNCIA DE PEDREIRAS	**UFRE:**	49 - Ufre/Bacabal
TIPO DE SOCIEDADE:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	**CAT. DO ESTABELECIMENTO:**	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	SIMPLES NACIONAL		
DATA OBRIG. NFE:	01/07/2010	**DATA OBRIG. EFD:**	--
CORREIO ELETRÔNICO:	mario-duarte03@hotmail.com	**ÁREA UTILIZADA:**	--

Fls. 47
Proc. 86
Rub.

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP	65715-000		
ENDEREÇO	RUA CEL PEDRO BOGEA	**NÚMERO:**	447
COMPLEMENTO:	--		
PONTO DE REFERENC.:	--	**BAIRRO:**	CAJUEIRO
CIDADE:	LAGO DA PEDRA	**ESTADO:**	MA
TELEFONE:	(99)9816-0376	**FAX:**	--
CEP CAIXA POSTAL:	--		

ENDEREÇO FISCAL

CEP	--		
ENDEREÇO	RUA CEL PEDRO BOGEA	**NÚMERO:**	447
COMPLEMENTO:	--		
PONTO DE REFERENC.:	--	**BAIRRO:**	CAJUEIRO
CIDADE:	LAGO DA PEDRA	**ESTADO:**	MA
TELEFONE:	(99)9816-0376	**FAX:**	--
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	1813001	IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
2	3299002	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO
3	3299003	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS
4	3299004	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS
5	4741500	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
6	4751201	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
7	4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
8	4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
9	4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
10	4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
11	5819100	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS
12	5912099	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO
13	7410299	ATIVIDADES DE DESIGN NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
14	7420003	LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS
15	1822901	SERVIÇOS DE ENCDERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO

REPRESENTANTES LEGAIS

CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
60658322354	HILO DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR	3 - CONTADOR
4029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	101 - SÓCIO
4029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	205 - ADMINISTRADOR

AÇÕES JUDICIAIS

TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 04029686389
DATA: 28/04/2026
HORA: 13:43

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
ICMS	01/01/2020	--	Ativo
NF-e	01/07/2010	--	Ativo
NFC-e	28/05/2020	--	Ativo

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

Fls. 258
Proc. 86
Rub.

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 26.002.575/0001-37 **Inscrição Estadual:** 12.627913-6

Razão Social: VISUAL DESIGN LTDA

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

Fls. 269
Proc. 86
Rub.

ENDEREÇO

Logradouro: RUA CEL PEDRO BOGEA

Número: 447 **Complemento:**

Bairro: CAJUEIRO

Município: LAGO DA PEDRA **UF:** MA

CEP: 65715000 **DDD:** **Telefone:** 98160376

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 1813001 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
4782201	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
5819100	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS
5912099	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7410299	ATIVIDADES DE DESIGN NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7420003	LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS
1822901	SERVIÇOS DE ENCDERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO
3299002	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO
3299003	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS
3299004	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS
4741500	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
4751201	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL
4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 25/09/2025

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/07/2010 - (3299002), 01/10/2010 - (3299004-3299003-5819100-1813001), 28/05/2020 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 28/04/2026

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

PREFEITURA DE LAGO DA PEDRA
GOVERNO DO POVO

Nº 01383

AO CONTRIBUINTE IDENTIFICADO NESTE DOCUMENTO, INSCRITO NO CADASTRO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, É CONCEDIDO ESTE

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE POSTURAS E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL, À FISCALIZAÇÃO E RENOVADO ANUALMENTE.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

CMC - TITULO ESTABELECIMENTO **010054 - VISUAL DESIGN**			Nº CPF / CNPJ 26.002.575/0001-37
NOME EMPRESARIAL **VISUAL DESIGN LTDA**			DATA ABERTURA 22/08/2016
LOGRADOURO RUA CORONEL PEDRO BOGEA		Nº IMOVEL 447	NOME BAIRRO CAJUEIRO
Nº CEP 65715000	EDIFÍCIO	APTO / SALA	MUNICIPIO - UF LAGO DA PEDRA / MA
OBSERVAÇOES OBS.:			COMPLEMENTO
CNAE - ATIVIDADE **1813-0/01** IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO			HORARIO NORMAL: HORARIO ESPECIAL: IMÓVEIS

ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S)

1822-9/01	SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO	**3299-0/02**	FABRICAÇÃO DE CANETAS, LÁPIS E OUTROS ARTIGOS PAR
3299-0/03	FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQ	**3299-0/04**	FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS
4741-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTU		

Fls. 250
Proc. 86
Rub.

Erick Henrique Alves Silva
Secretário Municipal de Arrecadação e Tributos

Obs:

Data Emissão: 10/04/2026

Vencimento: 31/12/2026

EXPOSIÇÃO EM LOCAL VISÍVEL

L F SARAIVA VIEIRA

Rua São Cristovão nº 366, São Cristovão, Santa Inês – MA

Tel: (99) 98161-0606; CNPJ: 28.906.062/0001-86; E-MAIL: comercialsaraivasti@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de comprovação de capacidade técnica e operacional em processos licitatórios, que a empresa VISUAL DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra - MA, prestou serviços de comunicação visual para a nossa empresa, L F SARAIVA VIEIRA LTDA (Comercial Saraiva), inscrita no CNPJ sob o nº 28.906.062/0001-86, com sede na Rua São Cristóvão, nº 366, Loja A, São Cristóvão, Santa Inês - MA.

1. OBJETO DO FORNECIMENTO

Prestação de serviços de comunicação visual, contemplando materiais que foram integralmente confeccionados e entregues. O escopo executado compreendeu a produção finalizada de 30,00 m² de painel principal em lona vinílica 440g super glossy com impressão eco-solvente de alta resolução (cabeças de 7 ou 14 picolitros) para fachada; o fornecimento de 04 unidades de banners promocionais em lona 380g com acabamento completo em bastão, ponteira e corda; a entrega e fixação de 06 unidades de placas rígidas em PVC expandido de 3mm com adesivo leitoso para setorização interna; e o fornecimento de 50 unidades de cartazes impressos em papel de alta gramatura e cores de destaque para precificação de ponto de venda (PDV).

2. DETALHAMENTO DOS ITENS FORNECIDOS

Item	Especificação Detalhada do Serviço/Material	Quantidade	Unidade
1	Painel para fachada confeccionado em lona vinílica 440g super glossy, com impressão digital eco-solvente de alta resolução, devidamente tensionado e instalado.	30,00	M²
2	Banners promocionais produzidos em lona 380g com impressão digital, entregues com acabamento final contendo bastões, ponteiras plásticas e corda.	4,00	UND
3	Placas de sinalização e setorização interna confeccionadas em PVC expandido de 3mm, com aplicação de adesivo vinílico leitoso impresso e fixação por fita dupla face.	6,00	UND
4	Cartazes impressos em papel de alta gramatura e cores fluorescentes para precificação e divulgação de ofertas em ponto de venda (PDV), efetivamente fornecidos.	50	UND

3. DECLARAÇÃO DE DESEMPENHO

Declaramos que a referida empresa forneceu os materiais e executou os serviços acima descritos com total qualidade e desempenho satisfatório, cumprindo integralmente com as obrigações técnicas e comerciais pactuadas, obedecendo aos prazos exigidos, não existindo em nossos registros, até a presente data, qualquer fato que desabone sua conduta comercial ou capacidade técnica.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente documento.

Santa Inês, Maranhão, Dia 28 de janeiro de 2026

FRANCISCO SERGIO PEREIRA MAIA:40897516320

Assinado de forma digital por FRANCISCO SERGIO PEREIRA MAIA:40897516320
Dados: 2026.01.28 15:33:17 -03'00'

L F SARAIVA VIEIRA
Francisco Sérgio Pereira Maia, Representante Legal
CPF nº 408.975.163-20, CI nº 058836102061
Representante Legal

Fls. 251
Proc. 86
Rub.

L F SARAIVA VIEIRA

Rua São Cristovão nº 366, São Cristovão, Santa Inês – MA

Tel: (99) 98161-0606; CNPJ: 28.906.062/0001-86; E-MAIL: comercialsaraivasti@gmail.com

Fls. 152
Proc. 86
Rub.

ESTADO DO MARANHAO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES
CNPJ: 01.612.833/0001-76
Rua 08 de Maio, S/N, Centro - Lago Dos Rodrigues - MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.833/0001-76, com sede na Rua 08 de Maio, s/n, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, **ATESTOU**, para os devidos fins de direito, que a empresa **VISUAL DESIGN LTDA** (Nome Fantasia: **VISUAL DESIGN**), inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel. Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra - MA, forneceu a este órgão os materiais abaixo relacionados:

OBJETO: Prestação de serviço na confecção de materiais gráficos e itens personalizados, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA. VÍNCULO: Contrato nº 012312/2025 / Dispensa de Licitação nº 012/2025.

RELAÇÃO DE ITENS FORNECIDOS:

ADESIVO Especificação: em Vinil com impressão digital colorida.	1
BLOCO DE ANOTAÇÕES Especificação: 15x21cm, c/30 pág. 1x0 cores.	50
CAPAS DE PROCESSO PAPEL Especificação: duplex 300 colorida 4X1, em policromia, papel cartolina.	500
CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO - Especificação: carimbo auto-entintado, tipo automático retrátil com mola, corpo em acrílico, base emborrachada, formato retangular, tamanho aproximado da placa do texto 18mm x 47mm	5
CARIMBO AUTOMATICO PERSONALIZADO - Especificação: carimbo auto-entintado, tipo automático retrátil com mola, corpo em acrílico, base emborrachada, formato retangular, tamanho aproximado da placa do texto 30mm x 69mm	5
ENVELOPE PERSONALIZADO Especificação: Tipo Policromia, 23x16,5.	480
ENVELOPE TIMBRADO OFICO Especificação: tipo carta colorido.	480
ENVELOPE TIMBRADO TIPO SACO POLICROMIA Especificação: 4x4 tam. 26x36.	480
ENVELOPE TIMBRADO TIPO SACO POLICROMIA. Especificação: 4x4 tam 24x34.	480
PAPEL TIMBRADO POLICROMIA Especificação: 4X0 ap Form. 08 50fls.	38
Placas de mesa adesivadas em acrílico 3mm, com indicação do vereador tam: 30x10cm.	9
Quadro em acrílico 3mm, com foto do vereador, tam 60x90cm.	9
Quadro Galeria em acrílico 3mm, tam 65x85cm, com fotos dos vereadores Legislatura 2025 a 2026 1° biênio.	1

Atestamos, ainda, que os referidos materiais foram entregues mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica nº 000.000.175 (Série 002), e que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações de forma satisfatória, não constando em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta técnica ou comercial no fornecimento em questão.

Lago dos Rodrigues - MA, 17 de março de 2026.

JOSE SILVA VALDIVINO:03835993348

Digitally signed by JOSE SILVA VALDIVINO:03835993348
Date: 2026.03.17 10:39:55 -03'00'

José Silva Valdivino
Presidente da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues/MA.

Fls. 253
Proc. 86
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 081176/26 **Data da** 16/04/2026 10:22:52

Inscrição Estadual: 126279136 **CPF/CNPJ:** 26002575000137

Razão Social: VISUAL DESIGN LTDA

Endereço: RUA CEL PEDRO BOGEA, 447 CEP: 65715000 - CAJUEIRO

Telefone: (99)98160376 **Município:** LAGO DA PEDRA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/07/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 16/04/2026 10:22:52

Fls. 254
Proc. 86
Rub.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 038411/26 **Data da** 16/04/2026 10:24:16

Inscrição Estadual: 126279136 **CPF/CNPJ:** 26002575000137

Razão Social: VISUAL DESIGN LTDA

Endereço: RUA CEL PEDRO BOGEA, 447 CEP: 65715000 - CAJUEIRO

Telefone: (99)98160376 **Município:** LAGO DA PEDRA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 15/07/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 16/04/2026 10:24:16

Fls. 255
Proc. 86
Rub.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:41:02 do dia 22/04/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/10/2026.
Código de controle da certidão: **398B.F158.F176.F1D1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA DE LAGO DA PEDRA
GOVERNO DO POVO

Fls. 156
Proc. 86
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº. 0003838

Informações do Contribuinte

CÓDIGO C.M.C.	NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL)	CPF/CNPJ
10054	VISUAL DESIGN LTDA	26.002.575/0001-37

Endereço do Contribuinte

LOGRADOURO	NÚMERO	Nº DO CEP	BAIRRO	
RUA CORONEL PEDRO BOGEA	447	65715000	CAJUEIRO	
MUNICÍPIO	**UF**	**EDIFÍCIO**		**APTO. / SALA**
LAGO DA PEDRA	MA			

NOME DO REQUERENTE	Nº. DOCUMENTO
VISUAL DESIGN LTDA	26.002.575/0001-37

FINALIDADE DA CERTIDÃO

OBSERVAÇÕES

Data de Emissão: 16/04/2026 **Data de Validade: 15/07/2026**

A prefeitura do Município de Lago da Pedra - MA, por intermédio do departamento de arrecadação, CERTIFICA que o contribuinte acima qualificado, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL **não constatando débitos referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Divida Ativa** até a presente data, com validade da presente certidão em (90) dias, Conforme Código Tributário Municipal, fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar eventuais débitos que vierem a ser apurados, mesmo referente a período anterior a emissão da presente certidão.

NADA MAIS havendo, o referido e verdade do que dou fé.

A respectiva Certidão de Débitos poderá ser VALIDADA no site http://www.prefeituramoderna.com.br
Escolha o município- IPTU- Documentos Emitidos - Validação da Certidão

Já nas certidões de empresas:
A respectiva Certidão de Débitos poderá ser VALIDADA no site http://www.prefeituramoderna.com.br
Escolha o município- ISS - Suporte - Validação de Certidão.

LAGO DA PEDRA (MA), 16 de ABRIL de 2026

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 257
Proc. 86
Rub.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VISUAL DESIGN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.002.575/0001-37
Certidão nº: 42432198/2026
Expedição: 16/04/2026, às 10:21:06
Validade: 13/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VISUAL DESIGN LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.002.575/0001-37**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar | Imprimir

Fls. 358
Proc. 86
Rub.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.002.575/0001-37

Razão Social: VISUAL DESIGN LTDA

Endereço: RUA CEL PEDRO BOGEA 447 / CAJUEIRO / LAGO DA PEDRA / MA / 65715-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/04/2026 a 19/05/2026

Certificação Número: 2026042006555403228042

Informação obtida em 28/04/2026 16:31:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra

Fls. 259
Proc. 86
Rub.

CERTJUDONE-1VLP - 162026
Código de validação: ABDB0DE686

Número da guia: 26053901002406278.

CERTIDÃO DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Certifico a requerimento de parte interessada e pelo direito que me confere a lei, que verificando os Livros de Distribuição dos Feitos Cíveis desta Comarca, por intermédio do sistema Themis - PG e PJE, deles constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial em nome da empresa **VISUAL DESIGN LTDA (VISUAL DESIGN),** empresa inscrita com **CNPJ nº 26.002.575/0001-37,** com endereço na Rua Cel. Pedro Bogea nº 447, Bairro Cajueiro, Lago da Pedra/MA, CEP: 65715-000. **CERTIFICO** que a Comarca de Lago da Pedra/MA, com endereço na Rua Hilário Neto, nº 177A, Bairro Planalto, Lago da Pedra/MA, é formada por 04 (quatro) termos judiciais que compreendem as cidades de Lago do Junco/MA, Lago dos Rodrigues/MA e Lagoa Grande do Maranhão/MA, sendo o termo sede a cidade de Lago da Pedra/MA **CERTIFICO**, finalmente, que o Cartório de Distribuição é o único existente nesta cidade e Comarca de Lago da Pedra – MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão no Cartório de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras" nesta cidade de Lago da Pedra – MA .

Lago da Pedra/MA, 09 de abril de 2026.

OBSERVAÇÕES
1. Esta certidão é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS,** (art. 198 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, com redação de 2013).
2. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor (Art. 199 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, com redação de 2013).
3. o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário.
4. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Judicial Eletrônico(PJE) e Abrange Somente as Varas Comuns do Termo Judiciário de Lago da Pedra-MA.
5. Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br,

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor QR Code.

ROBERTO DE BRITO SILVA
Função Gratificada Especial
1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra
Matrícula 163782

Documento assinado. LAGO DA PEDRA, 09/04/2026 12:35 (ROBERTO DE BRITO SILVA)

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Fls. 261
Proc.
Rub.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
REGISTRO..... : MA-014917/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.707.403-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 28/04/2026 as 14:11:38.
Válido até: 27/07/2026.
Código de Controle: 3454955.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Fls. 362
Proc. 86
Rub.

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que VISUAL DESIGN LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**	**Protocolo:** MAC2500736036
NIRE 21201268172 **CNPJ 26.002.575/0001-37**	**Situação** ATIVA **Status**
Endereço Completo Rua CEL PEDRO BOGEA, Nº 447, xxxxx, CAJUEIRO - Lago da Pedra/MA - CEP 65715-000	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição	Desarquivado
002	20220888566	18/07/2022	OUTROS	NÃO
002	21201268172	18/07/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	NÃO
002	21201268172	18/07/2022	TRANSFORMACAO	NÃO
223	20200358251	21/05/2020	BALANCO	NÃO
002	20200102346	16/03/2020	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	NÃO
315	MX00184974	04/02/2020	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	NÃO
002	ME48171406	03/12/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	21801069111	03/12/2019	INSCRICAO DE TRANSFERENCIA DE SEDE DE OUTRA UF	NÃO
002	ME48030169	29/11/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	21801069111	29/11/2019	INSCRICAO DE TRANSFERENCIA DE SEDE DE OUTRA UF	NÃO
002	ME43094849	21/08/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
002	ME26011055	27/08/2018	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	NÃO
080	21801069111	22/08/2016	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	NÃO
080	21801069111	22/08/2016	INSCRIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	NÃO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/11/2025, às 15:25:17 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **DSU1OGU8**.

MAC2500736036

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Fls. 253
Proc. 96
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 28/04/2026
Data de validade: 28/06/2026

Nº da certidão: 12601916990
Código de Validação: b567e564d5

NOME: MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE

CPF: 040.296.863-89

DATA DE NASCIMENTO: 07/11/1993

FILIAÇÃO: MARIA DA CONCEICAO PIMENTEL DUARTE / PAULO BARBOSA DUARTE

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

Fls. 364
Proc. 86
Rub.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 28/04/2026 **Nº da certidão:** 12601916648

Data de validade: 28/06/2026 **Código de Validação:** 8d737d8c58

NOME: VISUAL DESIGN LTDA

CNPJ: 26.002.575/0001-37

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

Fls. 265
Proc. 86
Rub.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: VISUAL DESIGN LTDA **NIRE :** 21201268172 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2500736000
NIRE (Sede) 21201268172	**CNPJ** 26.002.575/0001-37	**Data de Ato Constitutivo** 22/08/2016	**Início de Atividade** 22/08/2016
Endereço Completo Rua CEL PEDRO BOGEA, Nº 447, CAJUEIRO - Lago da Pedra/MA - CEP 65715-000			
Objeto Social 1813001 IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO 1822901 SERVICOS DE ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO 3299002 FABRICACAO DE CANETAS, LAPIS E OUTROS ARTIGOS PARA ESCRITORIO 4772500 COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL 5819100 EDICAO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRAFICOS 5912099 ATIVIDADES DE POS-PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE COMO VINHETAS PARA TV 7420003 LABORATORIOS FOTOGRAFICOS 7410299 ATIVIDADES DE DESIGN NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE COMO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ANUNCIOS, PANFLETOS, CARTAZES E LOGOTIPOS 3299-003 FABRICACAO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS 3299004 FABRICACAO DE PAINEIS E LETREIROS LUMINOSOS.			
Capital Social R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 900.000,00 (novecentos mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	040.296.863-89	R$ 900.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	040.296.863-89	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 18/07/2022	**Número** 20220888566	**Ato/eventos** 002 / 939 - OUTROS	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/11/2025, às 15:24:39 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **5IGKGJM1.**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral

SIMPLES NACIONAL

Simples Nacional

Fls. 266
Proc. 96
Rub.

Serviços com Controle de Ac... > Solicitar ou alterar código de acesso

Código de acesso gerado com sucesso. Seu código é: 910637882792. Esse código é uma senha, portanto é sigiloso. Anote-o e guarde-o em lugar seguro e de fácil recuperação para futuros acessos.

Solicitar ou alterar código de acesso

Para criar ou alterar seu Código de Acesso, informe os dados abaixo:

Número do CNPJ:

26002575000137

Número do CPF do Responsável:

04029686389

Número do recibo de entrega da declaração de IRPF do responsável:

2380825818

Ano de exercício: 2024

Retornar Continuar

SIMPLES NACIONAL

SERVIÇOS PÚBLICOS

Consulta Optantes

DASN SIMEI - Declaração Anual para o MEI

PGMEI - Programa Gerador do DAS para o MEI

Fls. 267
Proc. 86
Rub.

SERVIÇOS COM CONTROLE DE ACESSO

Simples Nacional

Simei

ENTES FEDERADOS

Acesso ao Portal

Convênios com a PGFN

NOTÍCIAS

CONTEÚDO DE APOIO

Manuais

Legislação

Estatísticas

Agenda

CANAIS DE ATENDIMENTO

Perguntas Frequentes

Fale Conosco

Ouvidoria

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Não adaptada

Fls. 368
Proc. 86
Rub.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO

Categoria
CONTADOR

Nº Registro
MA-014917/O-0

Nome
PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA

Nascimento
04/07/1994

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
LAGO DA PEDRA-MA



Paulo Henrique Bezerra Damascena

Assinatura do Profissional

Fls. 289
Proc. 96
Rub.

Filiação
MANOEL INHOZINHO DAMASCENA FILHO
MARIA EDNA ALVES BEZERRA

CPF
604.707.403-02

Documento de Identificação
038160282009-5
SESP-MA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

Data de Registro
24/09/2019

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **B5E29C**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/60470740302/codigo/B5E29C

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **sexta-feira, 17 de setembro de 2021, às 10:58**.

Fls. 270
Proc. 86
Rub.

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 14 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 14 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Diário nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma VISUAL DESING LTDA , estabelecida no(a) R CEL PEDRO BOGEA, nº 447, bairro CAJUEIRO, CEP 65715-000, cidade Lago da Pedra, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 26.002.575/0001-37 e registrada no(a) Junta Comercial do Maranhão sob o nº 21201268172 por despacho de 22/08/2016.

Lago da Pedra-MA, 1 de Janeiro de 2023

Visual Design LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
Pessoa Jurídica

Maria José Moura dos Santos
CRC/MA 005239
Contadora

Fls. 221
Proc. 86
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
01/01/2023	24102.0001 - Capital Social a Integralizar						
		Subscrição do Capital Social	0001	001	3	900.000,00	
01/01/2023	24101.0001 - Capital Social Subscrito						
		Subscrição do Capital Social	0001	001	3		900.000,00
01/01/2023	11101.0001 - Caixa						
		Integralização do Capital Social	0001	001	4	900.000,00	
01/01/2023	24102.0001 - Capital Social a Integralizar						
		Integralização do Capital Social	0001	001	4		900.000,00
					Totais do dia 01:	**1.800.000,00**	**1.800.000,00**
03/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000004040 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	18	1.812,00	
03/01/2023	21101.0014 - TIAGO DA SILVA SANTOS ME						
		Vr. ref doc N. 000004040 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	18		1.812,00
03/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000012286 TERZIAN LTDA.	0001	001	19	12.140,01	
03/01/2023	21101.0011 - TERZIAN LTDA.						
		Vr. ref doc N. 000012286 TERZIAN LTDA.	0001	001	19		12.140,01
					Totais do dia 03:	**13.952,01**	**13.952,01**
05/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000012324 TERZIAN LTDA.	0001	001	3	12.140,01	
05/01/2023	21101.0011 - TERZIAN LTDA.						
		Vr. ref doc N. 000012324 TERZIAN LTDA.	0001	001	3		12.140,01
					Totais do dia 05:	**12.140,01**	**12.140,01**
10/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000049297 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	19	3.360,00	
10/01/2023	21101.0002 - SERILON BRASIL LTDA						
		Vr. ref doc N. 000049297 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	19		3.360,00
					Totais do dia 10:	**3.360,00**	**3.360,00**
12/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000000090 LC MARTINS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI	0001	001	16	3.300,00	
12/01/2023	21101.0015 - LC MARTINS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIR						
		Vr. ref doc N. 000000090 LC MARTINS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI	0001	001	16		3.300,00
					Totais do dia 12:	**3.300,00**	**3.300,00**
20/01/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000001 DIVERSOS	0001	001	9	30.000,00	
20/01/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000001 DIVERSOS	0001	001	9		30.000,00
					Totais do dia 20:	**30.000,00**	**30.000,00**
26/01/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	14	543,12	
26/01/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	14		543,12
					Totais do dia 26:	**543,12**	**543,12**
30/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000031063 R C DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	0001	001	3	3.899,00	
30/01/2023	21101.0016 - R C DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA						
		Vr. ref doc N. 000031063 R C DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	0001	001	3		3.899,00
					Totais do dia 30:	**3.899,00**	**3.899,00**

Continua...

Fls. 327
Proc. 96
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
31/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000578658 FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS	0001	001	7	3.052,70	
31/01/2023	21101.0017 - FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS						
		Vr. ref doc N. 000578658 FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS	0001	001	7		3.052,70
31/01/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000578714 FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS	0001	001	8	1.392,93	
31/01/2023	21101.0017 - FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS						
		Vr. ref doc N. 000578714 FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS	0001	001	8		1.392,93
					Totais do dia 31:	**4.445,63**	**4.445,63**
					Totais do mês de Janeiro:	**1.871.639,77**	**1.871.639,77**
01/02/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000049576 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	18	1.076,50	
01/02/2023	21101.0002 - SERILON BRASIL LTDA						
		Vr. ref doc N. 000049576 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	18		1.076,50
					Totais do dia 01:	**1.076,50**	**1.076,50**
06/02/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000021032 MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP	0001	001	16	1.321,60	
06/02/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000021032 MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP	0001	001	16		1.321,60
					Totais do dia 06:	**1.321,60**	**1.321,60**
07/02/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000015526 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	33	2.545,76	
07/02/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000015526 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	33		2.545,76
07/02/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000137767 JG DA SILVA FILHO LTDA	0001	001	34	513,02	
07/02/2023	21101.0005 - JG DA SILVA FILHO LTDA						
		Vr. ref doc N. 000137767 JG DA SILVA FILHO LTDA	0001	001	34		513,02
					Totais do dia 07:	**3.058,78**	**3.058,78**
09/02/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 006639336 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	16	420,00	
09/02/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 006639336 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	16		420,00
					Totais do dia 09:	**420,00**	**420,00**
20/02/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000002 DIVERSOS	0001	001	10	14.000,00	
20/02/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000002 DIVERSOS	0001	001	10		14.000,00
					Totais do dia 20:	**14.000,00**	**14.000,00**
27/02/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	2	612,01	
27/02/2023	11101.0001 - Caixa						

Continua...

Fls. 273
Proc. 86
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
		Pgt. de energia	0001	001	2		612,01
					Totais do dia 27:	**612,01**	**612,01**
					Totais do mês de Fevereiro:	**20.488,89**	**20.488,89**
06/03/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000113260 ABC DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	0001	001	17	934,00	
06/03/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000113260 ABC DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	0001	001	17		934,00
					Totais do dia 06:	**934,00**	**934,00**
13/03/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000070661 JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	0001	001	18	10.670,74	
13/03/2023	21101.0003 - JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA						
		Vr. ref doc N. 000070661 JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	0001	001	18		10.670,74
					Totais do dia 13:	**10.670,74**	**10.670,74**
20/03/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000003 DIVERSOS	0001	001	9	37.000,00	
20/03/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000003 DIVERSOS	0001	001	9		37.000,00
					Totais do dia 20:	**37.000,00**	**37.000,00**
27/03/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	603,58	
27/03/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		603,58
					Totais do dia 27:	**603,58**	**603,58**
31/03/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000001610 AVANTE SOLUCOES	0001	001	18	14.200,00	
31/03/2023	21101.0004 - AVANTE SOLUCOES						
		Vr. ref doc N. 000001610 AVANTE SOLUCOES	0001	001	18		14.200,00
					Totais do dia 31:	**14.200,00**	**14.200,00**
					Totais do mês de Março:	**63.408,32**	**63.408,32**
20/04/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000004 DIVERSOS	0001	001	9	40,00	
20/04/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000004 DIVERSOS	0001	001	9		40,00
					Totais do dia 20:	**40,00**	**40,00**
26/04/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	589,87	
26/04/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		589,87
					Totais do dia 26:	**589,87**	**589,87**
					Totais do mês de Abril:	**629,87**	**629,87**
03/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000050682 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	16	860,00	
03/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000050682 SERILON BRASIL LTDA	0001	001	16		860,00
					Totais do dia 03:	**860,00**	**860,00**
09/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 006944950 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	16	347,65	

Continua...

Fls. 274
Proc. 86
Rub. AP

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
09/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 006944950 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	16		347,65
					Totais do dia 09:	**347,65**	**347,65**
17/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000016186 MF COMERCIO DISTRIBUIDOR DE COSMETICOS LTDA	0001	001	45	2.319,24	
17/05/2023	21101.0006 - MF COMERCIO DISTRIBUIDOR DE COSMETICOS L						
		Vr. ref doc N. 000016186 MF COMERCIO DISTRIBUIDOR DE COSMETICOS LTDA	0001	001	45		2.319,24
17/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000017931 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	46	403,92	
17/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000017931 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	46		403,92
17/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000017932 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	47	71,00	
17/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000017932 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	47		71,00
					Totais do dia 17:	**2.794,16**	**2.794,16**
19/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 006984058 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	15	342,00	
19/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 006984058 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	15		342,00
					Totais do dia 19:	**342,00**	**342,00**
20/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000005 DIVERSOS	0001	001	8	18.000,00	
20/05/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000005 DIVERSOS	0001	001	8		18.000,00
					Totais do dia 20:	**18.000,00**	**18.000,00**
23/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000021601 MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP	0001	001	31	1.011,85	
23/05/2023	21101.0007 - MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP						
		Vr. ref doc N. 000021601 MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP	0001	001	31		1.011,85
23/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000004634 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	32	880,00	
23/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000004634 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	32		880,00
					Totais do dia 23:	**1.891,85**	**1.891,85**
24/05/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000017956 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	17	4.555,54	
24/05/2023	21101.0008 - INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETI						

Continua...

Fls. 275
Proc. 96
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
		Vr. ref doc N. 000017956 INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETICOS LTDA	0001	001	17		4.555,54
					Totais do dia 24:	**4.555,54**	**4.555,54**
26/05/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	712,45	
26/05/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		712,45
					Totais do dia 26:	**712,45**	**712,45**
					Totais do mês de Maio:	**29.503,65**	**29.503,65**
20/06/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000006 DIVERSOS	0001	001	8	12.000,00	
20/06/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000006 DIVERSOS	0001	001	8		12.000,00
					Totais do dia 20:	**12.000,00**	**12.000,00**
26/06/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	689,76	
26/06/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		689,76
					Totais do dia 26:	**689,76**	**689,76**
27/06/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000016731 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	15	692,83	
27/06/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000016731 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	15		692,83
					Totais do dia 27:	**692,83**	**692,83**
29/06/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000069021 RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI	0001	001	17	5.790,68	
29/06/2023	21101.0009 - RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI						
		Vr. ref doc N. 000069021 RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI	0001	001	17		5.790,68
					Totais do dia 29:	**5.790,68**	**5.790,68**
					Totais do mês de Junho:	**19.173,27**	**19.173,27**
12/07/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000162781 S R DOS SANTOS EQUIPAMENTOS	0001	001	15	299,00	
12/07/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000162781 S R DOS SANTOS EQUIPAMENTOS	0001	001	15		299,00
					Totais do dia 12:	**299,00**	**299,00**
20/07/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000007 DIVERSOS	0001	001	8	10.000,00	
20/07/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000007 DIVERSOS	0001	001	8		10.000,00
					Totais do dia 20:	**10.000,00**	**10.000,00**
26/07/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	689,95	
26/07/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		689,95
					Totais do dia 26:	**689,95**	**689,95**
					Totais do mês de Julho:	**10.988,95**	**10.988,95**
19/08/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 007335981 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	15	802,00	

Continua...

Fls. 276
Proc. 86
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
19/08/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 007335981 ARMAZEM MATEUS S.A. - CD87	0001	001	15		802,00
					Totais do dia 19:	**802,00**	**802,00**
20/08/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000008 DIVERSOS	0001	001	8	5.000,00	
20/08/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000008 DIVERSOS	0001	001	8		5.000,00
					Totais do dia 20:	**5.000,00**	**5.000,00**
28/08/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	785,50	
28/08/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		785,50
					Totais do dia 28:	**785,50**	**785,50**
					Totais do mês de Agosto:	**6.587,50**	**6.587,50**
06/09/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000230071 COMERCIAL FERRONORTE LTDA-F04	0001	001	17	2.289,00	
06/09/2023	21101.0010 - COMERCIAL FERRONORTE LTDA-F04						
		Vr. ref doc N. 000230071 COMERCIAL FERRONORTE LTDA-F04	0001	001	17		2.289,00
					Totais do dia 06:	**2.289,00**	**2.289,00**
12/09/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000002162 AVANTE SOLUCOES	0001	001	17	1.292,00	
12/09/2023	21101.0004 - AVANTE SOLUCOES						
		Vr. ref doc N. 000002162 AVANTE SOLUCOES	0001	001	17		1.292,00
					Totais do dia 12:	**1.292,00**	**1.292,00**
20/09/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000009 DIVERSOS	0001	001	8	10.002,00	
20/09/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000009 DIVERSOS	0001	001	8		10.002,00
					Totais do dia 20:	**10.002,00**	**10.002,00**
25/09/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000070599 RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI	0001	001	17	4.732,97	
25/09/2023	21101.0009 - RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI						
		Vr. ref doc N. 000070599 RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI	0001	001	17		4.732,97
					Totais do dia 25:	**4.732,97**	**4.732,97**
26/09/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	714,56	
26/09/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		714,56
					Totais do dia 26:	**714,56**	**714,56**
					Totais do mês de Setembro:	**19.030,53**	**19.030,53**
13/10/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000008591 LIVIA RIBEIRO DA SILVA EPP - EPP	0001	001	15	6.900,00	
13/10/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000008591 LIVIA RIBEIRO DA SILVA EPP - EPP	0001	001	15		6.900,00
					Totais do dia 13:	**6.900,00**	**6.900,00**
20/10/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000010 DIVERSOS	0001	001	8	13.000,00	

Continua...

Fls. 277
Proc. 86
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
20/10/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000010 DIVERSOS	0001	001	8		13.000,00
					Totais do dia 20:	**13.000,00**	**13.000,00**
23/10/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000121173 TERZIAN LTDA.	0001	001	17	14,28	
23/10/2023	21101.0011 - TERZIAN LTDA.						
		Vr. ref doc N. 000121173 TERZIAN LTDA.	0001	001	17		14,28
					Totais do dia 23:	**14,28**	**14,28**
26/10/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	786,58	
26/10/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		786,58
					Totais do dia 26:	**786,58**	**786,58**
31/10/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000005722 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	15	460,00	
31/10/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000005722 TIAGO DA SILVA SANTOS ME	0001	001	15		460,00
					Totais do dia 31:	**460,00**	**460,00**
					Totais do mês de Outubro:	**21.160,86**	**21.160,86**
09/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000042023 FEDRIGONI SELF-ADHESIVES DO BRASIL LTDA	0001	001	31	10.741,78	
09/11/2023	21101.0012 - FEDRIGONI SELF-ADHESIVES DO BRASIL LTDA						
		Vr. ref doc N. 000042023 FEDRIGONI SELF-ADHESIVES DO BRASIL LTDA	0001	001	31		10.741,78
09/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000169752 S R DOS SANTOS EQUIPAMENTOS	0001	001	32	299,00	
09/11/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000169752 S R DOS SANTOS EQUIPAMENTOS	0001	001	32		299,00
					Totais do dia 09:	**11.040,78**	**11.040,78**
14/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000121670 TERZIAN LTDA.	0001	001	17	3,77	
14/11/2023	21101.0011 - TERZIAN LTDA.						
		Vr. ref doc N. 000121670 TERZIAN LTDA.	0001	001	17		3,77
					Totais do dia 14:	**3,77**	**3,77**
20/11/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000011 DIVERSOS	0001	001	8	33.000,00	
20/11/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000011 DIVERSOS	0001	001	8		33.000,00
					Totais do dia 20:	**33.000,00**	**33.000,00**
21/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000018088 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	15	6.443,83	
21/11/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000018088 CRISTAL & CORES CHAPAS ACRILICAS LTDA	0001	001	15		6.443,83
					Totais do dia 21:	**6.443,83**	**6.443,83**
27/11/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	895,50	
27/11/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		895,50
					Totais do dia 27:	**895,50**	**895,50**

Continua...

Fls. 278
Proc. 86
Rub.

Livro Diário Nº. 2

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
29/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000002708 JACARE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA	0001	001	17	103,54	
29/11/2023	21101.0013 - JACARE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA						
		Vr. ref doc N. 000002708 JACARE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA	0001	001	17		103,54
					Totais do dia 29:	**103,54**	**103,54**
30/11/2023	11603.0001 - Mercadorias						
		Vr. ref doc N. 000007518 E F DO SANTOS FILHO EIRELI	0001	001	15	2.044,00	
30/11/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000007518 E F DO SANTOS FILHO EIRELI	0001	001	15		2.044,00
					Totais do dia 30:	**2.044,00**	**2.044,00**
					Totais do mês de Novembro:	**53.531,42**	**53.531,42**
20/12/2023	11101.0001 - Caixa						
		Vr. ref doc N. 000012 DIVERSOS	0001	001	9	4.000,00	
20/12/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Vr. ref doc N. 000012 DIVERSOS	0001	001	9		4.000,00
					Totais do dia 20:	**4.000,00**	**4.000,00**
26/12/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Pgt. de energia	0001	001	1	854,54	
26/12/2023	11101.0001 - Caixa						
		Pgt. de energia	0001	001	1		854,54
					Totais do dia 26:	**854,54**	**854,54**
31/12/2023	41103.0001 - Vendas à Vista						
		Resultado do Exercicio do ano 2023	0001	001	1	186.042,00	
31/12/2023	51101.0001 - Resultado do Exercício						
		Resultado do Exercicio do ano 2023	0001	001	1	8.477,42	
31/12/2023	51101.0001 - Resultado do Exercício						
		Resultado do Exercicio do ano 2023	0001	001	1	177.564,58	
31/12/2023	24301.0001 - Lucros ou Prejuizos Acumulados						
		Lucro ou Prejuizos do ano 2023	0001	001	1		177.564,58
31/12/2023	34201.0013 - Energia Elétrica						
		Resultado do Exercicio do ano 2023	0001	001	1		8.477,42
31/12/2023	51101.0001 - Resultado do Exercício						
		Resultado do Exercicio do ano 2023	0001	001	1		186.042,00
					Totais do dia 31:	**372.084,00**	**372.084,00**
					Totais do mês de Dezembro:	**376.938,54**	**376.938,54**

Fim

Fls. 279
Proc.
Rub.

Balanço Patrimonial

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37

Conta	Descrição	31/12/2023
1	*** Ativo ***	1.177.976,14 D
11	Ativo Circulante	1.177.976,14 D
111	Disponível	1.051.497,99 D
11101	Caixa Geral	1.051.497,99 D
11101.0001	Caixa	1.051.497,99 D
116	Estoques	126.478,15 D
11603	Estoque de Mercadorias	126.478,15 D
11603.0001	Mercadorias	126.478,15 D
2	*** Passivo ***	1.177.976,14 C
21	Passivo Circulante	100.411,56 C
211	Fornecedores	100.411,56 C
21101	Fornecedores Nacionais	100.411,56 C
21101.0002	SERILON BRASIL LTDA	4.436,50 C
21101.0003	JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	10.670,74 C
21101.0004	AVANTE SOLUCOES	15.492,00 C
21101.0005	JG DA SILVA FILHO LTDA	513,02 C
21101.0006	MF COMERCIO DISTRIBUIDOR DE COSMETICOS L	2.319,24 C
21101.0007	MEGAFRIS PLASTICOS LTDA EPP	1.011,85 C
21101.0008	INBRAS - INDUSTRIA BRASILEIRA DE COSMETI	4.555,54 C
21101.0009	RITRAMA AUTOADESIVOS COMERCIO - JUNDIAI	10.523,65 C
21101.0010	COMERCIAL FERRONORTE LTDA-F04	2.289,00 C
21101.0011	TERZIAN LTDA.	24.298,07 C
21101.0012	FEDRIGONI SELF-ADHESIVES DO BRASIL LTDA	10.741,78 C
21101.0013	JACARE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA	103,54 C
21101.0014	TIAGO DA SILVA SANTOS ME	1.812,00 C
21101.0015	LC MARTINS IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIR	3.300,00 C
21101.0016	R C DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	3.899,00 C
21101.0017	FERRAGENS NEGRAO COM LTDA SAO LUIS	4.445,63 C
24	Patrimônio Liquido	1.077.564,58 C
241	Capital Social Integralizado	900.000,00 C
24101	Capital Social Subscrito	900.000,00 C
24101.0001	Capital Social Subscrito	900.000,00 C
243	Lucros ou Prejuizos Acumulados	177.564,58 C
24301	Lucros ou Prejuizos Acumulados	177.564,58 C
24301.0001	Lucros ou Prejuizos Acumulados	177.564,58 C

Data de Encerramento: 31/12/2023
Valor de Ativo e Passivo: R$ 1.177.976,14 (Hum Milhão Cento e Setenta e Sete Mil Novecentos e Setenta e Seis Reais e Quatorze Centavos) .

Fim

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37
NIRE: 21201268172 - Data: 22/08/2016
Estabelecimentos: 0001 - VISUAL DESING LTDA; Centros de Resultado: 001 - Geral

Fls. 180
Proc. 86
Rub.

Conta	Descrição	01/01/2023 a 31/12/2023
(+) 010	Receita Bruta Operacional	186.042,00
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	186.042,00
010.01.02	Vendas de Mercadorias	186.042,00
41103	Vendas de Mercadorias	186.042,00 C
41103.0001	Vendas à Vista	186.042,00 C
(=) 030	Receita Líquida	186.042,00
(=) 060	Lucro Bruto	186.042,00
(-) 070	Despesas Operacionais	8.477,42
070.02	Despesas Administrativas	8.477,42
342	Despesas Administrativas	8.477,42 D
34201	Despesas Administrativas	8.477,42 D
34201.0013	Energia Elétrica	8.477,42 D
(=) 110	Lucro Operacional	177.564,58
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	177.564,58
(=) 180	Res. Antes das Participações e Contrib.	177.564,58
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	177.564,58

Fim

Fls. 281
Proc. 86
Rub.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37

Nota 1 - Contexto Operacional
A empresa VISUAL DESIGN LTDA, com sede e foro na cidade de Lago da Pedra - MA, tendo como objeto social o ramo de impressão de material para uso publicitário com início de atividades em 22/08/2016.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Aplicações Financeiras
Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

3.2 - Direito e Obrigações
Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

3.3 - Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

3.4 - Ajuste de Avaliação Patrimonial
A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5 - Investimentos em Empresas Coligadas e Controladas
A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6 - Impostos Federais
A empresa está no regime simples nacional e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

Nota 4 - Emprestimos e Financiamentos
A empresa não conta com um passivo relacionada a emprestimos e financiamentos junto a instituições financeiras nacionais.

Nota 5 - Responsabilidades e Contigências
Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que o administrador da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

Nota 6 - Capital Social
O capital social é de R$ 900.000,00, (Novecentos Mil Reais) dividido em 900.000 quotas de R$ 1,00, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

NOME: Mario Marcio Pimentel Duarte .....R$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais)

Nota 7 - Eventos Subsequentes
O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Fim

Fls. 387
Proc. 86
Rub. nf

Análise pelos Índices do Balanço (Livro Diário Nº. 2)

Empresa: VISUAL DESING LTDA - CNPJ: 26.002.575/0001-37

Mês/Ano: 12/2023

Código	Nome / Valores	Expressão	Resultado
LC	Liquidez Corrente	c11/c21	
	1.177.976,14 / 100.411,56		11,73
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.		
LG	Liquidez Geral	(c11+c12)/(c21+c22)	
	(1.177.976,14 + 0,00)/(100.411,56 + 0,00)		11,73
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R$ 1,00 de dívida Total. Quanto maior, melhor.		
LI	Liquidez Imediata	c111/c21	
	1.051.497,99 / 100.411,56		10,47
	Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dividas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor.		
LS	Liquidez Seca	(c111+c112+c113+c114)/c21	
	(1.051.497,99 + 0,00 + 0,00 + 0,00)/ 100.411,56		10,47
	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.		
SG	Solvencia Geral	c1/(c21+c22)	
	1.177.976,14 /(100.411,56 + 0,00)		11,73
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para pagamento do total de suas dividas. O indicador sendo maior do que 1, a entidade é considerada solvente. Quanto maior, melhor.		

Continua...

Fls. 283
Proc. 86
Rub.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 14 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 14 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como Livro Diário nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma VISUAL DESING LTDA , estabelecida no(a) R CEL PEDRO BOGEA, nº 447, bairro CAJUEIRO, CEP 65715-000, cidade Lago da Pedra, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 26.002.575/0001-37 e registrada no(a) Junta Comercial do Maranhão sob o nº 21201268172 por despacho de 22/08/2016.

Lago da Pedra-MA, 31 de Dezembro de 2023

Visual Design LTDA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
Pessoa Jurídica

Maria José Moura dos Santos
CRC/MA 005239
Contadora

Fls. 284
Proc. 86
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
17606748349	MARIA JOSE MOURA DOS SANTOS
26002575000137	VISUAL DESIGN LTDA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 22/11/2024 11:09 SOB Nº 20241487781.
PROTOCOLO: 241487781 DE 20/11/2024. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 22/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Fls. 285
Proc. 8
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO, sob a autenticidade n° 12416513800 em 22/11/2024, protocolo 241487781. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	VISUAL DESIGN LTDA
Número de Registro:	21201268172
CNPJ:	26002575000137
Munícipio:	Lago da Pedra

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
17606748349	MARIA JOSE MOURA DOS SANTOS	MA005239
26002575000137	VISUAL DESIGN LTDA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 22/11/2024 11:09 SOB N° 20241487781.
PROTOCOLO: 241487781 DE 20/11/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12416513800. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ANSELMO DIAS CARNEIRO LOPES FILHO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 22/11/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BALANÇO PATRIMONIAL

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual : 126279136
Local de Registro : Jucema Data Registro : 22/08/2016 Número Registro: 212.0126817-2
Período de Movimento : JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024 Folha: 1

Fls. 286
Proc. 86
Rub.

ATIVO

CIRCULANTE		1.091.159,31 D
DISPONIVEL		1.026.159,31 D
CAIXA		1.026.159,31 D
CAIXA MATRIZ		1.026.159,31 D
ESTOQUES		65.000,00 D
ESTOQUES DE MERCADORIAS		65.000,00 D
COMPRAS DE MATERIAS-PRIMAS		65.000,00 D
ATIVO NAO CIRCULANTE		65.789,00 D
IMOBILIZADO		65.789,00 D
IMOBILIZADO EM USO		65.789,00 D
MOVEIS E UTENSILOS		65.789,00 D
	TOTAL DO ATIVO =====>	**1.156.948,31 D**

PASSIVO

CIRCULANTE	67.500,00 C
FORNECEDORES GERAIS	65.000,00 C
FORNECEDORES	65.000,00 C
FORNECEDORES GERAIS	65.000,00 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.500,00 C
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	2.500,00 C
HONORARIOS A PAGAR	2.500,00 C
PATRIMONIO LIQUIDO	1.089.448,31 C
CAPITAL SOCIAL	900.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	900.000,00 C
CAPITAL SOCIAL	900.000,00 C
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO	189.448,31 C

BALANÇO PATRIMONIAL

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual : 126279136
Local de Registro : Jucema Data Registro : 22/08/2016 Número Registro: 212.0126817-2
Período de Movimento : JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024 Folha: 2

LUCRO NO EXERCICIO		189.448,31 C
LUCRO NO PERIODO		189.448,31 C
	TOTAL DO PASSIVO =====>	**1.156.948,31 C**

Fls. 287
Proc. 86
Rub.

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :

R$ 1.156.948,31 (Um Milhão e Cento e Cinquenta e Seis Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Trinta e Um Centavos)

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2024

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SÓCIO ADMINSTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04233340420117

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024 FOLHA: 3

Receita Bruta de vendas e/ou servicos		
RECEITAS DE VENDAS		
VENDAS DE MERCADORIAS	7.293,16	
VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO	880.102,15	887.395,31
(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços		**887.395,31**
(=) Lucro Bruto		**887.395,31**
(-) Despesas Operacionais		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ENERGIA ELETRICA	8.950,00	
HONORARIOS CONTABEIS	2.500,00	11.450,00
DESPESAS TRIBUTARIAS		
SIMPLES	5.300,00	5.300,00
DESPESAS GERAIS		
DESPESAS DIVERSAS	656.197,00	
VIAGENS E ESTADIAS	25.000,00	681.197,00
(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**189.448,31**
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**189.448,31**

Fls. 288
Proc.
Rub.

LAGO DA PEDRA / MA, 31 de Dezembro de 2024

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SÓCIO ADMINSTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04233340420117

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fls. 289
Proc.
Rub.

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ILG = \frac{1.091.159,31}{67.500,00} \quad ILG : 16,1653$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILC = \frac{1.091.159,31}{67.500,00} \quad ILC : 16,1653$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA

$$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante - Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILS = \frac{1.026.159,31}{67.500,00} \quad ILS : 15,2024$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA

$$ILI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILI = \frac{1.026.159,31}{67.500,00} \quad ILI : 15,2024$$

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO ATIVO

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO DISPONÍVEL

$$IPD = \frac{\text{Disponível}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPD = \frac{1.026.159,31}{1.091.159,31} \quad IPD : 0,9404$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTOQUES

$$IPE = \frac{\text{Estoque}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPE = \frac{65.000,00}{1.091.159,31} \quad IPE : 0,0596$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

$$IPAC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IPAC = \frac{1.091.159,31}{1.156.948,31} \quad IPAC : 0,9431$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CREDORES

$$IPC = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPC = \frac{65.000,00}{1.091.159,31} \quad IPC : 0,0596$$

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fls. 290
Proc. 86
Rub.

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO PASSIVO

ÍNDICE DE VARIAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS

$$IVRP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Anterior}} \quad IVRP = \frac{900.000,00}{0,00} \quad IVRP : 900000$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO E.L.P.

$$IPELP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo não Circulante}} \quad IPELP = \frac{900.000,00}{0,00} \quad IPELP : 900000$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO EXIGÍVEL TOTAL

$$IPET = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante}} \quad IPET = \frac{900.000,00}{67.500,00} \quad IPET : 13,3333$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO PASSIVO

$$IPP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo}} \quad IPP = \frac{900.000,00}{967.500,00} \quad IPP : 0,9302$$

ÍNDICE DE CAPITAL DE GIRO

CAPITALIZAÇÃO

$$C = \frac{\text{Patrimônio Líquido} * 100}{\text{Ativo}} \quad C = \frac{90.000.000,00}{1.156.948,31} \quad C : 77,7909$$

IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

$$IC = \frac{\text{Ativo Imobilizado} * 100}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad IC = \frac{6.578.900,00}{900.000,00} \quad IC : 7,3099$$

LÍQUIDEZ DOS RECURSOS PRÓPRIOS

$$LRP = \frac{\text{Capital de Giro}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad LRP = \frac{1.091.159,31}{900.000,00} \quad LRP : 1,2124$$

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024

Fls. 291
Proc. 86
Rub.

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

$$IEG = \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IEG = \frac{67.500,00}{1.156.948,31} \quad IEG : 0,0583$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO CORRENTE

$$IEC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IEC = \frac{67.500,00}{1.156.948,31} \quad IEC : 0,0583$$

ÍNDICE DE CAPITAL DE TERCEIROS

$$ICT = \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad ICT = \frac{67.500,00}{900.000,00} \quad ICT : 0,075$$

ÍNDICE DE RENTABILIDADE

ÍNDICE DE GIRO DO ATIVO

$$IGA = \frac{\text{Receitas}}{\text{Ativo}} \quad IGA = \frac{887.395,31}{1.156.948,31} \quad IGA : 0,767$$

MARGEM OPERACIONAL

$$MO = \frac{\text{Lucro/Prejuizo Operacional}}{\text{Receitas}} \quad MO = \frac{0,00}{887.395,31} \quad MO : 0$$

RENTABILIDADE DO ATIVO

$$RA = \frac{\text{Lucro/Prejuizo do Exercício}}{\text{Ativo}} \quad RA = \frac{0,00}{1.156.948,31} \quad RA : 0$$

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$RPL = \frac{\text{Lucro/Prejuizo do Exercício * 100}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad RPL = \frac{0,00}{900.000,00} \quad RPL : 0$$

ÍNDICE RECEITAS SOBRE DESPESAS

$$IRD = \frac{\text{Receitas}}{\text{Despesas}} \quad IRD = \frac{887.395,31}{697.947,00} \quad IRD : 1,2714$$

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2024 a DEZEMBRO/2024

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

$$IIF = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo}} \quad IIF = \frac{900.000,00}{1.156.948,31} \quad IIF : 0,7779$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$ISG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ISG = \frac{1.156.948,31}{67.500,00} \quad ISG : 17,14$$

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

$$IGI = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad IGI = \frac{65.789,00}{900.000,00} \quad IGI : 0,0731$$

Fls. 292
Proc. 86
Rub.

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2024

NOTAS EXPLICATIVAS

VISUAL DESIGN LTDA

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37
Local de Registro: JUCEMA
Nº do Registro: 212.0126817-2

Inscrição Estadual: 126279136
Data de Registro: 22/08/2016

Fls. 193
Proc. 86
Rub.

FOLHA: 5

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC no1.148/2012 a ITG (interpretação técnica geral)1000,
que instituiu um modelo contábil para as Micro Empresas de Pequeno Porte para ser aplicado às demosntrações financeiras elaboradas a partir de 1o de Janeiro de 2012.
A Interpretação esclarece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000, que optaram por aquela interpretação, e que tenham auferido, no calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do art. 3o da Lei Complementar no123/2006. Atualmente, esses limites anuais são de R$ 360.000,00 para microempresas e R$ 3.600.000,00 para empresas de pequeno porte, adoção de ITG 1000 é opcional, mas, caso a ME ou a EPP não opte por este modelo, estará obrigada obedecendo as regras gerais da NBC TG 000.

a) Saldo final de Caixa R$ 1.026.159,31
b) Valor de Moveis e utensilios registrados no final do Periodo Dezembro de 2024 R$ 65.789,00;
c) Valor de Obrigações trabalhistas apurado no exercicio de 2024 R$ 2.500,00;
d) Valor de Obrigações com fornecedores no exercicio de 2024 R$ 65.000,00;
e)Valor do Capital Social no Final do Periodo no exercicio de 2024 R$ 900.000,00;
f) Valor dos Lucros apurados no final do Periodo 2024 R$ 189.448,31.

1. Sem qualquer reserva, a empresa **VISUAL DESIGN LTDA** elaborou e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com a ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
2. A empresa, estabelecida na cidade de Lago da Pedra - MA, R Cel Pedro Bogea, 447,Bairro Cajueiro, CEP 65715-000, dedica-se a atividade de **Impressão de material para uso publicitário**;
3. As principais práticas e políticas contábeis adotadas são: regime de competência e depreciação calculada pela vida útil estimada, sobre o valor residual;
4. O capital social, totalmente integralizado, é de **R$ 900.000,00**, dividido em apenas UMA QUOTA, assim atribuída ao seu titular, **MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE** .
5. A empresa iniciou as suas atividades no dia 22 de AGOSTO de 2016 e o seu contrato social está devidamente registrado na JUCEMA;
6. A empresa não tem contingencias passivas;
7. A empresa adota o método de estabelecimento fixo com recepção de pessoas

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE (ANTES DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR)

Fls. 294
Proc. 86
Rub.

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE, BRASILEIRA, CASADO(A), Administrador, inscrito(a) no CPF sob o nº 040.296.863-89, representante legal da sociedade VISUAL DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede em RUA CEL PEDRO BOGEA, nº 447 - CAJUEIRO - Lago da Pedra/MA - CEP 65715-000, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou estatuto social;

II – PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA, Brasileira, Solteiro, contador(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 604.707.403-02, CRC sob o nº 014917, responsável pela escrituração e elaboração das demonstrações contábeis da companhia;

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao período de 01/01 a 31/12, exercício de 2024; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e constarão do Balanço Patrimonial a ser formalmente aprovado, nos moldes da legislação vigente;

2. As informações poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do MA;

3. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta Declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil** , utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001** , do **Decreto nº 10.543/2020** , da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

Lago da Pedra-MA, 25/12/2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 604.707.403-02
CRC 014917

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

ASSINATURA ELETRÔNICA

Fls. 295
Proc. 86
Rub.

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/12/2025 08:08 SOB Nº 20251490556.
PROTOCOLO: 251490556 DE 25/12/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12520909870. CNPJ DA SEDE: 26002575000137.
NIRE: 21201268172. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/12/2025.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Fls. 296
Proc. 86
Rub.

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 24, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa VISUAL DESIGN LTDA, município Lago da Pedra, CNPJ nº 26.002.575/0001-37, Número de Registro (NIRE) 21201268172.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 22/08/2016
Ato constitutivo: 21801069111

Lago da Pedra, 01/01/2024

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014917

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 1

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento		Valor
		Total Saldo de Abertura do ATIVO ==>		**0,00**
		Total Saldo de Abertura do PASSIVO ==>		**0,00**
10/01	113.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados		142.500,00
			Total Débitos	142.500,00
			Total Créditos	142.500,00
12/01	1.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 22		750,00
			Total Débitos	750,00
			Total Créditos	750,00
25/01	114.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme		40.125,00
			Total Débitos	40.125,00
			Total Créditos	40.125,00
Total do Mês =====>			**Débitos :** **183.375,00**	**Créditos : 183.375,00**

		A Transportar =====>	**Débitos :** **183.375,00**	**Créditos :**	**183.375,00**

Fls. 297
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 2

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**183.375,00**	**Créditos :**	**183.375,00**
10/02	115.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			25.000,00
				Total Débitos	25.000,00
				Total Créditos	25.000,00
14/02	117.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês:			2.150,00
				Total Débitos	2.150,00
				Total Créditos	2.150,00
15/02	116.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			15.000,00
				Total Débitos	15.000,00
				Total Créditos	15.000,00
20/02	118.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:			800,00
20/02	119.0000	4.01.01.02.0006 - HONORARIOS CONTABEIS 2.01.02.01.0003 - HONORARIOS A PAGAR 186 - Provisão de Honorarios a pagar ref. mês			1.000,00
				Total Débitos	1.800,00
				Total Créditos	1.800,00
		Total do Mês =====> **Débitos :**	**227.325,00**	**Créditos :**	**227.325,00**

		A Transportar =====> **Débitos :**	**227.325,00**	**Créditos :**	**227.325,00**

Fls. 238
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

Fls. 289
Proc. 86
Rub. My

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 3

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====>	**Débitos :** **227.325,00**	**Créditos :**	**227.325,00**
11/03	120.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			55.000,00
				Total Débitos	55.000,00
				Total Créditos	55.000,00
15/03	121.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			42.000,00
				Total Débitos	42.000,00
				Total Créditos	42.000,00
22/03	2.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 23			2.000,00
				Total Débitos	2.000,00
				Total Créditos	2.000,00
		Total do Mês =====>	**Débitos :** **326.325,00**	**Créditos :**	**326.325,00**
		A Transportar =====>	**Débitos :** **326.325,00**	**Créditos :**	**326.325,00**

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 4

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento		Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**326.325,00 Créditos :**	**326.325,00**
10/04	122.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados		25.000,00
			Total Débitos	25.000,00
			Total Créditos	25.000,00
15/04	123.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme		12.369,00
			Total Débitos	12.369,00
			Total Créditos	12.369,00
18/04	124.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês:		500,00
			Total Débitos	500,00
			Total Créditos	500,00
25/04	125.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:		2.000,00
			Total Débitos	2.000,00
			Total Créditos	2.000,00
30/04	126.0000	4.01.01.02.0006 - HONORARIOS CONTABEIS 2.01.02.01.0003 - HONORARIOS A PAGAR 186 - Provisão de Honorarios a pagar ref. mês		1.500,00
			Total Débitos	1.500,00
			Total Créditos	1.500,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**367.694,00 Créditos :**	**367.694,00**

		A Transportar =====> Débitos :	**367.694,00**	**Créditos :**	**367.694,00**

Fls. 300
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 5

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====>	**Débitos :** **367.694,00**	**Créditos :**	**367.694,00**
08/05	3.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 24			2.346,60
				Total Débitos	2.346,60
				Total Créditos	2.346,60
10/05	127.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			15.000,00
				Total Débitos	15.000,00
				Total Créditos	15.000,00
25/05	128.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 2.03.01.01.0001 - CAPITAL SOCIAL 047 - Capital Social Integralizado			900.000,00
				Total Débitos	900.000,00
				Total Créditos	900.000,00
		Total do Mês =====>	**Débitos :** **1.285.040,60**	**Créditos :**	**1.285.040,60**

		A Transportar =====>	**Débitos :** **1.285.040,60**	**Créditos :**	**1.285.040,60**

Fls. 301
Proc. 86
Rub. 14

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep . 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 6

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.285.040,60**	**Créditos :**	**1.285.040,60**
15/06	129.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			20.000,00
				Total Débitos	20.000,00
				Total Créditos	20.000,00
25/06	130.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			15.000,00
				Total Débitos	15.000,00
				Total Créditos	15.000,00
26/06	131.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês:			2.150,00
				Total Débitos	2.150,00
				Total Créditos	2.150,00
27/06	132.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:			2.150,00
				Total Débitos	2.150,00
				Total Créditos	2.150,00
Total do Mês =====>		**Débitos :**	**1.324.340,60**	**Créditos :**	**1.324.340,60**
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.324.340,60**	**Créditos :**	**1.324.340,60**

Fls. 302
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 7

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.324.340,60**	**Créditos :**	**1.324.340,60**
10/07	133.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			26.000,00
				Total Débitos	26.000,00
				Total Créditos	26.000,00
15/07	134.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			20.000,00
				Total Débitos	20.000,00
				Total Créditos	20.000,00
26/07	4.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 25			1.021,75
				Total Débitos	1.021,75
				Total Créditos	1.021,75
		Total do Mês =====> **Débitos :**	**1.371.362,35**	**Créditos :**	**1.371.362,35**
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.371.362,35**	**Créditos :**	**1.371.362,35**

Fls. 303
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 8

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====>	**Débitos :** **1.371.362,35**	**Créditos :**	**1.371.362,35**
01/08	5.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 26			1.633,60
				Total Débitos	1.633,60
				Total Créditos	1.633,60
06/08	6.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 27			300,00
				Total Débitos	300,00
				Total Créditos	300,00
09/08	7.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 28			2.318,75
				Total Débitos	2.318,75
				Total Créditos	2.318,75
10/08	11.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme NFE, 1, 34			6.178,00
				Total Débitos	6.178,00
				Total Créditos	6.178,00
13/08	8.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 29			600,00
				Total Débitos	600,00
				Total Créditos	600,00
15/08	135.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês: NFE, 1, 34			500,00
				Total Débitos	500,00
				Total Créditos	500,00
16/08	136.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês: NFE, 1, 34			1.000,00
				Total Débitos	1.000,00
				Total Créditos	1.000,00
20/08	9.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0001 - VENDAS DE MERCADORIAS 001 - Vendas de Mercadorias Conforme NF N° NFE, 1, 101			7.293,16
				Total Débitos	7.293,16
				Total Créditos	7.293,16
		A Transportar =====>	**Débitos :** **1.391.185,86**	**Créditos :**	**1.391.185,86**

Fls. 304
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 9

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.391.185,86**	**Créditos :**	**1.391.185,86**
22/08	10.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 30			700,00
				Total Débitos	700,00
				Total Créditos	700,00
25/08	150.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			15.156,00
				Total Débitos	15.156,00
				Total Créditos	15.156,00
		Total do Mês =====> **Débitos :**	**1.407.041,86**	**Créditos :**	**1.407.041,86**
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.407.041,86**	**Créditos :**	**1.407.041,86**

Fls. 305
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 10

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento		Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.407.041,86 Créditos :**	**1.407.041,86**
03/09	12.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 36		16.500,00
03/09	13.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 37		23.500,80
03/09	14.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 38		9.272,00
			Total Débitos	49.272,80
			Total Créditos	49.272,80
06/09	15.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 39		30.294,50
06/09	16.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 40		230,23
06/09	17.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 41		15.000,00
06/09	18.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 42		26.788,50
06/09	19.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 43		3.000,00
			Total Débitos	75.313,23
			Total Créditos	75.313,23
09/09	20.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 44		5.218,25
09/09	21.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 45		10.625,04
09/09	22.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 46		250,00
		A Transportar =====> Débitos :	**1.547.721,18 Créditos :**	**1.547.721,18**

Fls. 306
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 11

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.547.721,18**	**Créditos :**	**1.547.721,18**
				Total Débitos	16.093,29
				Total Créditos	16.093,29
10/09	23.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 47			2.000,00
10/09	24.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 48			814,66
				Total Débitos	2.814,66
				Total Créditos	2.814,66
11/09	25.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 49			500,00
				Total Débitos	500,00
				Total Créditos	500,00
12/09	26.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 50			4.375,50
				Total Débitos	4.375,50
				Total Créditos	4.375,50
17/09	27.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 51			28.346,60
				Total Débitos	28.346,60
				Total Créditos	28.346,60
18/09	28.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 52			1.800,00
18/09	29.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 53			1.530,50
				Total Débitos	3.330,50
				Total Créditos	3.330,50
19/09	30.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 54			9.425,00
				Total Débitos	9.425,00
				Total Créditos	9.425,00
23/09	31.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 57			1.100,00
		A Transportar =====> Débitos :	**1.597.613,44**	**Créditos :**	**1.597.613,44**

Fls. 307
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 12

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.597.613,44**	**Créditos :**	**1.597.613,44**
				Total Débitos	1.100,00
				Total Créditos	1.100,00
25/09	32.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 58			28.532,00
25/09	33.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 59			15.799,50
25/09	137.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			65.000,00
25/09	139.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:			3.000,00
				Total Débitos	112.331,50
				Total Créditos	112.331,50
26/09	34.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 60			183,50
				Total Débitos	183,50
				Total Créditos	183,50
30/09	35.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 61			15.962,00
30/09	138.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			100.000,00
30/09	140.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			25.000,00
				Total Débitos	140.962,00
				Total Créditos	140.962,00
		Total do Mês =====> **Débitos :**	**1.851.090,44**	**Créditos :**	**1.851.090,44**

		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.851.090,44**	**Créditos :**	**1.851.090,44**

Fls. 308
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 13

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento	Valor
		De Transporte =====> Débitos : 1.851.090,44 Créditos : 1.851.090,44	
01/10	36.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 62	1.050,00
01/10	37.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 63	20.213,00
01/10	38.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 64	900,00
01/10	39.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 65	1.050,00
01/10	40.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 66	750,00
01/10	41.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 67	750,00
01/10	42.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 68	750,00
01/10	43.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 69	750,00
01/10	44.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 70	750,00
01/10	45.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 71	900,00
01/10	46.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 72	750,00
		A Transportar =====> Débitos : 1.879.703,44 Créditos : 1.879.703,44	

Fls. 309
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 14

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.879.703,44**	**Créditos :**	**1.879.703,44**
01/10	47.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 73			750,00
01/10	48.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 74			825,00
				Total Débitos	30.188,00
				Total Créditos	30.188,00
03/10	49.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 75			6.899,10
03/10	50.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 76			5.999,00
03/10	51.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 77			400,00
03/10	52.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 78			600,00
03/10	53.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 79			350,00
03/10	54.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 80			500,00
03/10	55.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 81			1.000,00
03/10	56.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 82			27.150,00
03/10	57.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 83			3.949,05
03/10	58.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 84			450,00
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.928.575,59**	**Créditos :**	**1.928.575,59**

Fls. 310
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 15

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.928.575,59**	**Créditos :**	**1.928.575,59**
03/10	59.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 85			380,00
03/10	60.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 86			480,00
03/10	61.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 87			420,00
03/10	62.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 88			1.000,00
03/10	63.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 89			385,20
03/10	64.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 90			600,00
03/10	65.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 91			800,00
				Total Débitos	51.362,35
				Total Créditos	51.362,35
04/10	66.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 92			350,00
04/10	67.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 93			63,33
04/10	68.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 94			86,27
04/10	69.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 95			18.492,50
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.951.632,89**	**Créditos :**	**1.951.632,89**

Fls. 311
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 16

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.951.632,89**	**Créditos :**	**1.951.632,89**
04/10	70.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 96			13.358,58
04/10	71.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 97			176,36
04/10	72.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 98			93,33
04/10	73.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 1, 99			181,75
				Total Débitos	32.802,12
				Total Créditos	32.802,12
10/10	141.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			65.000,00
				Total Débitos	65.000,00
				Total Créditos	65.000,00
15/10	74.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 101			300,00
15/10	75.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 102			300,00
15/10	76.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 103			300,00
15/10	77.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 104			300,00
15/10	78.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 110			250,00
15/10	79.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 111			250,00
		A Transportar =====> Débitos :	**2.032.142,91**	**Créditos :**	**2.032.142,91**

Fls. 312
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 17

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento	Valor
		De Transporte =====> Débitos : 2.032.142,91 Créditos : 2.032.142,91	
15/10	80.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 112	250,00
15/10	81.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 113	250,00
15/10	82.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 114	250,00
15/10	83.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 115	250,00
15/10	84.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 116	250,00
15/10	85.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 117	250,00
15/10	86.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 119	250,00
15/10	87.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 120	250,00
15/10	88.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 121	250,00
15/10	89.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 122	350,00
15/10	90.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 123	350,00
15/10	142.0000	1.01.03.01.0004 - COMPRAS DE MATERIAS-PRIMAS 2.01.01.01.0001 - FORNECEDORES GERAIS 135 - Compra de Materia Prima p/ industrial.	65.000,00
		Total Débitos	69.650,00
		A Transportar =====> Débitos : 2.100.092,91 Créditos : 2.100.092,91	

Fls. 313
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 18

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento		Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**2.100.092,91** Créditos :	**2.100.092,91**
			Total Créditos	69.650,00
16/10	91.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 124		300,00
16/10	92.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 125		300,00
16/10	93.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 126		300,00
16/10	94.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 127		300,00
16/10	95.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 128		300,00
16/10	96.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 132		300,00
16/10	97.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 133		300,00
16/10	98.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 134		300,00
			Total Débitos	2.400,00
			Total Créditos	2.400,00
17/10	99.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 135		300,00
17/10	100.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 136		300,00
17/10	101.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 137		300,00
		A Transportar =====> Débitos :	**2.103.392,91** Créditos :	**2.103.392,91**

Fls. 314
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 19

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**2.103.392,91**	**Créditos :**	**2.103.392,91**
17/10	102.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 138			300,00
17/10	103.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 139			300,00
17/10	104.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 140			300,00
17/10	105.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 141			300,00
17/10	106.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 142			300,00
17/10	107.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 143			300,00
17/10	108.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 144			300,00
				Total Débitos	3.000,00
				Total Créditos	3.000,00
21/10	109.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 145			2.749,00
21/10	110.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 146			150,00
				Total Débitos	2.899,00
				Total Créditos	2.899,00
25/10	143.0000	1.02.03.01.0006 - MOVEIS E UTENSILOS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 042 - Compra de Móveis e Utensílios			65.789,00
25/10	149.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			95.000,00
				Total Débitos	160.789,00
		A Transportar =====> Débitos :	**2.269.180,91**	**Créditos :**	**2.269.180,91**

Fls. 315
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 20

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**2.269.180,91**	**Créditos :**	**2.269.180,91**
				Total Créditos	160.789,00
26/10	144.0000	4.01.01.04.0019 - VIAGENS E ESTADIAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 153 - Despesas conforme comprovantes			25.000,00
				Total Débitos	25.000,00
				Total Créditos	25.000,00
29/10	111.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 147			612,40
				Total Débitos	612,40
				Total Créditos	612,40
		Total do Mês =====> Débitos :	**2.294.793,31**	**Créditos :**	**2.294.793,31**

		A Transportar =====> Débitos :	**2.294.793,31**	**Créditos :**	**2.294.793,31**

Fls. 316
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003 FOLHA: 21

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**2.294.793,31**	**Créditos :**	**2.294.793,31**
10/11	145.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			65.000,00
				Total Débitos	65.000,00
				Total Créditos	65.000,00
15/11	146.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			42.000,00
				Total Débitos	42.000,00
				Total Créditos	42.000,00
26/11	112.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados NFE, 2, 149			600,00
				Total Débitos	600,00
				Total Créditos	600,00
Total do Mês =====>		**Débitos :**	**2.402.393,31**	**Créditos :**	**2.402.393,31**

		A Transportar =====> **Débitos :**	**2.402.393,31**	**Créditos :**	**2.402.393,31**

Fls. 317
Proc.
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0012**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2024 a 31/12/2024 LIVRO : 0003
FOLHA: 22

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**2.402.393,31**	**Créditos :**	**2.402.393,31**
15/12	147.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.01.0005 - VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO 138 - Venda de Produtos industrializados			115.369,00
				Total Débitos	115.369,00
				Total Créditos	115.369,00
25/12	148.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			98.369,00
				Total Débitos	98.369,00
				Total Créditos	98.369,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**2.616.131,31**	**Créditos :**	**2.616.131,31**

Fls. 318
Proc. 86
Rub.

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2024

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SÓCIO ADMINSTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04233340420117

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 24, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa VISUAL DESIGN LTDA.

Lago da Pedra, 31/12/2024

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014917

Fls. 319
Proc. 86
Rub.

Fls. 320
Proc. 86
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 08/01/2026 11:03 SOB Nº 20251490521.
PROTOCOLO: 251490521 DE 24/12/2025. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 08/01/2026
empresafacil.ma.gov.br

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

Fls. 321
Proc. 86
Rub.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade n° 12600299057 em 08/01/2026, protocolo 251490521. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	VISUAL DESIGN LTDA
Número de Registro:	21201268172
CNPJ:	26002575000137
Munícipio:	Lago da Pedra

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	3
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA	MA014917

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 08/01/2026 11:04 SOB N° 20251490521.
PROTOCOLO: 251490521 DE 24/12/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12600299057. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 08/01/2026
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BALANÇO PATRIMONIAL

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual : 126279136
Local de Registro : Jucema Data Registro : 22/08/2016 Número Registro: 212.0126817-2
Período de Movimento : JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025 Folha: 1

Fls. 322
Proc.
Rub.

ATIVO

CIRCULANTE	1.395.623,00	D
DISPONIVEL	1.350.104,00	D
CAIXA	1.365.104,00	D
CAIXA MATRIZ	1.365.104,00	D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	15.000,00	C
BANCO ITAU	15.000,00	C
ESTOQUES	58.308,00	D
ESTOQUES DE MERCADORIAS	58.308,00	D
COMPRAS DE MERCADORIAS	58.308,00	D
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	12.789,00	C
DESPESAS ANTECIPADAS	12.789,00	C
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	12.789,00	C
ATIVO NAO CIRCULANTE	76.496,00	D
IMOBILIZADO	76.496,00	D
IMOBILIZADO EM USO	76.496,00	D
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	15.896,00	D
MOVEIS E UTENSILOS	60.600,00	D
TOTAL DO ATIVO =====>	**1.472.119,00**	**D**

PASSIVO

CIRCULANTE	26.802,00	C
FORNECEDORES GERAIS	21.544,00	C
FORNECEDORES	21.544,00	C
FORNECEDORES GERAIS	21.544,00	C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	5.258,00	C
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	5.258,00	C
HONORARIOS A PAGAR	5.258,00	C

BALANÇO PATRIMONIAL

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual : 126279136
Local de Registro : Jucema Data Registro : 22/08/2016 Número Registro: 212.0126817-2
Período de Movimento : JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025 Folha: 2

PATRIMONIO LIQUIDO		1.445.317,00 C
CAPITAL SOCIAL		900.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		900.000,00 C
CAPITAL SOCIAL		900.000,00 C
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		545.317,00 C
LUCRO NO EXERCICIO		545.317,00 C
LUCRO NO PERIODO		545.317,00 C
	TOTAL DO PASSIVO =====>	**1.472.119,00 C**

Fls. 373
Proc. 80
Rub.

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Liquido,

a importância de :

R$ 1.472.119,00 (Um Milhão e Quatrocentos e Setenta e Dois Mil e Cento e Dezenove Reais)

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04029686389

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025 FOLHA: 1

Receita Bruta de vendas e/ou servicos		
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
SERVIÇOS PRESTADOS	1.006.429,00	1.006.429,00
(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços		**1.006.429,00**
(-) Custos de bens e/ou servicos vendido		
CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)	12.588,00	12.588,00
(=) Lucro Bruto		**993.841,00**
(-) Despesas Operacionais		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
ENERGIA ELETRICA	30.238,00	
HONORARIOS CONTABEIS	5.258,00	35.496,00
DESPESAS TRIBUTARIAS		
ICMS	25.896,00	
PIS	22.147,00	
COFINS	25.650,00	
SIMPLES	23.148,00	96.841,00
DESPESAS GERAIS		
FRETES E CARRETOS	6.789,00	
SEGUROS	12.789,00	
DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	66.185,00	
DESPESAS DIVERSAS	215.424,00	
IMPRESSOS GRAFICOS	15.000,00	316.187,00
(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**545.317,00**
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**545.317,00**

Fls. 324
Proc. 86
Rub.

LAGO DA PEDRA / MA, 31 de Dezembro de 2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04029686389

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ILG = \frac{1.395.623,00}{26.802,00} \quad ILG : 52,0716$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILC = \frac{1.395.623,00}{26.802,00} \quad ILC : 52,0716$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA

$$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante - Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILS = \frac{1.337.315,00}{26.802,00} \quad ILS : 49,8961$$

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA

$$ILI = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}} \quad ILI = \frac{1.350.104,00}{26.802,00} \quad ILI : 50,3733$$

Fls. 395
Proc.
Rub.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO ATIVO

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO DISPONÍVEL

$$IPD = \frac{\text{Disponível}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPD = \frac{1.350.104,00}{1.395.623,00} \quad IPD : 0,9674$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTOQUES

$$IPE = \frac{\text{Estoque}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPE = \frac{58.308,00}{1.395.623,00} \quad IPE : 0,0418$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

$$IPAC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IPAC = \frac{1.395.623,00}{1.472.119,00} \quad IPAC : 0,948$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CREDORES

$$IPC = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Ativo Circulante}} \quad IPC = \frac{21.544,00}{1.395.623,00} \quad IPC : 0,0154$$

Fls. 376
Proc. 96
Rub.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO PASSIVO

ÍNDICE DE VARIAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS

$$IVRP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Anterior}} \quad IVRP = \frac{900.000,00}{0,00} \quad IVRP : 900000$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO E.L.P.

$$IPELP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo não Circulante}} \quad IPELP = \frac{900.000,00}{0,00} \quad IPELP : 900000$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO EXIGÍVEL TOTAL

$$IPET = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante}} \quad IPET = \frac{900.000,00}{26.802,00} \quad IPET : 33,5796$$

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO PASSIVO

$$IPP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo}} \quad IPP = \frac{900.000,00}{926.802,00} \quad IPP : 0,9711$$

Fls. 327
Proc. 86
Rub.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279133
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE CAPITAL DE GIRO

CAPITALIZAÇÃO

$$C = \frac{\text{Patrimônio Liquido} * 100}{\text{Ativo}} \quad C = \frac{90.000.000,00}{1.472.119,00} \quad C: 61,1364$$

IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

$$IC = \frac{\text{Ativo Imobilizado} * 100}{\text{Patrimônio Liquido}} \quad IC = \frac{7.649.600,00}{900.000,00} \quad IC: 8,4996$$

LÍQUIDEZ DOS RECURSOS PRÓPRIOS

$$LRP = \frac{\text{Capital de Giro}}{\text{Patrimônio Liquido}} \quad LRP = \frac{1.395.623,00}{900.000,00} \quad LRP: 1,5507$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

$$IEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IEG = \frac{26.802,00}{1.472.119,00} \quad IEG: 0,0182$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO CORRENTE

$$IEC = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo}} \quad IEC = \frac{26.802,00}{1.472.119,00} \quad IEC: 0,0182$$

ÍNDICE DE CAPITAL DE TERCEIROS

$$ICT = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Liquido}} \quad ICT = \frac{26.802,00}{900.000,00} \quad ICT: 0,0298$$

Fls. 378
Proc. 86
Rub.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE RENTABILIDADE

ÍNDICE DE GIRO DO ATIVO

$$IGA = \frac{\text{Receitas}}{\text{Ativo}} \quad IGA = \frac{1.006.429,00}{1.472.119,00} \quad IGA : 0,6837$$

MARGEM OPERACIONAL

$$MO = \frac{\text{Lucro/Prejuizo Operacional}}{\text{Receitas}} \quad MO = \frac{0,00}{1.006.429,00} \quad MO : 0$$

RENTABILIDADE DO ATIVO

$$RA = \frac{\text{Lucro/Prejuizo do Exercício}}{\text{Ativo}} \quad RA = \frac{0,00}{1.472.119,00} \quad RA : 0$$

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$RPL = \frac{\text{Lucro/Prejuizo do Exercício * 100}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad RPL = \frac{0,00}{900.000,00} \quad RPL : 0$$

ÍNDICE RECEITAS SOBRE DESPESAS

$$IRD = \frac{\text{Receitas}}{\text{Despesas}} \quad IRD = \frac{1.006.429,00}{461.112,00} \quad IRD : 2,1826$$

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

$$IIF = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo}} \quad IIF = \frac{900.000,00}{1.472.119,00} \quad IIF : 0,6114$$

Fls. 329
Proc. 86
Rub.

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 I.E.: 126279136
Local de Registro: Jucema Data do Registro: 22/08/2016 Nº do Registro: 212.0126817-2
Período Movimento: JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$ISG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}} \quad ISG = \frac{1.472.119,00}{26.802,00} \quad ISG : 54,9257$$

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

$$IGI = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad IGI = \frac{76.496,00}{900.000,00} \quad IGI : 0,085$$

Fls. 330
Proc. 86
Rub.

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04029686389

NOTAS EXPLICATIVAS

VISUAL DESIGN LTDA
R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro - Cep : 65715-000
LAGO DA PEDRA / MA
CNPJ: 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro: JUCEMA Data de Registro: 22/08/2016
Nº do Registro: 212.0126817-2

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC no1.148/2012 a ITG (interpretação técnica geral)1000,
que instituiu um modelo contábil para as Micro Empresas de Pequeno Porte para ser aplicado às demosntrações financeiras elaboradas a partir de lo de Janeiro de 2012.
A Interpretação esclarece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e
abrangidas pela NBC TG 1000, que optaram por aquela interpretação, e que tenham auferido, no calendário anterior,
receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do art. 3o da Lei Complementar no123/2006. Atualmente,
esses limites anuais são de R$ 360.000,00 para microempresas e R$ 3.600.000,00 para empresas de pequeno porte, adoção de ITG 1000 é opcional, mas, caso a ME ou a EPP não opte por este modelo, estará obrigada obedecendo as
regras gerais da NBC TG 000.

a) Saldo final de Caixa R$ 1.365.104,00
b) Valor de Moveis e utensilios registrados no final do Periodo Dezembro de 2025 R$ 60.600,00;
c) Valor de Obrigações trabalhistas apurado no final do periodo dezembro de 2025 R$ 5.258,00;
d) Valor de Obrigações com fornecedores na Referencia dezembro de 2025 R$ 21.544,00;
e) Valor do Capital Social no Final do Periodo de 2025 R$ 900.000,00;
f) Valor dos Lucros apurados no final do Periodo dezembro de 2025 R$ 545.317,00.

Fls. 331
Proc. 86
Rub.

1. Sem qualquer reserva, a empresa VISUAL DESIGN LTDA elaborou e está apresentando as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com a ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
2. A empresa, estabelecida na cidade de Lago da Pedra - MA, Rua Cel Pedro Bogea, nº 447 ,Bairro Cajueiro, CEP 65.715-000, dedica-se a atividade de Impressão de material para uso publicitário;
3. As principais práticas e políticas contábeis adotadas são: regime de competência e depreciação calculada pela vida útil estimada, sobre o valor residual;
4. O capital social, totalmente integralizado, é de R$ 900.000,00, dividido em apenas UMA QUOTA, assim atribuída ao seu titular, **MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE**.
5. A empresa iniciou as suas atividades no dia 22 de AGOSTO de 2016 e o seu contrato social está devidamente registrado na JUCEMA;
6. A empresa não tem contingencias passivas;
7. A empresa adota o método de estabelecimento fixo com recepção de pessoas.

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04029686389

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

DECLARAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE BALANÇO COMO DOCUMENTO DE INTERESSE (ANTES DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO TITULAR/ADMINISTRADOR)

Fls. 332
Proc. 86
Rub.

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE, BRASILEIRA, CASADO(A), Administrador, inscrito(a) no CPF sob o nº 040.296.863-89, representante legal da sociedade VISUAL DESIGN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede em RUA CEL PEDRO BOGEA, nº 447 - CAJUEIRO - Lago da Pedra/MA - CEP 65715-000, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou estatuto social;

II – PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA, BRASILEIRA, CASADO(A), contador(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 604.707.403-02, CRC sob o nº 014917, responsável pela escrituração e elaboração das demonstrações contábeis da companhia;

APRESENTAM a registro, como documento de interesse, do Balanço Patrimonial ou Balanço de Resultado Econômico, referente ao período de 01/01 a 31/12, exercício de 2025; e

DECLARAM, sob as penas da lei, que:

1. As informações cadastrais constantes neste ato são verdadeiras e constarão do Balanço Patrimonial a ser formalmente aprovado, nos moldes da legislação vigente;

2. As informações poderão ser consultadas perante a Junta Comercial do MA;

3. Foram observadas as disposições contidas no art. 10-B da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 e no § 2º do art. 2º da Instrução Normativa DREI nº 82/2021;

Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta Declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil** , utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001** , do **Decreto nº 10.543/2020** , da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

Lago da Pedra-MA, 21/04/2026

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 604.707.403-02
CRC 014917

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

Fls. 333
Proc. 86
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2026 12:52 SOB Nº 20260496413.
PROTOCOLO: 260496413 DE 17/04/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12607480164. CNPJ DA SEDE: 26002575000137.
NIRE: 21201268172. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/04/2026.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Fls. 334
Proc. 86
Rub.

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 4

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa VISUAL DESIGN LTDA, município Lago da Pedra, CNPJ nº 26.002.575/0001-37, Número de Registro (NIRE) 21201268172.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 22/08/2016
Ato constitutivo: 21801069111

Lago da Pedra, 01/01/2025

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014917

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 2

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento		Valor
		Total Saldo de Abertura do ATIVO ==>		**0,00**
		Total Saldo de Abertura do PASSIVO ==>		**0,00**
10/01	1.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°		73.950,00
			Total Débitos	73.950,00
			Total Créditos	73.950,00
15/01	14.0000	1.02.03.01.0006 - MOVEIS E UTENSILOS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 042 - Compra de Móveis e Utensílios		25.000,00
			Total Débitos	25.000,00
			Total Créditos	25.000,00
20/01	15.0000	1.01.03.01.0001 - COMPRAS DE MERCADORIAS 2.01.01.01.0001 - FORNECEDORES GERAIS 046 - Compra de Mercadorias a Prazo conf.		45.000,00
			Total Débitos	45.000,00
			Total Créditos	45.000,00
25/01	16.0000	4.01.01.04.0016 - IMPRESSOS GRAFICOS 1.01.01.02.0002 - BANCO ITAU 040 - Pagamento efetuado conforme		15.000,00
			Total Débitos	15.000,00
			Total Créditos	15.000,00
27/01	17.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:		8.500,00
			Total Débitos	8.500,00
			Total Créditos	8.500,00
Total do Mês =====>		**Débitos :**	**167.450,00**	**Créditos : 167.450,00**

		A Transportar =====>	**Débitos :**	**167.450,00**	**Créditos : 167.450,00**

Fls. 335
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 3

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**167.450,00**	**Créditos :**	**167.450,00**
10/02	18.0000	1.02.03.01.0006 - MOVEIS E UTENSILOS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 042 - Compra de Móveis e Utensílios			35.600,00
				Total Débitos	35.600,00
				Total Créditos	35.600,00
15/02	19.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			8.520,00
				Total Débitos	8.520,00
				Total Créditos	8.520,00
18/02	20.0000	4.01.01.04.0009 - DESPESAS COM COMBUSTIVEL 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			12.000,00
				Total Débitos	12.000,00
				Total Créditos	12.000,00
20/02	2.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			72.741,00
				Total Débitos	72.741,00
				Total Créditos	72.741,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**296.311,00**	**Créditos :**	**296.311,00**

		A Transportar =====> Débitos :	**296.311,00**	**Créditos :**	**296.311,00**

Fls. 336
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 4

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**296.311,00**	**Créditos :**	**296.311,00**
12/03	21.0000	4.01.01.04.0009 - DESPESAS COM COMBUSTIVEL 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			12.500,00
				Total Débitos	12.500,00
				Total Créditos	12.500,00
15/03	22.0000	4.01.01.03.0005 - COFINS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 036 - Pagto DARF - COFINS referente o mês:			25.650,00
				Total Débitos	25.650,00
				Total Créditos	25.650,00
25/03	3.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			74.987,00
				Total Débitos	74.987,00
				Total Créditos	74.987,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**409.448,00**	**Créditos :**	**409.448,00**
		A Transportar =====> Débitos :	**409.448,00**	**Créditos :**	**409.448,00**

Fls. 337
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 5

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**409.448,00**	**Créditos :**	**409.448,00**
05/04	23.0000	4.01.03.01.0001 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV) 1.01.03.01.0001 - COMPRAS DE MERCADORIAS 011 - Custo de Mercadorias Vendidas			12.588,00
				Total Débitos	12.588,00
				Total Créditos	12.588,00
12/04	4.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			76.258,00
				Total Débitos	76.258,00
				Total Créditos	76.258,00
15/04	24.0000	4.01.01.04.0006 - SEGUROS 1.01.04.01.0001 - PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR 112 - Vr ref. apropriação de desp. c/ seguro			12.789,00
				Total Débitos	12.789,00
				Total Créditos	12.789,00
25/04	25.0000	4.01.01.04.0004 - FRETES E CARRETOS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 015 - Valores Pagos referentes			6.789,00
				Total Débitos	6.789,00
				Total Créditos	6.789,00
26/04	26.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês:			15.890,00
				Total Débitos	15.890,00
				Total Créditos	15.890,00
	Total do Mês =====>	**Débitos :**	**533.762,00**	**Créditos :**	**533.762,00**

		A Transportar =====> Débitos :	**533.762,00**	**Créditos :**	**533.762,00**

Fls. 338
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 6

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**533.762,00**	**Créditos :**	**533.762,00**
10/05	5.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			85.147,00
				Total Débitos	85.147,00
				Total Créditos	85.147,00
15/05	27.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			25.789,00
				Total Débitos	25.789,00
				Total Créditos	25.789,00
26/05	28.0000	4.01.01.03.0012 - SIMPLES 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 031 - Pagamento de DARF Simples ref. mês:			7.258,00
				Total Débitos	7.258,00
				Total Créditos	7.258,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**651.956,00**	**Créditos :**	**651.956,00**

		A Transportar =====> Débitos :	**651.956,00**	**Créditos :**	**651.956,00**

Fls. 339
Proc.
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 7

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**651.956,00**	**Créditos :**	**651.956,00**
10/06	29.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			25.789,00
				Total Débitos	25.789,00
				Total Créditos	25.789,00
18/06	30.0000	4.01.01.04.0009 - DESPESAS COM COMBUSTIVEL 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			15.789,00
				Total Débitos	15.789,00
				Total Créditos	15.789,00
25/06	6.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			86.369,00
25/06	31.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:			6.369,00
				Total Débitos	92.738,00
				Total Créditos	92.738,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**786.272,00**	**Créditos :**	**786.272,00**
		A Transportar =====> Débitos :	**786.272,00**	**Créditos :**	**786.272,00**

Fls. 340
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 8

Data	Lançamento	Conta Débito / Conta Crédito / Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**786.272,00**	**Créditos :**	**786.272,00**
05/07	32.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			15.369,00
				Total Débitos	15.369,00
				Total Créditos	15.369,00
15/07	33.0000	1.01.03.01.0001 - COMPRAS DE MERCADORIAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 129 - Pago compra de Mercadorias conforme:			25.896,00
				Total Débitos	25.896,00
				Total Créditos	25.896,00
23/07	7.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			86.369,00
				Total Débitos	86.369,00
				Total Créditos	86.369,00
25/07	34.0000	4.01.01.02.0006 - HONORARIOS CONTABEIS 2.01.02.01.0003 - HONORARIOS A PAGAR 186 - Provisão de Honorarios a pagar ref. mês			5.258,00
				Total Débitos	5.258,00
				Total Créditos	5.258,00
30/07	35.0000	4.01.01.04.0009 - DESPESAS COM COMBUSTIVEL 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			25.896,00
				Total Débitos	25.896,00
				Total Créditos	25.896,00
	Total do Mês =====>	**Débitos :**	**945.060,00**	**Créditos :**	**945.060,00**
		A Transportar =====> Débitos :	**945.060,00**	**Créditos :**	**945.060,00**

Fls. 341
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 9

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**945.060,00**	**Créditos :**	**945.060,00**
05/08	36.0000	1.02.03.01.0002 - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 201 - Compra de Equipamento de Informatica ref			15.896,00
				Total Débitos	15.896,00
				Total Créditos	15.896,00
11/08	37.0000	2.01.01.01.0001 - FORNECEDORES GERAIS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 134 - Pago Duplicata nesta data ref.			23.456,00
				Total Débitos	23.456,00
				Total Créditos	23.456,00
15/08	38.0000	4.01.01.03.0004 - PIS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 039 - Pagto DARF PIS referente o mês:			22.147,00
				Total Débitos	22.147,00
				Total Créditos	22.147,00
21/08	8.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			86.123,00
				Total Débitos	86.123,00
				Total Créditos	86.123,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**1.092.682,00**	**Créditos :**	**1.092.682,00**
		A Transportar =====> Débitos :	**1.092.682,00**	**Créditos :**	**1.092.682,00**

Fls. 342
Proc.
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 10

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.092.682,00**	**Créditos :**	**1.092.682,00**
10/09	9.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			85.147,00
				Total Débitos	85.147,00
				Total Créditos	85.147,00
15/09	39.0000	4.01.01.02.0003 - ENERGIA ELETRICA 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 032 - Pagamento a LIGHT ref. conta do mês:			15.369,00
				Total Débitos	15.369,00
				Total Créditos	15.369,00
25/09	40.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			32.158,00
				Total Débitos	32.158,00
				Total Créditos	32.158,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**1.225.356,00**	**Créditos :**	**1.225.356,00**

		A Transportar =====> Débitos :	**1.225.356,00**	**Créditos :**	**1.225.356,00**

Fls. 343
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 11

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.225.356,00**	**Créditos :**	**1.225.356,00**
02/10	10.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			87.600,00
				Total Débitos	87.600,00
				Total Créditos	87.600,00
10/10	41.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			25.874,00
				Total Débitos	25.874,00
				Total Créditos	25.874,00
30/10	42.0000	4.01.01.03.0001 - ICMS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 128 - Pago DARJ ref. mês:			25.896,00
				Total Débitos	25.896,00
				Total Créditos	25.896,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**1.364.726,00**	**Créditos :**	**1.364.726,00**
		A Transportar =====> Débitos :	**1.364.726,00**	**Créditos :**	**1.364.726,00**

Fls. 31/4
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 12

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> **Débitos :**	**1.364.726,00**	**Créditos :**	**1.364.726,00**
25/11	11.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			95.369,00
				Total Débitos	95.369,00
				Total Créditos	95.369,00
29/11	43.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			35.963,00
				Total Débitos	35.963,00
				Total Créditos	35.963,00
		Total do Mês =====> **Débitos :**	**1.496.058,00**	**Créditos :**	**1.496.058,00**
		A Transportar =====> **Débitos :**	**1.496.058,00**	**Créditos :**	**1.496.058,00**

Fls. 345
Proc. 86
Rub.

LIVRO DIÁRIO

VISUAL DESIGN LTDA **0095**

R Cel Pedro Bogea, 447 - ******** - Cajueiro Cep : 65715-000
Lago da Pedra / MA
CNPJ / CEI : 26.002.575/0001-37 Inscrição Estadual: 126279136
Local de Registro : Jucema Data do Registro : 22/08/2016 Nº do Registro : 212.0126817-2
Período Movimento: 01/01/2025 a 31/12/2025 LIVRO : 0004 FOLHA: 13

Data	Lançamento	Conta Débito Conta Crédito Histórico / Complemento			Valor
		De Transporte =====> Débitos :	**1.496.058,00**	**Créditos :**	**1.496.058,00**
22/12	12.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 3.01.01.02.0001 - SERVIÇOS PRESTADOS 002 - Serviços Prestados Ref. NF N°			96.369,00
22/12	13.0000	1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 2.03.01.01.0001 - CAPITAL SOCIAL 047 - Capital Social Integralizado			900.000,00
				Total Débitos	996.369,00
				Total Créditos	996.369,00
30/12	44.0000	4.01.01.04.0014 - DESPESAS DIVERSAS 1.01.01.01.0001 - CAIXA MATRIZ 040 - Pagamento efetuado conforme			45.962,00
				Total Débitos	45.962,00
				Total Créditos	45.962,00
		Total do Mês =====> Débitos :	**2.538.389,00**	**Créditos :**	**2.538.389,00**

Fls. 346
Proc. 86
Rub.

LAGO DA PEDRA/MA, 31 de DEZEMBRO de 2025

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
CONTADOR
C.P.F. :604.707.403-02 RG : 0381602820095
C.R.C. :MA-014917/O-0

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F. :040.296.863-89
R.G. :04029686389

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Fls. 347
Proc. 86
Rub.

Nº de Ordem: 4

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, da empresa VISUAL DESIGN LTDA.

Lago da Pedra, 31/12/2025

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Administrador, Sócio
CPF 040.296.863-89

PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 014917

Fls. 348
Proc. 86
Rub.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VISUAL DESIGN LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/04/2026 09:31 SOB Nº 20260519375.
PROTOCOLO: 260519375 DE 17/04/2026. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/04/2026
empresafacil.ma.gov.br

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12607391382 em 20/04/2026, protocolo 260519375. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	VISUAL DESIGN LTDA
Número de Registro:	21201268172
CNPJ:	26002575000137
Munícipio:	Lago da Pedra

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	4
Período de Escrituração:	01/01/2025 - 31/12/2025

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
04029686389	MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE	
60470740302	PAULO HENRIQUE BEZERRA DAMASCENA	MA014917

Fls. 349
Proc. 86
Rub.

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/04/2026 09:31 SOB Nº 20260519375.
PROTOCOLO: 260519375 DE 17/04/2026. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12607391382. NIRE: 21201268172.
VISUAL DESIGN LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/04/2026
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fls. 350
Proc. 86
Rub.

Propostas Iniciais
N° 10

LOTES / ITENS

N° 01

Descrição: Lote Único - Material Gráfico

Quantidade: 1

Valor: 1.019.415,99

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
DFA BESERRA LTDA	1.019.415,99	1.019.415,99	28/04/2026 17:47:45	CLASSIFICADA

Item		Valor Unit. Estimado	Valor Unit. Proposta
001	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria	54,83	54,83
002	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	60,33	60,33
003	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria	61,63	61,63
004	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	63,93	63,93
005	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria	75,00	75,00
006	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	80,33	80,33
007	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	91,60	91,60
008	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	95,73	95,73
009	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	102,50	102,50
010	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria	108,33	108,33
011	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, propria	108,67	108,67
012	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km propria	189,00	189,00
013	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com	301,33	301,33

Empresa		Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Item				Valor Unit. Estimado	Valor Unit. Proposta
	cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km propria				
014	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			58,58	58,58
015	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			70,18	70,18
016	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			91,17	91,17
017	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			101,20	101,20
018	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, propria			104,42	104,42
019	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			73,77	73,77
020	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			97,17	97,17
021	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			58,67	58,67
022	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			70,07	70,07
023	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria			93,18	93,18
024	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria			76,17	76,17
025	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente propria			97,77	97,77
026	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria			64,40	64,40
027	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria			81,75	81,75
028	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent propria			71,85	71,85
029	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado. propria			78,42	78,42
030	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo. propria			603,17	603,17
031	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. propria			376,00	376,00
032	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e			782,50	782,50

Fls. 352
Proc.
Rub.

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação

Item		Valor Unit. Estimado	Valor Unit. Proposta
	transparente. propria		
033	Cracha em PVC com sistema transfer propria	127,67	127,67
034	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola propria	811,67	811,67
035	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU propria	1.016,50	1.016,50

VISUAL DESIGN LTDA	958.250,82	958.250,82	28/04/2026 16:48:11	CLASSIFICADA

Item		Valor Unit. Estimado	Valor Unit. Proposta
001	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	54,83	51,54
002	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	60,33	56,71
003	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	61,63	57,93
004	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	63,93	60,09
005	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	75,00	70,50
006	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	80,33	75,51
007	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	91,60	86,10
008	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	95,73	89,99
009	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	102,50	96,35
010	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	108,33	101,83
011	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, null	108,67	102,15
012	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km null	189,00	177,66
013	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km null	301,33	283,25
014	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	58,58	55,07
015	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação,	70,18	65,97

Fls. 353
Proc. 96
Rub.

Empresa | Valor Unitário | Valor Total | Data/Hora Registro | Situação

Item		Valor Unit. Estimado	Valor Unit. Proposta
	impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null		
016	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	91,17	85,70
017	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	101,20	95,13
018	adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, null	104,42	98,15
019	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	73,77	69,34
020	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	97,17	91,34
021	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	58,67	55,15
022	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	70,07	65,87
023	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	93,18	87,59
024	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	76,17	71,60
025	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente null	97,77	91,90
026	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	64,40	60,54
027	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	81,75	76,85
028	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent null	71,85	67,54
029	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado. null	78,42	73,71
030	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo. null	603,17	566,98
031	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente. null	376,00	353,44
032	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente. null	782,50	735,55
033	Cracha em PVC com sistema transfer null	127,67	120,01
034	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola null	811,67	762,97
035	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU null	1.016,50	955,51

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Fls. 354
Proc. 86
Rub.

Ata de Sessão Pública
N° 10

Às 09:00 horas do dia 29/04/2026, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela PORTARIA N" 075/2025, de 09 de janeiro de 2025. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 86/2026, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 10. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

LOTES / ITENS

N° 01

Descrição: Lote Único - Material Gráfico

Quantidade: 1

Valor: R$ 1.019.415,99

Vencedor Fornecedor 9325 Valor: R$ 958.250,82

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
Fornecedor 1116	R$ 1.019.415,99	R$ 1.019.415,99	28/04/2026 17:47:45	CLASSIFICADA
Fornecedor 9325	R$ 958.250,82	R$ 958.250,82	28/04/2026 16:48:11	CLASSIFICADA

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
29/04/2026 09:01:17	R$ 958.250,82	Fornecedor 9325
29/04/2026 09:01:17	R$ 1.019.415,99	Fornecedor 1116

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Mensagem
13/04/2026 15:39:12	Sistema	Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/01612832000121/compras/2026/25
29/04/2026 08:56:28	EDIVAN PINHO	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026, promovida pelo Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.
29/04/2026 08:56:35	EDIVAN PINHO	Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
29/04/2026 08:56:42	EDIVAN PINHO	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
29/04/2026 08:56:48	EDIVAN PINHO	Na presente licitação será adotado o modo de disputa aberto, previsto no art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.

Ata de Sessão Pública
N° 10

Fls. 355
Proc. 86
Rub.

Data/Hora	Origem	Mensagem
29/04/2026 08:56:55	EDIVAN PINHO	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo previsto, de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
29/04/2026 08:57:02	EDIVAN PINHO	Após a etapa de lances, o agente de contratação poderá realizar diligência, com fundamento no art. 56, §2º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
29/04/2026 08:57:09	EDIVAN PINHO	Desta feita, nos termos do art. 155, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
29/04/2026 08:57:17	EDIVAN PINHO	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
29/04/2026 08:57:24	EDIVAN PINHO	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo agente de contratação no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
29/04/2026 08:57:31	EDIVAN PINHO	No caso de problemas ocorridos durante este certame com o sistema, os interessados devem entrar em contato com o portal que gerencia o sistema através do link http://www.licitaaap.com.br, eis que cabe ao agente de contratação apenas a operacionalização deste certame.
29/04/2026 09:01:08	Sistema	Sessão pública aberta!
29/04/2026 09:01:17	Sistema	Disputa do Lote/Item 01 - Lote Único - Material Gráfico aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
29/04/2026 09:11:18	Sistema	O lote/item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico entrou em PRORROGAÇÃO, para um fornecedor ser declarado arrematante, o seu lance deve permanecer vencedor por 2 minutos!
29/04/2026 09:13:18	Sistema	Disputa do lote/item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico encerrada!
29/04/2026 09:13:18	Sistema	O arrematante do item/lote n° 01 - Lote Único - Material Gráfico foi o fornecedor com valor R$ 958.250,8200 !
29/04/2026 09:13:18	Sistema	Fase de disputa encerrada
29/04/2026 09:24:18	EDIVAN PINHO	Bom dia, Senhor licitante, solicito em razão do disposto no art. 61 da Lei nº 14.133/2021, que verifique a possiblidade de reduzir o valor da sua proposta.
29/04/2026 09:24:20	Sistema	Fase de negociação aberta para todos os itens. Entendemos que o preço pode melhorar, solicitamos que você envie sua melhor proposta.
29/04/2026 09:24:25	Sistema	O Fornecedor VISUAL DESIGN LTDA pode enviar mensagens.
29/04/2026 09:24:49	EDIVAN PINHO	Fixo o prazo de 5 (cinco) minutos para negociação.
29/04/2026 09:31:58	EDIVAN PINHO	Tendo em vista o silêncio da licitante quanto à possibilidade de negociação, razão pela qual entendo como desinteresse tácito, damos continuidade ao certame.
29/04/2026 09:32:10	Sistema	O Fornecedor VISUAL DESIGN LTDA não pode enviar mensagens.
29/04/2026 09:32:22	EDIVAN PINHO	Senhor licitante, solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ser desclassificada e convocada empresa subsequente.
29/04/2026 09:32:50	Sistema	A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor VISUAL DESIGN LTDA. Documento: Solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ser desclassificada e convocada empresa subsequente.. Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 29/04/2026 11:35:00

Ata de Sessão Pública
N° 10

Fls. 356
Proc. 86
Rub.

Data/Hora	Origem	Mensagem
29/04/2026 09:33:20	EDIVAN PINHO	Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da proposta ajustada por parte da empresa melhor classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 11:40hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da proposta orçamentária. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
29/04/2026 09:46:38	Sistema	Documento enviado pelo fornecedor VISUAL DESIGN LTDA!
29/04/2026 11:39:55	EDIVAN PINHO	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026.
29/04/2026 11:40:39	EDIVAN PINHO	De início informo que a licitante VISUAL DESIGN LTDA detentora do menor preço, apresentou sua proposta no sistema, razão pela qual recebo e promovo a aceitação da proposta.
29/04/2026 11:40:52	EDIVAN PINHO	Em ato sucessivo, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal quando a classificação da proposta.
29/04/2026 11:40:57	Sistema	Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 29/04/2026 11:50:57
29/04/2026 11:52:40	EDIVAN PINHO	Desta feita, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documentos, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação.
29/04/2026 11:53:18	Sistema	A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor VISUAL DESIGN LTDA. Documento: Convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documentos, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação. . Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 29/04/2026 13:55:00
29/04/2026 11:53:37	EDIVAN PINHO	Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da documentação de habilitação por parte da empresa mais bem classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 14:00hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da documentação de habilitação. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
29/04/2026 12:46:28	Sistema	Documento enviado pelo fornecedor VISUAL DESIGN LTDA!
29/04/2026 14:02:16	EDIVAN PINHO	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026.
29/04/2026 14:02:24	EDIVAN PINHO	Informo que a licitante GLOBAL COMERCIO DE VARIEDADES apresentou a sua documentação de habilitação, razão pela qual passaremos nesse ato a fazer a sua análise.
29/04/2026 14:19:59	EDIVAN PINHO	Retificando o nome da licitante, tendo em vista que o nome correto é VISUAL DESIGN LTDA
29/04/2026 14:20:22	EDIVAN PINHO	Senhores fornecedores, informo que a empresa VISUAL DESIGN LTDA apresentou a documentação de habilitação de acordo com o previsto no Edital, sendo assim, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela empresa supracitada, procedo na sequência, sua habilitação no sistema.
29/04/2026 14:20:26	Sistema	Fase de negociação do Lote/Item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico encerrada.
29/04/2026 14:20:26	Sistema	O fornecedor VISUAL DESIGN LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico.
29/04/2026 14:20:48	EDIVAN PINHO	Isto posto, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela Licitante VISUAL DESIGN LTDA e, na sequência, sua habilitação no sistema, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.

Ata de Sessão Pública
N° 10

Fls. 357
Proc. 86
Rub.

Data/Hora	Origem	Mensagem
29/04/2026 14:20:50	Sistema	Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 29/04/2026 14:30:50
29/04/2026 14:20:58	EDIVAN PINHO	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
29/04/2026 14:21:06	EDIVAN PINHO	Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
29/04/2026 14:21:17	EDIVAN PINHO	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.

EDIVAN PINHO PEREIRA/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS/Equipe de Apoio

MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES/Equipe de Apoio

Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais

Portal de Compras

Fls. 358
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

Relatório de Economicidade

Edital	Objeto	Data Abertura
10	Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA	29/04/26 09:00

Lote/Item		Quantidade	Valor Estimado	Valor Vencedor	Economicidade
01	Lote Único - Material Gráfico	1,00	1.019.415,990	958.250,820	6,00 %
	Total:R$ 1.019.415,990		958.250,820		6,000 %

Total Geral Previsto: 1.019.415,990

Total Geral Finalizado: 958.250,820

Economicidade Total: 6,00 %

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Fls. 359
Proc. 86
Rub.

Relatório por Vencedor / Lotes Fracassados/Cancelados/Desertos

Processo N° 10

FORNECEDOR: VISUAL DESIGN LTDA 26.002.575/0001-37

LOTE/ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR GLOBAL	DESCONTO
01 Lote Único - Material Gráfico	1,00	958.250,820	958.250,820	6,00%

QTD: **1**

VALOR TOTAL: **958.250,820**

Alto Alegre do Pindaré
Juntos para fazer muito mais
Portal de Compras

Fls. 360
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Realização - Pregão Eletrônico

N° 10

Unidade Gestora:	Prefeitura Municipal		
Tipo de Disputa:	Aberto	Número do Processo	86/2026
Tipo de Lance:	Valor Global	Critério de Disputa:	MENORVALOR
Data Disputa:	29/04/2026 09:00:00	Tipo da disputa:	Por Lote
Data Impug./Escl.:	24/04/2026 23:59:00	Data Fim Propostas:	29/04/2026 08:59:00
Intervalo Lances:	1000,0000	Prazo Int. Recurso:	10 minutos

Objeto:

Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Às 09:00 horas do dia 29/04/2026, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela PORTARIA N" 075/2025, de 09 de janeiro de 2025. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 86/2026, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 10. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

As empresas que apresentaram proposta eletrônica para essa licitação declararam no ato do cadastro da proposta inicial que: 1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; 3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; 4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras; 5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; 6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

SITUAÇÃO DA DISPUTA: ABERTO

EMPRESAS QUE SE DECLARARAM ME/EPP

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
DFA BESERRA LTDA	KAF GRAFICA	18.296.289/0001-01
VISUAL DESIGN LTDA	VISUAL DESIGN	26.002.575/0001-37

Fls. 361
Proc. 86
Rub.

LOTES / ITENS

Nº 01 Situação: VENCEDOR

Descrição: Lote Único - Material Gráfico

Quantidade: 1

Valor: 1.019.415,99

Vencedor VISUAL DESIGN LTDA 26.002.575/0001-37 Valor: 958.250,820

PROPOSTAS INICIAIS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
DFA BESERRA LTDA	1.019.415,990	1.019.415,990	28/04/2026 17:47:45	CLASSIFICAD
VISUAL DESIGN LTDA	958.250,820	958.250,820	28/04/2026 16:48:11	CLASSIFICAD

CLASSIFICAÇÃO

	Empresa	Situação	null
1	VISUAL DESIGN LTDA	VENCEDOR	958.250,820
2	DFA BESERRA LTDA	CLASSIFICADO	1.019.415,990

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
29/04/2026 09:01:17	958.250,820	VISUAL DESIGN LTDA
29/04/2026 09:01:17	1.019.415,990	DFA BESERRA LTDA

Fls. 362
Proc. 86
Rub.

MENSAGENS

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
13/04/26 15:39	Sistema		Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/01612832000121/compras/2026/25
29/04/26 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026, promovida pelo Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.
29/04/26 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
29/04/26 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
29/04/26 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		Na presente licitação será adotado o modo de disputa aberto, previsto no art. 56, I, da Lei nº 14.133/2021.
29/04/26 08:56	EDIVAN PINHO PEREIRA		O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo previsto, de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
29/04/26 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		Após a etapa de lances, o agente de contratação poderá realizar diligência, com fundamento no art. 56, §2º, e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
29/04/26 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		Desta feita, nos termos do art. 155, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 3 (três) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
29/04/26 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
29/04/26 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo agente de contratação no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
29/04/26 08:57	EDIVAN PINHO PEREIRA		No caso de problemas ocorridos durante este certame com o sistema, os interessados devem entrar em contato com o portal que gerencia o sistema através do link http://www.licitaaap.com.br, eis que cabe ao agente de contratação apenas a
29/04/26 09:01	Sistema		Sessão pública aberta!
29/04/26 09:01	Sistema	01	Disputa do Lote/Item 01 - Lote Único - Material Gráfico aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item.
29/04/26 09:11	Sistema	01	O lote/item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico entrou em PRORROGAÇÃO, para um fornecedor ser declarado arrematante, o seu lance deve permanecer vencedor por 2 minutos!
29/04/26 09:13	Sistema	01	Disputa do lote/item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico encerrada!
29/04/26 09:13	Sistema	01	O arrematante do item/lote n° 01 - Lote Único - Material Gráfico foi o fornecedor com valor R$ 958.250,8200 !
29/04/26 09:13	Sistema		Fase de disputa encerrada
29/04/26 09:24	EDIVAN PINHO PEREIRA		Bom dia, Senhor licitante, solicito em razão do disposto no art. 61 da Lei nº 14.133/2021, que verifique a possiblidade de reduzir o valor da sua proposta.
29/04/26 09:24	Sistema		Fase de negociação aberta para todos os itens. Entendemos que o preço pode melhorar, solicitamos que você envie sua melhor proposta.
29/04/26 09:24	Sistema		O Fornecedor VISUAL DESIGN LTDA pode enviar mensagens.
29/04/26 09:24	EDIVAN PINHO PEREIRA		Fixo o prazo de 5 (cinco) minutos para negociação.
29/04/26 09:31	EDIVAN PINHO PEREIRA		Tendo em vista o silêncio da licitante quanto à possibilidade de negociação, razão pela qual entendo como desinteresse tácito, damos continuidade ao certame.
29/04/26 09:32	Sistema		O Fornecedor VISUAL DESIGN LTDA não pode enviar mensagens.
29/04/26 09:32	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhor licitante, solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ser desclassificada e convocada empresa subsequente.
29/04/26 09:32	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor VISUAL DESIGN LTDA. Documento: Solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, em arquivo único, por meio da opção enviar anexo do sistema, sob pena de ser desclassificada e convocada empresa subsequente.. Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 29/04/2026 11:35:00
29/04/26 09:33	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da proposta ajustada por parte da empresa melhor classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 11:40hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da proposta orçamentária. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!

Ata de Realização - Pregão Eletrônico

N° 10

Fls. 363
Proc. 86
Rub.

Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
29/04/26 09:46	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor VISUAL DESIGN LTDA!
29/04/26 11:39	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores fornecedores, retomando os trabalhos do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026.
29/04/26 11:40	EDIVAN PINHO PEREIRA		De início informo que a licitante VISUAL DESIGN LTDA detentora do menor preço, apresentou sua proposta no sistema, razão pela qual recebo e promovo a aceitação da proposta.
29/04/26 11:40	EDIVAN PINHO PEREIRA		Em ato sucessivo, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal quando a classificação da proposta.
29/04/26 11:40	Sistema		Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 29/04/2026 11:50:57
29/04/26 11:52	EDIVAN PINHO PEREIRA		Desta feita, tendo em vista a classificação da proposta, convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documentos, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação.
29/04/26 11:53	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor VISUAL DESIGN LTDA. Documento: Convoco a empresa para juntar no prazo de 2 (duas) horas a documentação de habilitação, conforme previsto no instrumento convocatório, caso já tenha juntada a documentação de habilitação no cadastramento da sua proposta ou momento da convocação para apresentação da proposta readequada não será necessário fazer a juntada de novos documentos, contudo não poderá em momento posterior alegar que não foi convocada para apresentação da documentação de habilitação. . Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 29/04/2026 13:55:00
29/04/26 11:53	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores licitantes, a sessão será suspensa neste momento em função da abertura de prazo para envio da documentação de habilitação por parte da empresa mais bem classificada, retornando os trabalhos no dia de hoje, às 14:00hs, ocasião em que será divulgado o resultado da análise da documentação de habilitação. Não deixem de acompanhar as sessões. Até lá!
29/04/26 12:46	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor VISUAL DESIGN LTDA!
29/04/26 14:02	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores fornecedores, retomando os trabalhos do Pregão Eletrônico SRP n.º 10/2026.
29/04/26 14:02	EDIVAN PINHO PEREIRA		Informo que a licitante GLOBAL COMERCIO DE VARIEDADES apresentou a sua documentação de habilitação, razão pela qual passaremos nesse ato a fazer a sua análise.
29/04/26 14:19	EDIVAN PINHO PEREIRA		Retificando o nome da licitante, tendo em vista que o nome correto é VISUAL DESIGN LTDA
29/04/26 14:20	EDIVAN PINHO PEREIRA		Senhores fornecedores, informo que a empresa VISUAL DESIGN LTDA apresentou a documentação de habilitação de acordo com o previsto no Edital, sendo assim, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela empresa supracitada, procedo na sequência, sua habilitação no sistema.
29/04/26 14:20	Sistema	01	Fase de negociação do Lote/Item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico encerrada.
29/04/26 14:20	Sistema	01	O fornecedor VISUAL DESIGN LTDA foi declarado VENCEDOR do Lote/Item n° 01 - Lote Único - Material Gráfico.
29/04/26 14:20	EDIVAN PINHO PEREIRA		Isto posto, tendo em vista a aceitação da proposta formulada pela Licitante VISUAL DESIGN LTDA e, na sequência, sua habilitação no sistema, abro o prazo de 10 (dez) minutos para registro de eventual intenção recursal.
29/04/26 14:20	Sistema		Fica aberto prazo de intenção de recurso até às 29/04/2026 14:30:50
29/04/26 14:20	EDIVAN PINHO PEREIRA		Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
29/04/26 14:21	EDIVAN PINHO PEREIRA		Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
29/04/26 14:21	EDIVAN PINHO PEREIRA		Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.

PROPONENTES

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
DFA BESERRA LTDA	KAF GRAFICA	18.296.289/0001-01

Contato: DIMAS FERNANDO (98)30842012 contratos@kafgrafica.com.br

Fls. 364
Proc. 86
Rub.

Razão Social	Nome Fantasia	CNPJ
VISUAL DESIGN LTDA	VISUAL DESIGN	26.002.575/0001-37

Contato: MARIO MARCIO PIMENTEL (99)9816-0376 mariopimenteldu@gmail.com

EDIVAN PINHO PEREIRA/Pregoeiro/Agente de Contrataçao

MARIA ALICE NASCIMENTO DOS SANTOS/Equipe de Apoio

MARCIO HENRIQUE PIMENTA SOARES/Equipe de Apoio

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

Fls. 365
Proc. 86
Rub.

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Termo de Adjudicação
Processo N° 10

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente processo, adjudico as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

FORNECEDOR: VISUAL DESIGN LTDA — 26.002.575/0001-37

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
01 Lote Único - Material Gráfico		958.250,82	1	958.250,82

QTD: 1 — **VALOR TOTAL: 958.250,82**

Alto Alegre do Pindaré/MA, 29 de abril de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – MA
Av. João XXIII, S/N - Centro, CEP nº 65.398-000,
CNPJ nº 01.612.832/0001-21

Fls. 366
Proc. 86
Rub.

Nº do processo	86/2026
Requerente	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Veio a conhecimento desta consultoria técnica na área jurídica e contábil, processo licitatório, para análise quanto à legalidade e verificações das demais formalidades, bem como no que tange a atuação do Pregoeiro/Agente de Contratações na execução das atribuições e atos realizados pela referida comissão[1].

Pois bem.

Trata-se de solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, visando a Contratação de Empresa para fornecimento de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº. 10/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme ainda, especificações constantes da documentação colacionada aos autos, em nome da pessoa jurídica **VISUAL DESIGN LTDA**, CNPJ Nº 26.002.575/0001-37.

O processo veio instruído com: Documento de formalização da demanda, Despacho Encaminhamento para Pesquisa de Mercado para subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de mercado com cotações de preços, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Autorização, Novo Despacho do Setor de Pesquisa de Mercado, Despacho do Setor Contábil, Despacho do Agente de Contratações juntando minuta do edital, Parecer Jurídico e Despacho do Ordenador de Despesa Autorizando.

Portanto, diante da instrução processual, e exclusivamente em relação a sua formalidade, não foi detectada irregularidade que impeça a continuidade do mesmo, razão pela qual declaramos sua conformidade de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021.

Ressalvamos que todos os despachos e pareceres técnicos acostados no processo são de única e exclusiva responsabilidade dos respectivos setores e seus signatários. Sem mais formalidades, manifestamo-nos pelo prosseguimento do certame.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 30 de abril de 2026.

Agapto Cardoso da Cunha
Controlador Geral

[1] Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal de 1988 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitantes dos atos de gestão do exercício de 2026.

Alto Alegre do Pindaré | Portal de Compras

Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Fls. 367
Proc. 96
Rub.

Termo de Homologação
Processo N° 10

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente processo, homologo as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

FORNECEDOR: VISUAL DESIGN LTDA — 26.002.575/0001-37

LOTE/ITEM	FABRICANTE/MARCA	VALOR UNIT.	QTD	VALOR FINAL
01 Lote Único - Material Gráfico		958.250,8200	1	958.250,82

QTD: 1 — **VALOR TOTAL: 958.250,82**

VALOR GERAL: 958.250,82

Alto Alegre do Pindaré/MA, 04 de maio de 2026.

José Francinete Bento Luna
Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

Edital nº 10/2026

Fls. 368
Proc. 86
Rub.

Última atualização 13/04/2026

Acessar Contratação

Local: Alto Alegre do Pindaré/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Unidade compradora: 1 - Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 13/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de inicio de recebimento de propostas: 15/04/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 29/04/2026 08:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 01612832000121-1-000025/2026 **Fonte:** BR Conectado

Objeto:

Portal Nacional de Contratações Públicas

Entrar

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 1.019.415,99	R$ 958.250,82

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Lote Único - Material Grafico	1	R$ 1.019.415,99	R$ 1.019.415,99

Exibir: 5 1-1 de 1 itens Página: 1

‹ Voltar

https://portaldeservicos.gestaogov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Fls. 369
Proc. 86
Rub.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, por intermédio da sua PREFEITURA MUNICIPAL e VISUAL DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA.

O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA, através da sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ– PMAAP/MA**, sediada na Av. João XXIII, S/N - Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA, CNPJ Nº 01.612.832/0001-21, neste ato representado respectivamente pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0000065717937 SESP/MA e inscrito no CPF sob o nº 467.294.103-53, residente e domiciliado, nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa, **VISUAL DESIGN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra – MA, CEP: 65.715-000, e-mail: mariopimenteldu@gmail.com, Telefone: (99) 98160-3767, denominado **CONTRATADO**, representada por seu proprietário Sr. **MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE**, portador da carteira de identidade nº 04233340420117 SSP/MA e CPF nº 040.296.863-89, com fundamento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e seu valor registrado na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026, Processo nº 86/2026**, bem como a classificação da proposta e a respectiva homologação, **RESOLVEM** registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de maio de 2021, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e demais legislações aplicadas à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA,** de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 10/2026**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela licitante vencedora, conforme consta nos autos do **Processo Administrativo nº 86/2026**.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Planilha Demonstrativa de Preços.

LOTE ÚNICO					
Nº	**ITEM**	**UND**	**QTD.**	**Unitário**	**Total**
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 51,54	R$ 10.308,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 56,71	R$ 11.342,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 57,93	R$ 12.165,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 60,09	R$ 12.318,45
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 70,50	R$ 15.157,50
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 75,51	R$ 18.877,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 86,10	R$ 38.745,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 89,99	R$ 22.497,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 96,35	R$ 17.343,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 101,83	R$ 35.640,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 102,15	R$ 15.322,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7	M²	300	R$ 177,66	R$ 53.298,00

	ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km				
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 283,25	R$ 56.650,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 55,07	R$ 44.056,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 65,97	R$ 62.671,50
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 85,70	R$ 81.415,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 95,13	R$ 19.026,00
18	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 98,15	R$ 14.722,50
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 69,34	R$ 10.401,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 91,34	R$ 25.575,20
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 55,15	R$ 13.787,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 65,87	R$ 18.443,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14	M²	250	R$ 87,59	R$ 21.897,50

	picolitros e tinta eco solvente.				
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 71,60	R$ 17.900,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 91,90	R$ 9.190,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 60,54	R$ 6.054,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,85	R$ 19.212,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 67,54	R$ 16.885,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 73,71	R$ 73.710,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 566,98	R$ 28.349,00
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 353,44	R$ 17.672,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 735,55	R$ 3.677,75
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 120,01	R$ 240,02
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 762,97	R$ 38.148,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 955,51	R$ 95.551,00
Valor Total				**R$ 958.250,82**	

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preço constante desta Ata, firmada entre a PMAAP e a empresa que apresentar a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12(doze) meses contados a partir da assinatura da ARP pelo Ordenador de Despesas e a classificada em primeiro lugar.
3.2. Durante o prazo de validade da ARP, os órgãos signatários não ficarão obrigados a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização às empresas signatárias do SRP.
3.3. Na hipótese do Item 3.2, caso o preço resultante da licitação, dispensa ou inexigibilidade seja igual ou superior ao constante no Sistema de Registro de Preços, o órgão fica obrigado a adquirir os materiais junto à empresa signatária deste Instrumento, eis que esta tem o direito de preferência.
3.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA.
4.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, as especificações, os quantitativos, empresa beneficiaria e representante legal da empresa, encontram-se elencado no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser realizados sob demanda, de acordo com as solicitações da Secretaria Demandante, mediante a emissão da O.S. (Ordem de Serviço).
6.2. Fica vedado o substabelecimento dos serviços.
6.3. A prestação dos serviços terá início a partir da data de assinatura do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado a época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGAO GERENCIADOR solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante correspondência, a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

Parágrafo Terceiro - A revisão de preços ocorrerá conforme artigos 25, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não de executar os serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgão participante.

Parágrafo Terceiro - As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos Lotes(itens) do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para o órgãos participante, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada Lotes (itens)) registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços das demais licitantes será exigida a análise da documentação de habilitação.

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicara o resultado do certame em relação a licitante vencedora.

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da licitante vencedora.

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal nº 11.462/23.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ORGAO GERENCIADOR, quando:

a) A Fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, ou art. 28, IV, do Decreto Federal 11.462/23.

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ORGAO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ORGAO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou forca maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a(s) Fornecedora(s) será(ao) comunicada(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Segundo – No caso de recusa do fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no PNCP, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGAO GERENCIADOR, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

11.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de **Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026 – Proc. Adm. 86/2026** Termo de Referência que acompanhou o edital;

b) Proposta escrita do fornecedor ou negociação/recomposição de preço.

c) Ata da Sessão Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O Prestador de Serviços reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do Art. 104, I, da Lei nº 14.133/21, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no art.28 do Decreto Federal nº 11.462/23.

c) Rescindir nos enumerados do art. 137 e 138 Lei Federal nº 14.133/21;

d) Aplicar as penalidades cabíveis motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento, conforme art.104, IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Fiscalizar junto com os demais órgãos signatários, a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÕES

13.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
Parágrafo Primeiro - As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas à:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Presidente Médici, s/n, Centro, Alto Alegre do Pindaré/MA.

Parágrafo Segundo - Eventuais mudanças de endereço do órgão aderente ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2026** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1 de maio de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gerenciador providenciará seu extrato de publicação no PNCP, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia/MA, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

E por estarem de acordo, após lido e assinado, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na forma do Art. 89 da Lei nº 14.133/21.

Alto Alegre do Pindaré/MA, 05 de maio de 2026.

Fls. 378
Proc. 86
Rub.

JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353

Assinado de forma digital por JOSE FRANCINETE BENTO LUNA:46729410353
Dados: 2026.05.05 12:01:03 -03'00'

JOSÉ FRANCINETE BENTO LUNA
Prefeito Municipal
Pela CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
Data: 05/05/2026 09:30:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIO MARCIO PIMENTEL DUARTE
VISUAL DESIGN LTDA
CNPJ Nº 26.002.575/0001-37
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: 60400894319
2. Maiane Silva Ramos CPF: 043.327.803-05

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

Fls. 379
Proc. 86
Rub.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2026 – CPL-PMAAP. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 86/2026 – **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026. O Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da empresa **VISUAL DESIGN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra – MA, CEP: 65.715-000, vencedora do certame, cujo objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. **Vigência:** 12 (doze) meses. **A íntegra da ata estará disponível na sede da CPL/PMAAP**. O valor total registrado foi de Valor Total: **R$ 958.250,82 (novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos)**, conforme mapa de apuração contido no Processo supra e Preços registrados conforme quantitativos abaixo:

Nº	ITEM	UND	QTD.	Unitário	Total
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 51,54	R$ 10.308,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 56,71	R$ 11.342,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 57,93	R$ 12.165,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 60,09	R$ 12.318,45
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 70,50	R$ 15.157,50
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 75,51	R$ 18.877,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 86,10	R$ 38.745,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 89,99	R$ 22.497,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 96,35	R$ 17.343,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento	M²	350	R$ 101,83	R$ 35.640,50

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

	com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente				
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 102,15	R$ 15.322,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 177,66	R$ 53.298,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 283,25	R$ 56.650,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	800	R$ 55,07	R$ 44.056,00
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 65,97	R$ 62.671,50
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 85,70	R$ 81.415,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 95,13	R$ 19.026,00
18	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 98,15	R$ 14.722,50
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 69,34	R$ 10.401,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14	M²	280	R$ 91,34	R$ 25.575,20

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

	picolitros e tinta eco solvente				
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 55,15	R$ 13.787,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 65,87	R$ 18.443,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 87,59	R$ 21.897,50
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 71,60	R$ 17.900,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 91,90	R$ 9.190,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 60,54	R$ 6.054,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,85	R$ 19.212,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 67,54	R$ 16.885,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 73,71	R$ 73.710,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.	M²	50	R$ 566,98	R$ 28.349,00
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 353,44	R$ 17.672,00
32	Placa de inauguração em acrílico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 735,55	R$ 3.677,75
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 120,01	R$ 240,02
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo	M²	50	R$ 762,97	R$ 38.148,50

Fls. 387
Proc. 86
Rub.

	recortado de durabilidade 5 anos de cola				
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 955,51	R$ 95.551,00
Valor Total				**R$ 958.250,82**	

SIGNATÁRIOS: José Francinete Bento Luna, Prefeito Municipal, pela CONTRATANTE, Mario Marcio Pimentel Duarte, Responsável legal da CONTRATADA.

Alto Alegre do Pindaré /MA, 05 de maio de 2026.

Edivan Pinho Pereira
Pregoeiro do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

		Gengibre Queijo				
151	CRISTAL	Rodo de pia, material polipropileno, borracha com proteção antibacteriana, cabo anatômico, tamanho 16 a 22cm.	UND	650	16,19	10.523,50
152	NEWPLAST	Saco para amostra de alimentos, transparente, feito de polietileno de baixa densidade, material esterelizado, com tarja branca para descrição do alimento, o saco para amostra deve ser totalmente lacrado. Embalagem com 1000 unidades. Medidas aproximadas de 15x35x05.	UND	500	139,29	69.645,00
153	PLASÚTIL	Saladeira fabricada em material plástico resistente com capacidade entre 4 e 4,5 litros. Diâmetro de 28 cm. Possuir base circular.	UND	200	44,23	8.846,00
154	PLASÚTIL	Saleiro de plástico com tampa. Capacidade de 1 kg/1 litro. Fabricado em polipropileno, livre de BPA, totalmente atóxico. Dimensões aproximadas: 18,8 cmde comprimento, 10,8 cm de largura e 12 cm de altura.	UND	380	16,52	6.277,60
155	SANTA CLARA	Suporte para filtro de café número 103. Fabricado em polipropileno. Cores diversas.	UND	400	29,70	11.880,00
156	ARTHLS UPORTE, RACK, AÇO.	Suporte para pratos empilhâveis	UND	650	29,32	19.058,00
157	PLASÚTIL	Tábua para corte de alimentos, fabricadaem vidro temperado dimensões: 25cm de largura e 35 cm de comprimento.	UND	500	54,22	27.110,00
158	PLASÚTIL	Tábua para corte de alimentos, fabricadaem vidro temperado. Dimensões de 40 x 30 cm.	UND	400	60,61	24.244,00
159	HOME PRESENTES	Termômetro de forno - Termômetro Culinário Com Tela Digital Vai De -50°c A 300°c	UND	200	31,59	6.318,00
160	TESOURA DE COZINHA INOX MULTIFUCIONAL	Tesoura com função separadora de ossos (tipo "cut-up")- Tesoura De Cozinha Corta Osso Aço Inox Multiuso Com Trava.	UND	300	77,45	23.235,00
161	MUNDIAL	Tesoura para cozinha. Lâmina fabricada em aço inoxidável e cabo fabricado em material plástico. Comprimento mínimo de 22 cm. Cores diversas.	UND	400	41,14	16.456,00
162	KEHOME	Tigela bowl em inox. Medidas aproximadas: 22 cm de diâmetro, 10,5 cm de altura e capacidade de 2,5 litros.	UND	500	65,17	32.585,00
163	TRAMONTINA	Tigela bowl em inox. Medidas aproximadas: 26 cm de diâmetro, 12 cm de altura e capacidade mínima de 3,8 litros.	UND	500	87,65	43.825,00
164	NADIR FIGUEIREDO	Tigela de vidro com tampa plástica com capacidade de 2,4 litros altura: 11 cm diâmetro: 21,5 cm.	UND	500	50,79	25.395,00
165	NADIR FIGUEIREDO	Tigela de vidro com tampa plástica comcapacidade de 3 litros altura: 10,3 cm diâmetro 27,0cm.	UND	500	66,11	33.055,00
166	NADIR FIGUEIREDO	Tigela de vidro para sobremesa. Capacidade entre 250 e 300 ml. Diâmetroentre 10 e 14 cm. Altura entre 5 e 8 cm.	UND	1.000	12,37	12.370,00
167	MARINEX	Tigela média de Vidro com tampa plásticacom capacidade de 1,2 litros altura: 8,15cm diâmetro: 17,4cm.	UND	400	66,11	26.444,00
168	MARINEX	Tigela redonda em vidro com tampa, capacidade para 4 litros, dimensões aproximadas: 12 cm de altura; 26 cm delargura e 26 cm de comprimento.	UND	400	79,54	31.816,00
169	NADIR FIGUEIREDO	Xícara de vidro temperado transparente, com capacidade de aproximadamente 245 ml.	UND	2.000	7,26	14.520,00
170	LOSAN PEGADOR PINÇA INOX	Pinça Pegador Universal Doces Salgados Lanches Em Aço Inox	UND	500	27,66	13.830,00
171	ARTHI ESCORREDOR DUPLO	Escorredor de Pratos Duplo	UND	200	49,79	9.958,00
172	LIVON PORTA TEMPERO GIRATÓRIO 12 POTES	Porta Tempero Giratório 360 com 12 potes vidro suporte inox Tche Amo	UND	150	68,60	10.290,00
173	WORKER AFIADOR DIAMANTADO	Amolador Manual, material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimneto lâmina: 356 mm, comprimento cabo: 131 mm, caracteristicas adicionais: estradiamantada, cabo branco, ação antimicrobiana.	UND	200	71,59	14.318,00
TOTAL						**R$ 3.101.360,23**

SIGNATÁRIOS: José Francinete Bento Luna, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, Altemar Lima de Sousa Secretário Municipal de Educação, Thays Cristina Oliveira Parga, Secretária Municipal de Saúde e Jamaria Andreia Mendes Morais, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania, pelo GERENCIADOR, **VICTOR DEAN RAMOS ROCHA**, Responsável legal da BENEFICIÁRIA.

Alto Alegre do Pindaré /MA, 30 de Abril de 2026.

Edivan Pinho Pereira
Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026 – CPL-

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico

Fls. 386
Proc. 86
Rub.

PMAAP. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 86/2026 – MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 10/2026. O Municipio de Alto Alegre do Pindaré/MA, através da sua Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da empresa VISUAL DESIGN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº 26.002.575/0001-37, com sede na Rua Cel Pedro Bogea, nº 447, Cajueiro, Lago da Pedra – MA, CEP: 65.715-000, vencedora do certame, cujo objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. Vigência: 12 (doze) meses. A íntegra da ata estará disponível na sede da CPL/PMAAP. O valor total registrado foi de Valor Total: R$ 958.250,82 (novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos), conforme mapa de apuração contido no Processo supra e Preços registrados conforme quantitativos abaixo:

Nº	ITEM	UND	QTD	Unitário	Total
1	Lona 280 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	200	R$ 51,54	R$ 10.308,00
2	Lona 280 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 56,71	R$ 11.342,00
3	Lona 380 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	210	R$ 57,93	R$ 12.165,30
4	Lona 380 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	205	R$ 60,09	R$ 12.318,45
5	Lona 440 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	215	R$ 70,50	R$ 15.157,50
6	Lona 440 G Titanium trama 1000x1000 sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 75,51	R$ 18.877,50
7	Lona 480 G sem acabamento, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	450	R$ 86,10	R$ 38.745,00
8	Banner em lona 280 G Titanium, trama 1000 x 1000, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 89,99	R$ 22.497,50
9	Banner em lona 380 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	180	R$ 96,35	R$ 17.343,00
10	Banner em lona 440 G, acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	350	R$ 101,83	R$ 35.640,50
11	Banner em lona Solit 480G (sem trama e alta planicidade), acabamento com bastões, ponteiras e corda, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 102,15	R$ 15.322,50
12	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon galvanizado, aplicada em Alto Alegre do Pindare e em um raio de até 10km	M²	300	R$ 177,66	R$ 53.298,00
13	Fachada em Lona 440G super glossy (brilho), impressa com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente, com estrutura em Metalon 20 x 20 mm galvanizado, com refletores com lampadas eletronicas de 30W aplicada em Alto alegre do Pindare e em um raio até 10km	M²	200	R$ 283,25	R$ 56.650,00
14	Adesivo Leitoso durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação,	M²	800	R$ 55,07	R$ 44.056,00

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico • Página 8 • Alto Alegre do Pindaré

Fls. 385
Proc. 86
Rub.

	impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente				
15	Adesivo Leitoso durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 65,97	R$ 62.671,50
16	Adesivo Leitoso Automotivo durabilidade de 5 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	950	R$ 85,70	R$ 81.415,00
17	Adesivo Transparente durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	200	R$ 95,13	R$ 19.026,00
18	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 98,15	R$ 14.722,50
19	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	150	R$ 69,34	R$ 10.401,00
20	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, sem aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 91,34	R$ 25.575,20
21	Adesivo Leitoso com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação,impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	250	R$ 55,15	R$ 13.787,50
22	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	280	R$ 65,87	R$ 18.443,60
23	Adesivo Automotivo com durabilidade de 5 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 87,59	R$ 21.897,50
24	Adesivo Transparente com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 71,60	R$ 17.900,00
25	Adesivo Leitoso Blockout (fundo preto) durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente	M²	100	R$ 91,90	R$ 9.190,00
26	Adesivo Jateado com durabilidade de 2 anos da cola, com aplicação, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	100	R$ 60,54	R$ 6.054,00
27	Adesivo Perfurado com durabilidade de 1 ano da cola, com aplicação, impresso com cabeca de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	250	R$ 76,85	R$ 19.212,50
28	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola, impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvent	M²	250	R$ 67,54	R$ 16.885,00
29	Adesivo Leitoso com durabilidade de 2 anos da cola apenas recortado.	M²	1000	R$ 73,71	R$ 73.710,00
30	Trofeu em Acrilico de 3 mm cristal, recortado eletronicamente	M²	50	R$ 566,98	R$ 28.349,00

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico • Página 9 • Alto Alegre do Pindaré

	em router ou laser, com aplicação de adesivo translucido e aplicação de fundo.				
31	Placa de identificação em PVC expandido de 3mm, com fita dupla face e adesivo leitoso com durabilidade de 2 anos da cola impresso com cabeça de 7 ou 14 picolitros e tinta eco solvente.	M²	50	R$ 353 ,44	R$ 17.672,00
32	Placa de inauguração em acrilico 3 mm com adesivo leitoso e transparente.	M²	5	R$ 735 ,55	R$ 3.677,75
33	Cracha em PVC com sistema transfer	M²	2	R$ 120 ,01	R$ 240,02
34	Placa de Sinalização em chapa 20 galvanizada com adesivo refletivo recortado de durabilidade 5 anos de cola	M²	50	R$ 762 ,97	R$ 38.148,50
35	Fachada de ACM de 3 mm com durabilidade de 10 anos e Letra Caixa em de chapa 20 galvanizada, pintada com tinta PU	M²	100	R$ 955 ,51	R$ 95.551,00
Valor Total				R$ 958.250,82	

Fls. 386
Proc. 86
Rub.

SIGNATÁRIOS: José Francinete Bento Luna, Prefeito Municipal, pela CONTRATANTE, Mario Marcio Pimentel Duarte, Responsável legal da CONTRATADA. Alto Alegre do Pindaré /MA, 05 de maio de 2026. Edivan Pinho Pereira Pregoeiro do Municipio de Alto Alegre do Pindaré/MA

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código http://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/diario-oficial-eletronico • Página 10 • Alto Alegre do Pindaré colocadas

Fls. 387
Proc.
Rub.

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças
Coordenação do Diário Oficial - DOM
Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

José Francinete Bento Luna
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
d) Tipo de fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 8;
f) Entrelinhas: simples,
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 98612-9344

Documento assinado eletronicamente. Verificação em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar através do código [illegible] colocadas

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 05/05/2026

Dados do Documento

Fls. 388
Proc. 86
Rub.

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas-Acesso Rápido
Referência Contrato	Caderno do Executivo - Diário de 05 de Maio de 202
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	05/05/2026
Validade	05/05/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento	CB0414A082AC9863ECCC25B028EE4C8500B5B20979B7B85B8E867C94799F3D2F

Assinaturas / Aprovações

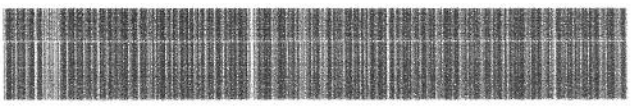
Papel (parte)	Contratadas
Relacionamento	01.612.832/0001-21 - MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARE

Representante			**CPF**
CLAY REGAZZONI RIBEIRO TORRES			720.235.972-34
Ação:	Assinado em 05/05/2026 17:23:45 com o certificado ICP-Brasil Serial - 41EAB1078166F991	**IP:**	170.239.141.45
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/147.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Latitude: -3.7042 / Longitude: -45.9627		
Tipo de Acesso	Normal		

As assinaturas digitais contidas neste documento possuem carimbos de tempo baseados na Hora Legal Brasileira, emitidos pela Autoridade de Carimbo de Tempo (ACT) Qualisign, homologada pelo Observatório Nacional (ON/MCTI) ou por uma ACT externa homologada pela ICP-Brasil.

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **CNQUL-TBJM0-PQ7QI-9WPIC**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site https://validar.iti.gov.br/, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Fls. 389
Proc. 86
Rub.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço https://validar.iti.gov.br/

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.